



Relatório de Gestão

GOVERNO DO ESTADO

DO PIAUÍ 2025



GOVERNADORIA DO ESTADO

Governador do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado Do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

Secretário de Estado de Governo – SEGOV

Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro

Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM

Marcelo Nunes Nolleto

Secretário Chefe do Gabinete do Governador

Pedro Alves de Carvalho Rocha Filho

Procuradoria-Geral Do Estado Do Piauí – PGE

Francisco Gomes Pierot Júnior

Gabinete Militar do Estado do Piauí – GAMIL

Capitão QOPM João Ricardo Pinto Sousa

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretário de Estado de Governo – SEGOV

Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro

Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN

Washington Luís de Sousa Bonfim

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Secretaria de Estado de Administração – SEAD

Samuel Pontes Nascimento

Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS

Coronel PM Carlos Augusto Gomes de Sousa

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP

Francisco Lucas Costa Veloso

Delegacia-Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública – PC/PI

Luccy Keiko Leal Paraíba

Secretaria de Estado da Educação – SEDUC

Francisco Washington Bandeira Santos Filho

Secretaria de Estado da Saúde – SESAPI

Antonio Luiz Soares Santos

Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – SASC

João de Deus Sousa

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego – Secretaria do Trabalho e Emprego – SETRE

José Ribamar Nolêto de Santana

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH

Francisco Felipe da Luz Araújo

Secretaria de Estado da Cultura – SECULT

Ingrid Pereira da Silva

Secretaria de Estado da Defesa Civil – SEDEC

José Icemar Lavôr Neri

Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA

Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SDE

Janaína Pinto Marques Tavares

Secretaria de Estado dos Transportes – SETRANS

Jonas Moura de Araújo

Secretaria de Estado do Turismo – SETUR

Daniel Carvalho Oliveira Valente

Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa Com Deficiência – SEID

Mauro Eduardo Cardoso e Silva

Secretaria de Estado das Cidades – SECID
Maria Vilani da Silva

**Secretaria de Estado de Relações Sociais –
SERES**
Raimunda Núbia Lopes da Silva

**Secretaria de Estado de Integração e
Desenvolvimento Regional – SIDERPI**
Paula Jeanne de Lima Sampaio

**Secretaria de Estado da Agricultura Familiar –
SAF**
Rejane Tavares da Silva

**Secretaria de Estado do Agronegócio e
Empreendedorismo Rural – SEAGRO**
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

Secretaria de Estado dos Esportes – SECEPI
Josiene Marques Campelo

Secretaria de Estado das Mulheres – SEMPI
Zenaide Batista Lustosa Neta

**Secretaria de Estado da Irrigação e
Infraestrutura Hídrica – SEFIR**
Firmino Soares Paulo

**Secretaria de Estado da Assistência Técnica e
Defesa Agropecuária – SADA**
Fábio Abreu Costa

**Secretaria de Estado do Saneamento Básico –
SESBPI**
Magno Pires Alves Filho

**Secretaria de Estado de Inteligência, Economia
Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação – SIA**
André Macedo Santana

**Comando-Geral da Polícia Militar do Estado
do Piauí – PM/PI**
Coronel Scheiwann Scheleiden Lopes da Silva

**Comando-Geral do Corpo de Bombeiros
Militar do Estado do Piauí – CBMEPI**
Coronel BM José Arimatéia Rêgo de Araújo

Coordenadoria da Juventude – COJUV
Everton Alves Calisto

**Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas e
Fomento ao Lazer – CENDFOL**
Simone Pereira de Farias Araujo

**Coordenadoria de Desenvolvimento dos
Territórios – CDTER**
Gustavo Cromwell de Carvalho Pacífico

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência de Atração de Investimentos Estratégicos – Investe Piauí
Victor Hugo Saraiva de Almeida

Agência de Defesa Agropecuária do Estado Piauí – ADAPI
João Rodrigues Filho

Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH
Carlos Edilson Rodrigues Barbosa de Sousa

Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí – Piauí Fomento – BADESPI
Marcelo Jannotti Bueno

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI
Thaís Araripe Dias

Águas e Esgotos do Piauí S/A – AGESPISA
José Ribamar Noleto de Santana

Companhia Ferroviária e Logística do Piauí – CFLP
Wilson Nunes Martins

Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI
Leonardo Sobral Santos

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
Luana Maria Machado Barradas

Empresa de Gestão de Recursos do Piauí – EMGERPI
Antônio Torres da Paz

Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí – ETIPI
Ellen Gera de Brito Moura

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí – FAPEPI
João Xavier da Cruz Neto

Fundação Piauí Previdência – PiauíPrev
Flávio Chaib

Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí – TV Antares
Mussoline Marques de Sousa Guedes

Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI
Evandro Alberto de Sousa

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí – IASPI
Daniele Amorim Aita

Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI
Felipe de Melo Eulálio

Instituto de Metrologia do Estado do Piauí – IMEPI
Francimar Alves de Macedo Júnior

Instituto de Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Estado do Piauí – INTERPI
Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Junta Comercial do Estado do Piauí – JUCEPI
Maria Alzenir Porto da Costa



FICHA TÉCNICA

Governador
Rafael Tajra Fonteles

Secretário de Estado de Planejamento
Washington Luís de Sousa Bonfim

**Superintendente de Planejamento e
Orçamento Estadual**
Adrienne Feitosa Arruda

Diretor de Planejamento
Francisco Eliseu de Sousa Pereira Júnior

Gerente de Planejamento
Genesiano Ferreira da Silva Neto

Equipe Técnica
Camila Cunha Barbosa
Carlos Roberto Góes Paz Sousa
David Veras Holanda
Lara Rodrigues dos Santos Maranhão
Lucélia de Brito Aguiar Coelho Viana
Tiago Ferreira de Sousa Neto
Zenon Soares de Araújo Júnior





LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Missão, Visão e Valores do Governo do Estado do Piauí	17
Figura 2 – Organograma Governo do Estado do Piauí	21
Figura 3 – Percentual de servidores por categoria	22
Figura 4 – Programa Mais Formação, Mais Renda	24
Figura 5 – Maria da Penha nas Escolas: Educação pela vida das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas	25
Figura 6 – Programa Estadual de Saúde Bucal Itinerante	25
Figura 7 – Programa CNH Social	26
Figura 8 – Programa Pacto Pela Ordem	27
Figura 9 – Programa GeraRenda	27
Figura 10 – Pacto Pela Juventude Piauiense	28
Figura 11 – Programa Juventude Rural Transformadora	29
Figura 12 – Projeto Mães Protetoras, Mães Eficientes	30
Figura 13 – Operação Carro-Pipa	30
Figura 14 – Diálogos Pelo Piauí: o Governo mais perto de você	31
Figura 15 – Modelo de Governança do Estado	49
Figura 16 – Cadeia de Valor do Estado do Piauí	52
Figura 17 – Matriz FOFA Governo do Estado do Piauí	56
Figura 18 – QR Code – Balanço de Governo 2025	58
Figura 19 – Centrais de Diagnóstico em Parnaíba e Bom Jesus	59
Figura 20 – Unidade de Alta Complexidade em Oncologia	60
Figura 21 – Piauí Saúde Digital	61
Figura 22 – Teatro Sávio Barão	62
Figura 23 – Ginásio Poliesportivo Severo Maria Eulálio Filho	64
Figura 24 – CETI Maria Isaías de Jesus em Domingos Mourão	66
Figura 25 – Uespi Campus Dom José Vazquez Diaz	68
Figura 26 – Cerimônia de lotação definitiva dos 650 soldados formados no último Curso de Formação de Soldados	70
Figura 27 – Câmera de Videomonitoramento Urbano e Centro Integrado de Comando e Controle	71
Figura 28 – Entrega da Revitalização da UISP de Castelo do Piauí	73
Figura 29 – 4ª Corrida Contra o Femicídio e VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa	76
Figura 30 – Protocolo “Ei, Mermã, Não Se Cale” e Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”	77
Figura 31 – Inauguração da Escola de Gestão do Sistema Único de Assistência Social	78
Figura 32 – Reforma e ampliação do Abrigo São José	79
Figura 33 – Restaurante Popular no bairro Santa Maria da Codipi – Teresina	79
Figura 34 – Pavimentação asfáltica da PI-225 trecho Aroazes e Santa Cruz dos Milagres e São Miguel do Tapuio e Pavimentação asfáltica da PI-110 trecho Barras e Miguel Alves	82





LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 35 - Nova Estação do Renascença, inaugurada na zona sudeste de Teresina	88
Figura 36 - Liberação de acesso ao crédito realizada pelo BADESPI	85
Figura 37 - Ópera da Serra da Capivara	88
Figura 38 - Roteiro da Rota das Emoções	89
Figura 39 - Roteiro da Rota das Origens	89
Figura 40 - Entrega de sementes pela Secretaria da Agricultura Familiar	92
Figura 41 - Entrega de Títulos Fundiários Rurais pelo INTERPI	94
Figura 42 - Barragem Bocaina/PI	97
Figuras 43 - Implantação da Brigada Ambiental Mirim do Piauí	98
Figuras 44 - Estudantes participando de ações do Programa ProVerde nas Escolas	98
Figura 45 - Madeira ilegal apreendida pela SEMARH	99
Figura 46 - Ação referente ao Selo Ambiental	100
Figuras 47 - Discussão acerca da construção do Plano Estadual de Ação Climática realizada no Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza do Piauí	101
Figura 48 - Realização de ações do Castramóvel	102
Figura 49 - Realização de obras de pavimentação e abastecimento de água em Santa Cruz dos Milagres	103
Figura 50 - Entregas dos registros de imóveis regularizados emitidos pela SEAD	105
Figura 51 - Execução Orçamentária-Financeira	106





LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de normativos que orientam atuação do estado do Piauí	18
Quadro 2 - Dotação e Execução dos Programas PPA	41
Quadro 3 - Vinculação estratégica entre o PPA e Plano de Gestão	43
Quadro 4 - Entregas nas rodovias estaduais	81
Quadro 5 - Relação dos Gestores responsáveis pelas respectivas UPCs	107





LISTA DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
AEE – Atendimento Educacional Especializado
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BADESPI – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa
CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAF – Cadastro da Agricultura Familiar
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCECA – Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes
CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN – Centro de Ciências da Natureza
CCO – Centro de Controle e de Operações
CEF – Caixa Econômica Federal
CETAM – Centro de Tecnologia e Artefatos Minerais
CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres
CETEA – Centro Especializado de Atendimento às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista
CETI – Centro Estadual de Tempo Integral
CICC – Centro Integrado de Comando e Controle
CIN – Carteiras de Identidade Nacional
CLP – Centro de Liderança Pública
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
COJUV – Coordenadoria da Juventude
CPD – Centro de Processamento de Dados
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito
DRACO – Departamento de Repressão às Ações Criminosas Organizadas
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPEPI – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
FEISP – Força Estadual Integrada de Segurança Pública
FESP – Fundo Estadual de Segurança Pública
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
IA – Inteligência Artificial
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos





LISTA DE SIGLAS

INTERPI – Instituto de Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Estado do Piauí

LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAT – Módulo de Administração Tributária

MDMP – Marco de Desempenho de Médio Prazo

MDS – Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MFMP – Marco Fiscal de Médio Prazo

MGE – Modelo de Gestão Estadual Avançada

MMP – Marcos de Médio Prazo

MOMP – Marco Orçamentário de Médio Prazo

MPOX – Monkeypox (varíola dos macacos)

OMSA – Organização Mundial de Saúde Animal

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Orçamento Participativo Digital

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA/UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PROURBE – Programa de Regularização Fundiária Urbana

REDD+ – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

SADA – Secretaria de Estado da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária

SAF – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SASC – Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

SEAD – Secretaria de Estado da Administração

SDE – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

SEDEC – Secretaria de Estado da Defesa Civil

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SEGOV – Secretaria de Estado de Governo

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMPI – Secretaria de Estado das Mulheres

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento

SESAPI – Secretaria de Estado da Saúde

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo





LISTA DE SIGLAS

SIA – Secretaria de Estado de Inteligência, Economia Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação

SIAFE/PI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí

SSP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

STEAM – Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics

SIEC – Sistema de Incentivo Estadual à Cultura

SIESPI – Sistema Estadual de Incentivo ao Esporte

SIETUR – Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo

SIG – Sistema de Informações Geográficas

SGP – Sistema de Gerenciamento de Pavimentos

SPIA – Sistema de Videomonitoramento Urbano com Inteligência Artificial

SUPOE – Superintendência de Planejamento e Orçamento

VLT – Veículo Leve sobre Trilho

UAPI – Universidade Aberta do Piauí

UBS – Unidade Básica de Saúde

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UISP – Unidade Integrada de Segurança Pública

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima


UPC – Unidade Prestadora de Conta





SUMÁRIO

1 MENSAGEM DO GOVERNADOR	13
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	17
2.1 Apresentação Institucional	17
2.2 Principais normas direcionadoras	18
2.3 Organograma da estrutura organizacional e de governança	20
2.4 Políticas, planos e programas	22
2.4.1 Principais Programas lançados	24
2.4.2 Principais programas executados	31
2.4.3 Programas orçamentários	39
2.4.4 Execução do Plano de Gestão e o Plano Plurianual 2024-2027	42
3 GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS	47
3.1 Governança	47
3.1.1 Cadeia de valor	49
3.1.2 Marcos de Médio Prazo (MMP)	52
3.1.3 Estratégias de Longo Prazo	54
3.2 Principais problemas/riscos identificados	56
3.3 Principais Entregas Finalísticas	58
4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	106
APÊNDICE	107
ANEXO 1 – ANÁLISE EXECUTIVA DE RESULTADOS (AER)	113





1 MENSAGEM DO GOVERNADOR

Apresento a esta Casa Legislativa e a toda a sociedade piauiense o Relatório de Gestão do Poder Executivo referente ao exercício de 2025, documento que consolida os principais resultados alcançados pelo Governo do Estado ao longo de mais um ano de trabalho intenso, orientado pelo compromisso com a eficiência da gestão pública, a responsabilidade fiscal e a melhoria concreta da qualidade de vida da nossa população.

Mais do que um instrumento formal de prestação de contas, este relatório representa o registro de uma gestão que acredita no poder do planejamento estratégico, da gestão profissional e da inovação institucional como ferramentas capazes de transformar realidades e ampliar oportunidades. Cada ação aqui apresentada reflete o esforço permanente do Governo do Estado em construir um Piauí mais justo, mais moderno e mais preparado para os desafios do século XXI.

Desde o início desta gestão, estabelecemos um princípio que orienta nossas decisões: planejar com inteligência, executar com eficiência e entregar resultados para a população. Essa visão tem permitido consolidar uma cultura de gestão pública orientada por metas, indicadores e evidências, fortalecendo a capacidade do Estado de formular, executar e avaliar políticas públicas com maior efetividade.

O ano de 2025 representou mais um avanço nesse processo de transformação. As ações governamentais foram conduzidas em alinhamento com as diretrizes do Plano Plurianual 2024-2027, com as prioridades estratégicas definidas no Plano de Gestão e com os instrumentos orçamentários que estruturam a atuação do Estado, garantindo coerência entre planejamento, orçamento e execução.

Um dos pilares desse modelo de governança é o Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE), que estrutura o acompanhamento das políticas públicas e fortalece a cultura de gestão por resultados na administração pública estadual. Por meio desse modelo, o Governo do Estado monitora sistematicamente 178 metas estratégicas, utilizando indicadores que permitem avaliar o desempenho da gestão e orientar a tomada de decisões com base em dados e evidências.

Esse esforço de gestão orientada por resultados permitiu alcançar 92% de cumprimento das metas estabelecidas no plano de gestão, demonstrando que planejamento consistente, monitoramento permanente e disciplina administrativa são elementos essenciais para transformar projetos em entregas concretas para a sociedade.





Outro aspecto fundamental da nossa estratégia de governo é o fortalecimento da participação social no planejamento e na definição das prioridades do Estado. Nesse sentido, o programa Diálogos pelo Piauí consolidou-se como um dos principais instrumentos de aproximação entre o governo e a população.

Por meio dessa iniciativa, o Governo do Estado percorreu os 12 Territórios de Desenvolvimento promovendo encontros regionais que reuniram cidadãos, lideranças comunitárias, gestores públicos e representantes da sociedade civil, criando espaços de escuta ativa e construção coletiva de soluções para os desafios do desenvolvimento estadual. Essa metodologia fortalece o planejamento territorial e contribui para alinhar as políticas públicas às necessidades reais da população.

Complementando essa estratégia de participação cidadã, o Estado também avançou na consolidação do Orçamento Participativo Digital do Piauí – OPA, instrumento inovador que utiliza tecnologia para ampliar a participação popular na definição das prioridades de investimento público. Por meio da plataforma digital do OPA, cidadãos dos municípios com mais de 50 mil habitantes (Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano) puderam votar em propostas e participar diretamente da escolha de projetos que serão executados pelo Governo.

Essa combinação entre planejamento técnico, participação social e inovação digital representa um avanço importante na construção de um modelo de gestão pública mais democrático, transparente e orientado para resultados.

Os resultados desse esforço coletivo também se refletem na capacidade do Estado de ampliar investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico. Entre 2023 e 2025, o volume de investimentos públicos executados cresceu 23,1%, alcançando o patamar histórico de R\$ 9,05 bilhões. Esse montante se materializa em entregas estruturantes, como mais de R\$ 3 bilhões investidos na recuperação de cerca de 8 mil km de rodovias estaduais e R\$ 955 milhões em pavimentação urbana, beneficiando diretamente 2,5 milhões de pessoas em 196 municípios e fortalecendo a integração territorial.

Esse volume de investimentos tem sido decisivo para ampliar a infraestrutura e dinamizar a economia, com destaque para obras logísticas superiores a R\$ 480 milhões no sul do Estado, além da modernização do metrô de Teresina (R\$ 193 milhões) e da expansão da infraestrutura aeroportuária. Essas ações criam condições concretas para o crescimento sustentável, geração de empregos e atração de novos investimentos privados.





Na área da educação, destaca-se o alcance de uma meta histórica: a universalização do ensino integral no ensino médio, consolidando um avanço estrutural na qualidade da formação ofertada à juventude. Paralelamente, o Estado segue ampliando as oportunidades de formação técnica e qualificação profissional, alinhadas às demandas de uma economia cada vez mais orientada pela inovação, tecnologia e ganhos de produtividade. Nesse contexto, a formação de capital humano reafirma-se como eixo estratégico central para o desenvolvimento sustentável e competitivo do Estado.

Na saúde, ampliamos o acesso da população aos serviços públicos e fortalecemos iniciativas inovadoras como o Piauí Saúde Digital, programa que já ultrapassou 1,2 milhão de atendimentos realizados em todos os 224 municípios do Estado, ampliando o acesso da população aos serviços de saúde e reduzindo desigualdades regionais.

Na segurança pública, intensificamos ações integradas voltadas à prevenção da violência e ao combate à criminalidade, fortalecendo a atuação das forças de segurança e ampliando a presença do Estado nos territórios.

A agricultura familiar consolidou-se, em 2025, como eixo estratégico do desenvolvimento do Estado, com destaque para mais de 159 mil contratos de crédito rural, totalizando R\$ 4,30 bilhões, além de mais de R\$ 10 milhões executados na aquisição de alimentos por programas institucionais e 307 feiras realizadas, movimentando a economia local e fortalecendo a renda no campo

Nesse contexto, a Assistência Técnica e Extensão Rural ampliou sua capilaridade e impacto, alcançando cerca de 238 mil famílias no triênio, com 37.783 atendimentos em 2025 em 122 municípios, além da emissão de 44.903 Cadastros da Agricultura Familiar e mobilização de R\$ 6 milhões em crédito orientado, reforçando sua centralidade na promoção de um desenvolvimento rural mais produtivo e sustentável.

Também avançamos no fortalecimento das políticas sociais e de proteção de direitos, com iniciativas voltadas à inclusão social, à proteção das mulheres, ao enfrentamento das desigualdades e ao fortalecimento das políticas públicas para a juventude.

Paralelamente, mantivemos firme o compromisso com a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade das contas públicas, condições essenciais para garantir a continuidade das políticas públicas e assegurar estabilidade ao processo de desenvolvimento do Estado.





Acerca das políticas na área da segurança pública e da proteção de direitos, é necessário destacar que o Estado segue priorizando o uso da tecnologia e da inteligência artificial no suporte às suas ações, primando pela celeridade no atendimento e segurança do usuário dos serviços públicos. Isso consolida, cada vez mais, o Piauí no tocante à inovação digital.

O Piauí vive hoje um momento importante de transformação. Estamos demonstrando que é possível combinar responsabilidade fiscal, planejamento estratégico e sensibilidade social para construir um Estado mais eficiente, mais competitivo e mais comprometido com o bem-estar da população.

Os resultados apresentados neste relatório são fruto do trabalho dedicado de milhares de servidores públicos, gestores e parceiros institucionais que, diariamente, contribuem para tornar o Estado mais eficiente e mais próximo da sociedade. A todos eles, deixo meu reconhecimento e minha gratidão.

Encerrando esta mensagem, reafirmo uma convicção que orienta nossa atuação desde o primeiro dia de governo: o desenvolvimento não acontece por acaso, ele é fruto de planejamento, trabalho e compromisso com o futuro.

O Piauí está mostrando ao Brasil que, quando um governo planeja com seriedade, trabalha com dedicação e dialoga com a sociedade, os resultados aparecem. Seguiremos firmes nesse caminho, com coragem para inovar, responsabilidade para governar e determinação para construir um Estado cada vez mais próspero, justo e cheio de oportunidades para todos os piauienses.

Rafael Tajra Fonteles





2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Este capítulo aborda a organização administrativa do Governo do Estado do Piauí. Primeiramente, apresenta-se um panorama institucional sucinto. Na sequência, são expostos os fundamentos que norteiam sua atuação (missão, visão e valores), salientando as principais legislações que disciplinam o funcionamento estadual e a estrutura do Poder Executivo. Por último, serão contemplados os programas lançados e a cadeia de valor gerada.

2.1 Apresentação Institucional

O Governo do Estado do Piauí integra a República Federativa do Brasil e exerce suas competências com autonomia política e administrativa, sendo orientado pela Constituição Estadual instituída em 5 de outubro de 1989, cuja atualização mais recente ocorreu por meio da Emenda Constitucional nº 72, de 16 de dezembro de 2025. Entre seus propósitos centrais estão a edificação de uma sociedade pautada pela liberdade, justiça e solidariedade, a eliminação da pobreza e da exclusão social, a diminuição das desigualdades sociais e regionais, bem como a promoção da qualidade de vida de toda a população, sem qualquer forma de distinção.

Visando impulsionar o desenvolvimento sustentável e assegurar melhores condições de vida aos cidadãos, o Governo do Estado do Piauí desempenha atribuições estratégicas, cabendo-lhe elaborar e implementar políticas públicas em áreas como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, crescimento econômico, cultura, turismo, entre outros campos igualmente relevantes da atuação governamental.

Com base em uma visão de futuro inspiradora, o Governo fundamenta suas ações e valores, que refletem seu compromisso com a sociedade, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Missão, Visão e Valores do Governo do Estado do Piauí



Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.¹

¹ SUPOE – Superintendência de Planejamento e Orçamento Estadual.
SEPLAN – Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí.





2.2 Principais normas direcionadoras

O Governo do Estado do Piauí é regido pelas normas estabelecidas na Constituição Estadual, a qual define seu funcionamento, sua estrutura organizacional e suas competências. A Administração Pública Estadual é composta por órgãos e entidades organizados conforme as disposições da Lei nº 7.884, promulgada em 8 de dezembro de 2022, posteriormente alterada pelas Leis nº 8.369, de 30 de abril de 2024; nº 8.721, de 18 de junho de 2025; e nº 8.869, de 12 de novembro de 2025.

Com o objetivo de orientar as ações governamentais, foi instituído o Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento de médio prazo, tendo sido promulgado pela Lei nº 8.253, de 20 de dezembro de 2023. O PPA tem como finalidade enfrentar os desafios estratégicos do Estado, estabelecendo, de forma territorializada, objetivos, diretrizes setoriais e metas para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ressalta-se que o Plano Plurianual de 2024-2027 passou por revisão, sendo formalizado pela Lei nº 8.905, de 18 de dezembro de 2025.

No âmbito do orçamento público estadual, as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025 foram estabelecidas pela Lei nº 8.444, de julho de 2024, enquanto a estimativa da receita e a fixação das despesas foram definidas pela Lei nº 8.556, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual de 2025).

Quadro 1 - Relação de normativos que orientam a atuação do estado do Piauí.

NORMA	EMENTA
Constituição Estadual do Piauí	Organiza e sistematiza um conjunto de preceitos, normas, prioridades e preferências para a sociedade.
Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022	Estabelece a organização dos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Piauí.
Lei nº 7.948, de 11 de janeiro de 2023	Altera a Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022.
Lei nº 8.253, de 20 de dezembro de 2023	Institui o Plano Plurianual 2024-2027.





Lei nº 8.905, de 18 de dezembro de 2025	Altera a Lei nº 8.253, de dezembro de 2023, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027.
Lei nº 8.444, de 10 de julho de 2024	Estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, em atendimento ao disposto no art. 178, II, § 2º, da Constituição Estadual, e em cumprimento ao art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 05, de 12 de julho de 1991.
Lei nº 8.556, de 19 de dezembro de 2024	Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2025.
Decreto nº 21.864, de 06 de março de 2023	Regulamenta o período de transição no âmbito da reforma administrativa aprovado pela Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022, estabelecendo procedimentos a serem observados na extinção dos órgãos e entidades e assunção de competências e atribuições pelos órgãos sucessores, estabelece procedimentos para o registro contábil, patrimonial e de controle, no âmbito do SIAFE/PI.
Lei nº 8.369, de 30 de abril de 2024	Altera a Lei Ordinária nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Organização Administrativa do estado do Piauí, a Lei nº 6.021, de 05 de outubro de 2010, que autoriza a constituição da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí - Investe Piauí, a Lei nº 7.990, de 03 de março de 2023, que cria o Conselho de Transformação Digital, e a Lei nº 5.641, de 12 de abril de 2007, que cria o Instituto de Águas de Esgotos do Piauí.
Lei nº 8.721, de 18 de junho de 2025	Altera dispositivo da Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Organização Administrativa, criando a Secretaria de Comunicação, Secretaria do Trabalho e Emprego e da Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Lei Complementar nº 315, de 06 de junho de 2025	Estabelece normas voltadas para a qualidade e sustentabilidade fiscal do Estado do Piauí, e dá outras providências.
Lei nº 8.869, de 12 de novembro de 2025	Altera dispositivo da Lei nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Organização Administrativa, criando a Secretaria do Saneamento Básico.

Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.





2.3 Organograma da estrutura organizacional e de governança

A estrutura administrativa do Estado do Piauí foi reorganizada pela Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022, posteriormente alterada pelas Leis nº 8.369 de abril de 2024; nº 8.721, de 18 de junho de 2025 e nº 8.869, de 12 de novembro de 2025, a qual estabeleceu a organização básica dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

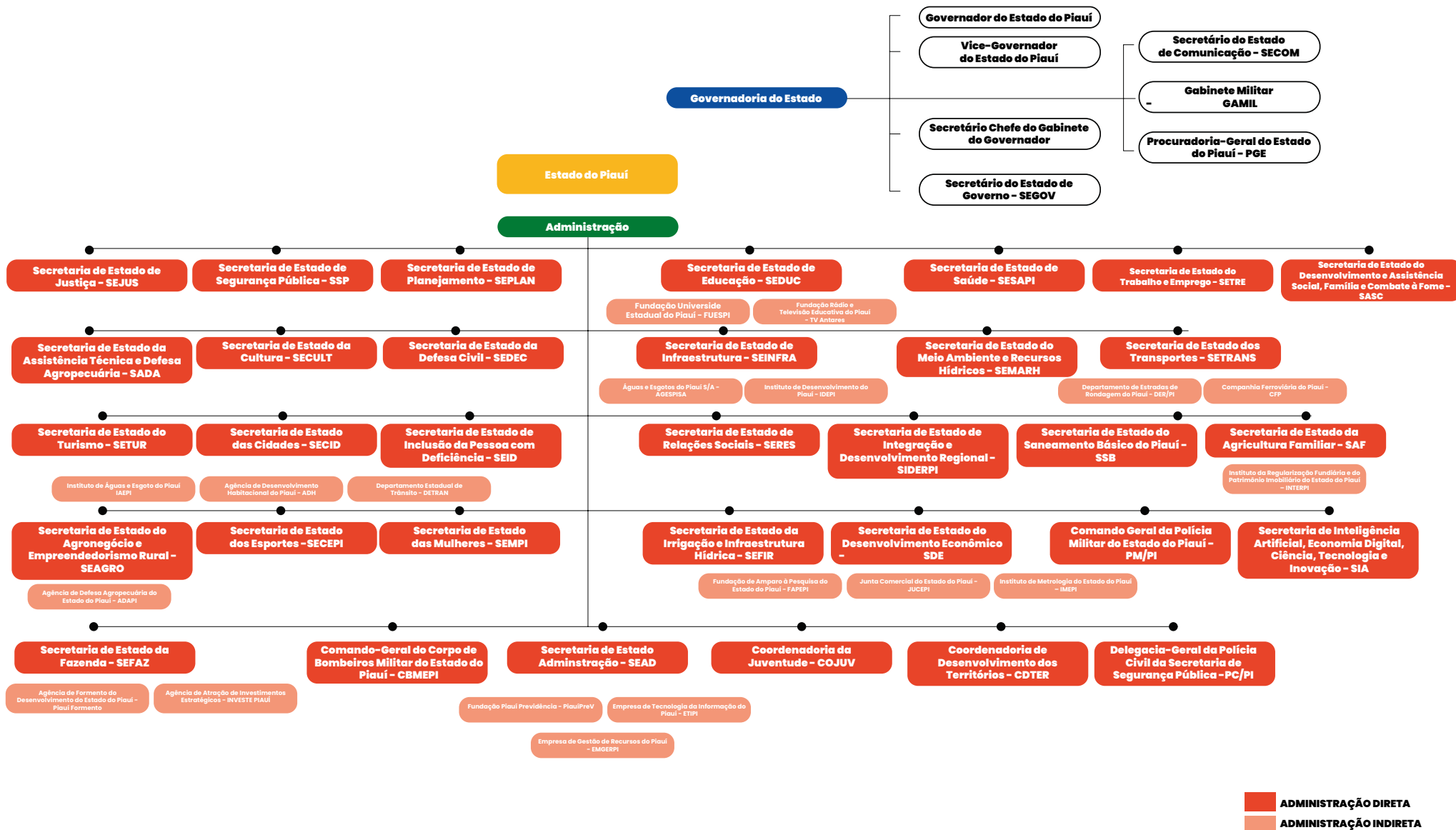
No que diz respeito à Administração Pública Direta, ela é composta pelos órgãos de assessoramento direto ao Governador, incluindo a Governadoria, Secretarias e Coordenadorias, podendo cada um dispor de unidades administrativas como Gabinete do Secretário ou do Coordenador-Geral, Superintendências, Diretorias, Gerências e Coordenações.

A Administração Pública Indireta, por sua vez, é constituída por entidades dotadas de autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, compreendendo autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Apresenta-se na Figura 2, a Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Piauí.



Figura 2 – Organograma Governo do Estado do Piauí.

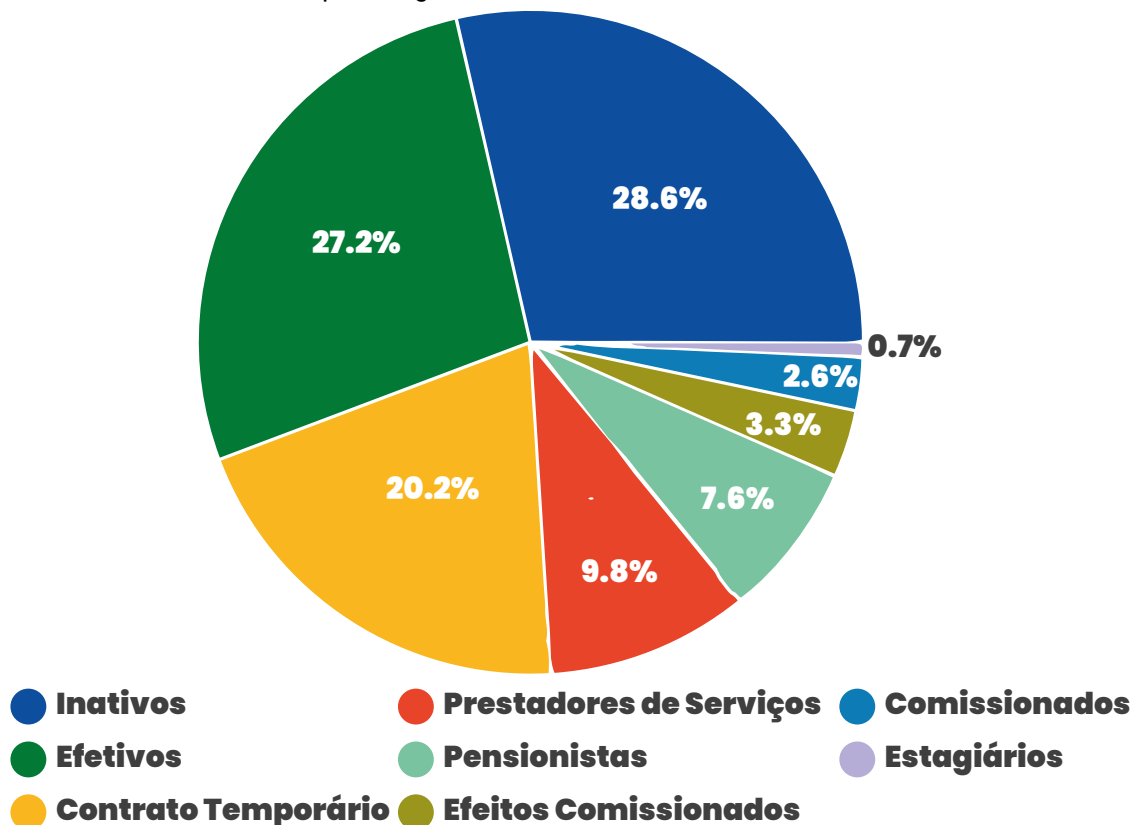


Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.



Constituindo essa estrutura, conforme a Secretária de Administração e Previdência - SEAD², o governo conta com 127.143 servidores. Dos quais 34.526 servidores são efetivos, 4.194 são efetivos comissionados, 3.261 são comissionados, 36.350 são inativos, 9.611 são pensionistas, 12.523 são prestadores de serviços, 25.752 são contratos temporários, e 926 são estagiários.

Figura 3 - Percentual de servidores por categoria.



Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.

2.4 Políticas, planos e programas

Em 2025, o Estado do Piauí lançou 15 programas/projetos estratégicos, listados no Anexo I, envolvendo diversos órgãos da administração pública estadual, como a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Governo (SEGOV), Secretaria das Mulheres (SEMPI), Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Turismo (SETUR), Secretaria da Saúde (SESAPI), Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Secretaria do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SASC), Coordenadoria da Juventude (COJUV),

² Conforme informações disponibilizadas no processo SEI 00017.000030/2026-84.





Secretaria da Defesa Civil (SEDEC) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE).

No âmbito do planejamento e da governança, foram promovidas iniciativas com a finalidade de subsidiar a revisão do Plano Plurianual 2024-2027, voltadas ao fortalecimento do planejamento territorial e da gestão participativa, ampliando o diálogo entre o governo e a sociedade civil e incentivando a escuta ativa da população sobre as políticas públicas.

Na área da educação, da qualificação profissional e do trabalho, foram desenvolvidas ações para ampliar o acesso à formação educacional e profissional, promover a inserção produtiva e gerar oportunidades de renda, incluindo iniciativas voltadas à qualificação de jovens, estudantes e trabalhadores, bem como ao fortalecimento de setores estratégicos como o turismo.

As políticas de direitos humanos e proteção social abrangeram ações de enfrentamento à violência, promoção da igualdade e garantia de direitos, com destaque para iniciativas voltadas à proteção das mulheres, ao combate à discriminação contra a população LGBTQIA+ e ao fortalecimento das políticas para a juventude, incluindo jovens do meio rural, incentivando o protagonismo social e a inclusão.

Na área da segurança pública, foram implementadas ações integradas para o fortalecimento da ordem pública e da segurança no Estado, com foco na prevenção da violência e na melhoria da atuação dos órgãos de segurança.

No campo da saúde, destacam-se ações voltadas à ampliação do acesso aos serviços de atenção básica, especialmente na área da saúde bucal, por meio de estratégias itinerantes que visam atender populações em situação de maior vulnerabilidade.

As iniciativas também contemplam a área da defesa civil e da assistência social, com ações de resposta a situações emergenciais, como a garantia do abastecimento de água em período de estiagem, além do apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.





Já na área do desenvolvimento econômico, foram promovidas ações voltadas ao estímulo da atividade produtiva, à geração de emprego e renda e à inclusão socioeconômica da população, contribuindo para o fortalecimento da economia do Estado.

2.4.1 Principais Programas lançados

Educação

Programa Mais Formação, Mais Renda: O programa prevê a criação de mais de 83 mil vagas até 2030, distribuídas entre cursos profissionalizantes, técnicos, de graduação, especialização, mestrado e doutorado, com impacto orçamentário estimado em mais de R\$ 750 milhões. As áreas prioritárias abrangem Logística, Energias Renováveis, Agro, Tecnologia e Inovação, bem como Turismo e Serviços. A execução ocorre em parceria com instituições públicas de ensino superior, centros de pesquisa, órgãos de fomento, instituições de tecnologia e o Sistema S, consolidando uma rede de cooperação voltada à qualificação da juventude e dos trabalhadores do Estado do Piauí.

Figura 4 – Programa Mais Formação, Mais Renda.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O Projeto “*Maria da Penha vai às Escolas: educação pela vida das mulheres do campo, das florestas e das águas*” tem como objetivo implementar ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres em comunidades rurais, florestais e ribeirinhas, por meio de ações educativas nas escolas e da criação de uma rede de multiplicadores capazes de identificar, prevenir e encaminhar casos de violência de gênero. Ele atua na formação de educadores,





profissionais da educação e estudantes, ampliando a conscientização sobre a Lei Maria da Penha, direitos das mulheres e a rede de proteção e acolhimento nesses territórios.

Figura 5 – Maria da Penha nas Escolas: Educação pela vida das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Saúde

Programa Estadual de Saúde Bucal Itinerante: tem como objetivo devolver a autoestima e a funcionalidade (mastigação, fala, deglutição, estética) a pessoas que perderam dentes, oferecendo implantes dentários e diversos procedimentos odontológicos gratuitos em ônibus adaptados que percorrem todas as regiões do estado, ampliando o acesso à saúde bucal para quem mais precisa.

Figura 6 – Programa Estadual de Saúde Bucal Itinerante.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Segurança

Programa CNH Social: O Programa tem como objetivo possibilitar, anualmente, o acesso gratuito a 10.000 Permissões para Dirigir (CNH), na categoria A, a estudantes da rede estadual de ensino residentes em municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, constituindo-se como instrumento de inclusão social, promoção da segurança viária e ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda. A iniciativa visa, ainda, reduzir a condução de motocicletas por pessoas não habilitadas, contribuir para a diminuição de acidentes de trânsito e fortalecer o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Figura 7 - Programa CNH Social.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Programa Motociclista Protegido foi lançado em parceria entre o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN/PI) e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/PI), com o objetivo de contribuir para a redução de acidentes de trânsito, por meio da distribuição de 10.000 capacetes gratuitos. A iniciativa complementa o Programa CNH Social, reforçando a promoção da segurança viária e a regularização de condutores no Estado.

O Pacto pela Ordem consolida-se como programa estruturante da política estadual de segurança, articulando inteligência policial, gestão integrada e atuação coordenada das forças operativas, com foco na repressão qualificada ao crime organizado e na ampliação da presença estatal nos territórios.





Figura 8 – Programa Pacto Pela Ordem.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Desenvolvimento Econômico

O *Programa GeraRenda* tem como foco promover trabalho e renda por meio de capacitação, apoio ao empreendedorismo com equipamentos e crédito subsidiado para os microempreendedores de baixa renda, visando à emancipação financeira e ao crescimento da economia local, criando oportunidades.

Figura 9 – Programa GeraRenda.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O *Programa Qualifica Turismo* visa qualificar a mão de obra local para o setor turístico, oferecendo cursos gratuitos para profissionais que já atuam ou querem entrar na área, com o objetivo de melhorar a experiência do turista, impulsionar a economia e fortalecer a cadeia produtiva do turismo no estado, aproveitando o crescimento do setor e valorizando os atrativos piauienses.





O *Pacto pela Economia*, por sua vez, é um programa que tem o objetivo de fortalecer a eficiência da gestão pública, estimular a criação de oportunidades de emprego e renda e estabelecer condições para que os municípios desenvolvam seu potencial econômico de maneira sustentável. O Programa encontra-se em fase inicial de implantação, contemplando, neste primeiro momento, 12 municípios. Trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado do Piauí voltada ao fortalecimento do desenvolvimento econômico municipal.

Desenvolvimento Social

O *Pacto pela Juventude Piauiense* busca fortalecer e integrar as políticas públicas para a juventude no Piauí, promovendo a participação social, a articulação entre Estado e Municípios, e o desenvolvimento de ações focadas em eixos como educação, profissionalização, trabalho, saúde, cultura, diversidade, cidadania e comunicação, visando garantir os direitos e o protagonismo dos jovens piauienses.

Figura 10 - Pacto Pela Juventude Piauiense.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O *Programa Juventude Rural Transformadora* é destinado a fortalecer o protagonismo da juventude no campo, capacitando em gestão, tecnologia, sociedade e empreendedorismo, de forma que esses jovens possam desenvolver projetos de inclusão produtiva e inovação nas suas comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.





Figura 11 – Programa Juventude Rural Transformadora.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O *Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTQIAfóbica* busca promover a articulação entre o Governo do Estado e os municípios piauienses para construir e implementar políticas públicas integradas de prevenção e enfrentamento à violência LGBTQIAfóbica, ou seja, discriminação, agressões e violências motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero, bem como, fortalecer a rede de proteção e o acesso a serviços públicos inclusivos, ampliar campanhas educativas e capacitar servidores para atendimento especializado às vítimas.

O *Projeto Mães Protetoras, Mães Eficientes* visa capacitar mães cuidadoras com treinamento em primeiros socorros e segurança, preparando-as para lidar com emergência e acidentes domésticos, além de oferecer apoio psicossocial e profissional, especialmente para mães de crianças com deficiência, visando o autocuidado, a autonomia financeira e a promoção de um ambiente familiar mais seguro e acolhedor.





Figura 12 – Projeto Mães Protetoras, Mães Eficientes.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Meio Ambiente

Operação Carro-Pipa Estadual: tem como objetivo contratar pipeiros a fim de atender à população que vem sofrendo com a escassez de água, tanto para o consumo quanto para a produção de subsistência.

Figura 13 – Operação Carro-Pipa.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Gestão

O “Projeto Diálogos pelo Piauí: o Governo mais perto de você” foi uma iniciativa que busca aproximar o governo da população, promovendo a escuta ativa das demandas locais nos 12 Territórios de Desenvolvimento, com o principal objetivo de revisar o Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, transformando as prioridades da sociedade em políticas públicas, através de oficinas temáticas e plenárias, garantido participação popular nas decisões.

Figura 14 - Diálogos Pelo Piauí: o Governo mais perto de você.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

2.4.2 Principais programas executados

No exercício de 2025, o Governo do Estado do Piauí instituiu programas com o objetivo de organizar e coordenar ações entre diferentes entidades e setores, criando um ambiente mais eficiente para a realização de suas metas. Além disso, os programas visam a otimização de recursos e ajudam a maximizar o impacto das políticas públicas, assegurando que os recursos financeiros, humanos, logísticos e materiais sejam utilizados de forma eficaz.

Logo abaixo, são apresentadas as entregas dos principais programas executados:





Piauí Rodovias Inteligentes: O programa promoveu o inventário e o mapeamento de toda a malha rodoviária estadual, por meio do registro detalhado das condições das rodovias e de seus elementos físicos, proporcionando uma visão abrangente e atualizada da infraestrutura viária. Complementarmente, foram realizados estudos de tráfego com o uso de Inteligência Artificial (IA) e implantados o Sistema de Informações Geográficas (SIG) e o Sistema de Gerenciamento de Pavimentos (SGP), que organizam os dados em uma plataforma analítica integrada, permitindo ao Governo identificar prioridades, planejar intervenções e subsidiar a tomada de decisões técnicas com maior precisão e agilidade. Essas ações resultaram em ganhos significativos de eficiência e resolutividade na gestão, além de maior conforto e segurança para os usuários, impactando a administração dos 13.350,47 km da malha rodoviária estadual, dos quais 8.823,7 km estavam pavimentados até novembro de 2025. Em reconhecimento aos resultados alcançados, o programa destacou-se em 2025 ao conquistar o 1º lugar no Prêmio Replicia Piauí – Excelência em Boas Práticas na Gestão Pública, promovido pela Secretaria de Administração do Estado.

Do Piauí para o Mundo: O antigo SEDUCKATHON, em 2025, ampliou significativamente seu alcance - o número de estudantes inscritos chegou a 9 mil, seis vezes mais que no ano anterior. Foram enviados ao exterior 130 estudantes e 26 professores, com ampliação dos destinos internacionais de três países em 2024 para seis países em 2025. O ciclo foi encerrado com a preparação de estudantes e professores para intercâmbio em Singapura, incluindo entrega de kits educacionais e embarque previsto para janeiro de 2026.

Piauí Saúde Digital: voltada à modernização e ampliação do acesso aos serviços de saúde por meio do uso de tecnologias digitais. O programa integra soluções de telemedicina, prontuário eletrônico, regulação digital e monitoramento remoto de pacientes com o objetivo de fortalecer a atenção básica e especializada. A iniciativa busca reduzir filas, otimizar recursos, ampliar o acesso a consultas e exames, especialmente em municípios mais distantes, e garantir maior agilidade e eficiência no atendimento à população. Além disso, promove a integração das unidades de saúde, qualificando a gestão e aprimorando a tomada de decisões com base em dados.





Made in Piauí: Em 2025, o projeto Made in Piauí consolidou-se como iniciativa estratégica de promoção dos produtos piauienses nos mercados nacional e internacional, articulando inovação, identidade territorial e acesso a novos canais de comercialização. O ano foi marcado pelo lançamento oficial da plataforma digital Made in Piauí e pela participação em missões empresariais e feiras estratégicas no Brasil e no exterior, como a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), Brasil Origem Week, Maison & Objet Paris, Web Summit Lisboa, Fórum E-commerce Brasil, ABAV Expo e a Missão China CIFIT. Essas agendas ampliaram a visibilidade dos produtos e serviços piauienses, fortaleceram conexões comerciais e institucionais e abriram oportunidades concretas de negócios, especialmente para os setores de inovação, economia criativa, turismo e produtos de identidade territorial. O projeto também avançou na formalização de artesãos e produtores locais, viabilizando a emissão gratuita de nota fiscal eletrônica em todo o Estado, e promoveu ações territoriais por meio do Diálogos pelo Piauí em municípios como Picos, Piripiri, Campo Maior, Floriano e Paulistana.

Em 2025, o Made in Piauí alcançou reconhecimento nacional em premiações da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), realizou a primeira venda B2B por meio da plataforma e iniciou projetos-piloto de rebranding e e-commerce. O marketplace Made in Piauí, com uma das menores taxas de administração do mercado, de 15%, já se encontra em funcionamento, com logística operacional realizada via Correios, reunindo produtores das áreas de arte, cultura, moda, design, decoração, alimentos e bebidas, que expressam a identidade e a piauiensidade dos produtos locais. Como inovação complementar, o programa instituiu o Selo de Origem Made in Piauí, destinado a certificar a autenticidade, a qualidade e a origem dos produtos fabricados no Estado, agregando valor, fortalecendo a identidade regional e estimulando a valorização da produção genuinamente piauiense.





Pacto pela Ordem: Programa estruturado para ampliar e consolidar os resultados já alcançados na segurança pública, por meio do uso intensivo de inteligência, gestão integrada e otimização de recursos, fortalecendo a atuação das forças de segurança e promovendo uma sensação concreta de proteção à população piauiense. A iniciativa contemplou a apresentação de 16 projetos de lei voltados ao enfrentamento da criminalidade violenta, à ampliação da inteligência policial e à integração das forças de segurança, além de medidas administrativas para intensificar o combate ao crime e elevar a eficácia operacional. Os resultados demonstram impacto direto e mensurável: os mandados de prisão aumentaram 123% entre 2022 (2.149) e 2025 (4.803), e as apreensões de armas de fogo cresceram 9% no período (de 1.931 para 2.112), evidenciando o fortalecimento das ações ostensivas e investigativas.

No eixo tecnológico, destaca-se a implantação do Sistema de Videomonitoramento Urbano com Inteligência Artificial (SPIA), lançado em agosto de 2025, com investimento superior a R\$ 23 milhões, integrando 629 postes inteligentes e mais de 1.200 câmeras em Teresina, conectadas a uma rede estadual com mais de 3.500 unidades ativas, operando de forma articulada ao novo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) lançado em agosto de 2025, que concentra as imagens geradas, os canais de comunicação com o cidadão (como o 190 e o B.O. Fácil) e ferramentas de radiocomunicação, otimizando a resposta às ocorrências.

As ações refletiram na redução de 31% das mortes violentas intencionais entre 2022 (825) e 2025 (573), com queda de 33% na taxa de homicídios, o melhor resultado da última década. Parnaíba, principal cidade do litoral piauiense, apresentou redução de 65% dos homicídios no período. Houve ainda diminuição dos registros de estupro, de 1.411 em 2024 para 1.372 em 2025, e aumento de 78% nas autuações em flagrante por violência doméstica entre 2022 e 2025, com mais de 8 mil agressores presos entre 2023 e 2025. No combate aos crimes patrimoniais, os roubos totais caíram 49% (de 20.406 em 2022 para 10.392 em 2025), os roubos de celulares reduziram 53%, com 14.744 aparelhos recuperados no período, e os roubos de veículos diminuíram 38%. Também houve queda de 44% nos casos de latrocínio e de 57% nos roubos com uso de arma de fogo, resultados associados à ampliação do videomonitoramento, ao fortalecimento das delegacias especializadas e à atuação integrada da Polícia Civil e do Departamento de Repressão às Ações Criminosas Organizadas.





Pacto Pelas Crianças: No âmbito do fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância, foram realizadas entregas de kits de mobília e equipamentos para creches em diferentes municípios do estado, com o objetivo de qualificar a infraestrutura da educação infantil e ampliar a capacidade de atendimento às crianças de 6 meses a 5 anos de idade. Em Teresina, a ação contemplou o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Professora Vera Lúcia Rocha de Oliveira Santos, localizado no Residencial Primavera Leste, com a disponibilização de mobiliário pedagógico, brinquedos educativos e equipamentos destinados ao cuidado e ao desenvolvimento infantil, contribuindo para a melhoria das condições de ensino e acolhimento.

No município de Piriá, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Sinhara Castro foi beneficiado com a entrega de kit de mobília que atende diretamente 283 crianças matriculadas na unidade. O conjunto, avaliado em R\$ 200 mil, inclui brinquedos, instrumentos musicais, livros, carteiras, bebedouros e outros materiais pedagógicos, possibilitando a ampliação do número de vagas e a elevação da qualidade do atendimento ofertado.

A iniciativa também alcançou o município de Luís Correia, com a entrega de kit creche composto por mobiliário e equipamentos voltados ao fortalecimento da educação infantil e à melhoria das condições de atendimento às crianças da primeira infância, assegurando ambientes mais adequados ao desenvolvimento integral. Complementarmente às ações estruturais, foi lançado o aplicativo Piauí Primeira Infância, ferramenta digital destinada ao acompanhamento de gestantes e de crianças de 0 a 6 anos. A plataforma integra informações e serviços das áreas de saúde, educação e assistência social, fortalecendo a gestão intersetorial e aprimorando o monitoramento e a efetividade das políticas públicas voltadas à primeira infância no estado.





Oportunidade Jovem – Incentivo ao Primeiro Emprego: Foi promovida a inserção de jovens no mercado formal por meio do subsídio estadual de 50% do salário mínimo nos primeiros meses de contratação. A política resultou em 65 jovens contratados com carteira assinada, em municípios como Floriano, Oeiras, São João do Piauí e Teresina, abrangendo os territórios Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Vale do Canindé, Serra da Capivara e Entre Rios. Além do impacto direto na empregabilidade, o programa estimulou em 2025 a adesão de 21 empresas cadastradas na plataforma Piauí Oportunidades, fortalecendo a economia local, promovendo autonomia financeira e reduzindo vulnerabilidades sociais. O projeto Oportunidade Jovem também ampliou sua estratégia de mobilização junto ao setor produtivo, sendo apresentado em eventos como o Diálogos pelo Piauí e em agendas com empresários de diversos municípios. Por meio da plataforma Primeira Oportunidade, foram viabilizadas contratações de jovens sem experiência profissional anterior, fortalecendo a articulação entre políticas públicas de juventude, qualificação profissional e desenvolvimento econômico local.



**Saiba Mais
aqui**

Orçamento Participativo Digital do Piauí (OPA): O Programa tem como objetivo garantir à sociedade civil a participação direta na definição das prioridades que compõem o Orçamento do Estado, por meio da destinação de parcela dos recursos públicos a projetos e ações de interesse local, escolhidos em consulta direta à população dos municípios. Em 2025, o Governo do Estado destinou recursos do Orçamento Participativo Digital (OPA) aos municípios de Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano, fortalecendo a escuta cidadã e a territorialização das decisões orçamentárias. Em sua terceira edição (OPA 2025–2026), o Programa alcançou maior grau de maturidade institucional e engajamento social, registrando 564 entidades cadastradas, 1.311 propostas apresentadas, 273.890 votos válidos e a eleição de 128 propostas. O orçamento previsto foi ampliado para R\$ 80 milhões, sendo R\$ 50 milhões destinados a Teresina, R\$ 12 milhões a Parnaíba e R\$ 6 milhões a cada um dos municípios de Picos, Piripiri e Floriano.



**Saiba Mais
aqui**





Diálogos pelo Piauí: Foi concebido e executado em 2025 como um projeto de coordenação conjunta da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e da Secretaria de Governo (SEGOV). Realizado nos 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado, o projeto estratégico de governança colaborativa estabeleceu canais diretos e permanentes de interlocução com a sociedade, constituindo-se como o principal instrumento de participação social para subsidiar a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, permitindo o diagnóstico preciso de gargalos e potencialidades para o alinhamento de políticas públicas às demandas reais da população.

O Diálogos pelo Piauí mobilizou 7.053 pessoas inscritas, organizadas em oficinas por eixos temáticos (Saúde e Bem-Estar; Educação Inclusiva e de Qualidade; Justiça e Segurança; Redução das Desigualdades; Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética; Desenvolvimento Socioeconômico; e Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos), reunindo representantes da sociedade civil, gestores públicos, lideranças comunitárias, representantes institucionais e atores do setor produtivo, assegurando ampla representatividade social e territorial e reafirmando o compromisso do Governo do Estado com a construção coletiva e com um processo democrático e transparente de participação social.

Como resultado do processo participativo, foram elaboradas 1.004 propostas, das quais 421 foram priorizadas por meio de votação. Os encontros territoriais ocorreram entre abril e novembro de 2025, nas cidades de maior porte populacional de cada território: Picos (Vale do Rio Guaribas), Piripiri (Cocais), Campo Maior (Carnaubais), Floriano (Vale dos Rios Piauí e Itaueira), Paulistana (Chapada Vale do Itaim), São Raimundo Nonato (Serra da Capivara), Uruçuí (Tabuleiros do Alto Parnaíba), Oeiras (Vale do Canindé), Valença (Vale do Sambito), Parnaíba (Planície Litorânea), Bom Jesus (Chapada das Mangabeiras) e Teresina (Entre Rios), estratégia que favoreceu o acesso, a mobilização e a capilaridade do processo participativo.





Programa Casa Legal: O Programa de Regularização Fundiária Urbana, anteriormente denominado PROURBE, tem como objetivo principal a regularização fundiária dos espaços urbanos. Seu fortalecimento é crucial para garantir segurança jurídica e o direito à posse legal de imóveis urbanos, beneficiando milhares de famílias e promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável. Desde a sua criação em outubro de 2023, o programa Casa Legal vem avançando em etapas sucessivas: ainda naquele ano, iniciou-se a estruturação e os primeiros processos de regularização em municípios-piloto; em 2024, a execução ganhou ritmo com entregas ampliadas de registros de títulos e atendimento em novas cidades, consolidando a base técnica e procedimental da política. Em 2025, o programa alcançou um novo patamar de execução, com a formalização de aproximadamente 21.159 regularizações, ampliando de forma significativa o alcance da política.

Com esse resultado, o acumulado da iniciativa ultrapassou 70 mil regularizações até novembro de 2025, distribuídas por mais de 40 municípios, evidenciando a distribuição territorial da ação e o fortalecimento da segurança jurídica para milhares de famílias piauienses.



Programa Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI): Em 2025, o programa consolidou sua fase de execução e expansão, fortalecendo o monitoramento institucional entre a SAF e a SEPLAN e ampliando a materialização de entregas nos territórios. No primeiro quadrimestre, destacaram-se a estruturação de Termos de Referência para a implantação de 500 cisternas, missões de supervisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a realização do evento FIDA IA em Ação. Entre maio e julho, o programa ampliou seu escopo com o lançamento de editais para mais 4.345 cisternas, contratação de consultorias especializadas e início de projetos estruturantes, como 28 sistemas de reuso de águas cinzas e três passagens molhadas.

No segundo semestre, o PSI avançou para a operacionalização física das ações, com a contratação de empresas, reforço da equipe técnica e realização





da Feira da Agricultura Familiar. Foram entregues três cisternas em Patos do Piauí, beneficiando três famílias. No eixo de infraestrutura e apoio produtivo, o programa executou a construção de uma passagem molhada em São Francisco do Piauí, promoveu reformas de escritórios territoriais e manteve obras em andamento, além de investir em infraestrutura lógica e na organização de eventos de grande porte, reafirmando o compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Estado.



2.4.3 Programas orçamentários

Os programas orçamentários do Governo do Estado do Piauí têm papel fundamental no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da população. A classificação por programas permite demonstrar as ações do Governo e a efetividade de seus resultados.

Desta forma, o Programa Piauí Saudável busca reduzir os principais problemas de saúde da população piauiense, ampliando e qualificando o acesso a serviços públicos. Este programa teve R\$ 3.218.794.884,06 em despesas liquidadas.

O Programa Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer promove políticas que valorizam as tradições, incentivam artistas, atletas e cidadãos a desenvolverem criatividade e senso crítico, totalizando em 2025 R\$ 166.721.767,21 em despesas liquidadas.

O Programa Piauí Educação foca na expansão do ensino em tempo integral, permitindo maior concentração dos alunos para aprimorar habilidades e aptidões, com R\$ 3.558.644.121,62 em despesas liquidadas.

Já o Programa Piauí Seguro, que atua com políticas de justiça, segurança pública, defesa social e trânsito, conta com R\$ 455.205.377,10 de despesas liquidadas.





Voltado para promover o aumento da renda per capita e igualdade de gênero, o Programa Piauí Inclusivo totalizou em 2025 R\$ 144.244.960,46 em despesas liquidadas.

O Programa Piauí Integrado amplia o acesso à água, saneamento, transporte e mobilidade urbana, tendo liquidação de R\$ 2.143.057.042,01.

No tocante ao Programa Avança Piauí, as despesas liquidadas foram de R\$ 286.173.272,23, integrando políticas para o desenvolvimento econômico.

O Programa Piauí Produtivo busca fortalecer e ampliar a assistência técnica e extensão rural, otimizando a infraestrutura no campo, assegurando sanidade vegetal e animal, com expansão da agropecuária, com despesas liquidadas de R\$ 270.054.883,79.

Focado no desenvolvimento sustentável, preservação e recuperação ambiental, o Programa Piauí Verde teve R\$ 32.373.921,97 de despesa liquidada. Além disso, há o Programa Gestão, Inovação e Transformação Digital, que aprimora a estrutura governamental por meio da Gestão por Resultados, com R\$ 4.493.903.913,80 em despesas liquidadas.

Há ainda o Programa Previdência Social do Servidor, que garante benefícios previdenciários aos servidores e dependentes de forma eficiente e sustentável, tendo R\$ 3.229.060.584,09 de despesa liquidada.

Os Encargos de Natureza Especial destinam recursos ao pagamento da dívida pública estadual, totalizando R\$9.338.091.957,73 em despesas liquidadas. Já a Reserva de Contingência não registrou liquidação.





Quadro 2 - Dotação e Execução dos Programas PPA

Programas Orçamentários	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)
0099 - Reserva de Contingência	92.037.803,00	0,00	0,00
0100 - Piauí Saudável	2.775.817.081,00	3.522.807.601,16	3.218.794.884,06
0101 - Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer	81.187.267,00	215.871.662,03	166.721.767,21
0102 - Piauí Educação	2.686.224.994,00	3.744.569.552,56	3.558.644.121,62
0103 - Piauí Seguro	353.726.307,00	627.430.110,71	455.205.377,10
0104 - Piauí Inclusivo	189.472.320,00	228.844.765,49	144.244.960,46
0105 - Piauí Integrado	3.076.199.170,00	2.320.689.847,87	2.143.057.042,01
0106 - Avança Piauí	113.016.083,00	327.465.348,13	286.173.272,23
0107 - Piauí Produtivo	243.779.332,00	319.028.464,86	270.054.883,79
0108 - Piauí Verde	45.824.456,00	62.018.321,01	32.373.921,97
0109 - Gestão, Inovação e Transformação Digital	4.652.556.021,00	4.643.314.334,86	4.493.903.913,80
0110 - Previdência Social do Servidor	3.257.806.417,00	3.276.442.015,21	3.229.060.584,09
9100 - Encargos de Natureza Especial	3.290.170.380,00	10.327.498.520,79	9.338.091.957,73

Fonte: Elaboração Própria SUPOE/SEPLAN, a partir dos dados do SIAFE-PI.³





2.4.4 Execução do Plano de Gestão e o Plano Plurianual 2024–2027

O Plano de Governo consolidou um conjunto de propostas voltadas ao enfrentamento da pobreza em suas dimensões econômica, social e política, com o propósito de promover, de forma célere e qualificada, o desenvolvimento e o bem-estar social de toda a população. Com a instalação do governo, esse Plano foi convertido em Plano de Gestão, no qual os compromissos assumidos junto à sociedade passaram a ser traduzidos em metas quantificáveis, permitindo o acompanhamento sistemático de sua execução.

De maneira geral, o Plano de Gestão contempla 178 compromissos, acompanhados por 121 indicadores, que possibilitam monitorar o progresso das ações, bem como identificar eventuais entraves à sua implementação. Esse processo contribui para o fortalecimento de uma abordagem de formulação e execução de políticas públicas orientada por evidências e focada em resultados.

O Plano de Gestão antecedeu e exerceu papel fundamental na elaboração dos programas previstos no Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, havendo estreita relação entre ambos. O PPA, foi concebido como um instrumento de gestão destinado a organizar as prioridades da sociedade e a conferir concretude aos compromissos estabelecidos no Plano de Gestão. Estruturado em oito eixos estratégicos, o PPA 2024–2027 apresentava vinculações diretas entre esses eixos e o Plano de Gestão, conforme demonstrado no Quadro 3. Ao longo do ano, a Secretaria de Planejamento realiza a validação do acompanhamento da execução do Plano, em conjunto com o levantamento dos gastos financeiros associados a essa execução.





Quadro 3 - Vinculação estratégica entre o PPA e Plano de Gestão.

Eixo Estratégico PPA 2024-2027	Objetivo Estratégico PPA 2024-2027	Eixo Plano de Gestão	Programas PPA	Indicador de Impacto PPA 2024-2027
Saúde e Bem-Estar	Cuidar do bem-estar físico e mental do piauiense, ofertando e garantindo o acesso universal aos serviços de baixa, média e alta complexidade de saúde por todos os territórios, bem como reduzir os riscos à saúde da população.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos	Piauí Saudável Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer	Expectativa de vida
Educação Inclusiva e de Qualidade	Assegurar a educação pública, inclusiva de qualidade, com ênfase na universalização do ensino de tempo integral e profissionalizante, observando a eficiência dos processos de aprendizagem.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos Geração de trabalho, emprego e renda.	Piauí Educação	Melhoria na qualidade do ensino.
Justiça e Segurança	Promover a paz e reduzir a violência com ações de prevenção, repressão e ressocialização, a partir de uma rede integrada de atuação governamental e da construção de instituições eficazes e responsáveis.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos	Piauí Seguro	Nº de homicídios por 100 mil habitantes





Redução das desigualdades	Garantir o direito à cidadania, com o foco nas populações mais vulneráveis, resguardando a igualdade de oportunidades.	Geração de trabalho, emprego e renda Melhoria da qualidade dos serviços públicos	Piauí Inclusivo	Índice de Gini
Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética	Integrar os territórios de desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida dos piauienses e gerando competitividade para os pequenos e grandes negócios através dos investimentos dos modais prioritários para mobilidade de pessoas e escoamento da produção, geração e distribuição de energia elétrica limpa e saneamento básico ambiental.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos Geração de trabalho, emprego e renda	Piauí Integrado	Qualidade das rodovias (ótima e boa); Capacidade Instalada de Energia Elétrica (MW)
Desenvolvimento Socioeconômico	Reforçar o papel do Estado como indutor de políticas públicas que incentivem o crescimento econômico sustentável, promovendo o adensamento das cadeias produtivas, o aumento das oportunidades de trabalho, emprego e da renda de forma equitativa pelos territórios de desenvolvimento.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos Geração de trabalho, emprego e renda	Piauí Produtivo Avança Piauí	Taxa de desocupação (IBGE)





Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Promover ações de políticas que contribuam para o esforço global de combate às mudanças climáticas e à escassez de recursos hídricos, por meio de gestão de solo, de florestas e das águas, do combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, da gestão urbana e sustentável, e da prevenção de riscos e desastres.	Melhoria da qualidade dos serviços públicos Geração de trabalho, emprego e renda.	Piauí Verde	% da população com acesso à água e esgotamento urbano
Gestão Por Resultados	Promover a excelência dos serviços públicos com foco na transformação digital, no fortalecimento da administração pública inovadora e na melhoria da experiência do cidadão.	Planejamento e gestão eficiente Participação social e Comunicação Melhoria da qualidade dos serviços públicos	Gestão, Inovação e Transformação Digital Previdência Social do Servidor Ministério Público por todo o Piauí Gestão Eficiente Orientada para Garantia dos Hipossuficientes e das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Governança e Aprimoramento das Ações do Poder Legislativo Controle Externo em Defesa da Sociedade Justiça e Cidadania	Oferta de serviços públicos digitais.

Fonte: Elaboração Própria SUPOE/SEPLAN





O Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 é estruturado a partir de nove programas multissetoriais de caráter temático, dois programas voltados à gestão do Poder Executivo, cinco programas destinados à gestão dos demais Poderes, além de dois programas de natureza especial. Todos contam com objetivos claramente estabelecidos e ações estratégicas que orientam tanto a alocação dos recursos quanto a execução das políticas públicas, possibilitando a oferta de bens e serviços à sociedade. Nesse contexto, o PPA contempla um conjunto robusto de instrumentos de planejamento, composto por 14 indicadores de impacto, 179 indicadores de resultados, 78 objetivos setoriais, 355 diretrizes setoriais e 446 ações orçamentárias.





3 GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

3.1 Governança

O Governo do Estado do Piauí adotou uma abordagem de governança pública orientada para resultados. Tal abordagem reconhece a relevância de mecanismos de articulação e tomada de decisão nos âmbitos intragovernamental, intergovernamental e de descentralização extragovernamental ao longo de todo o ciclo das políticas públicas, compreendendo as etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações governamentais. Essa estrutura de governança foi concebida com o propósito de aprimorar a efetividade das políticas públicas e assegurar a utilização eficiente dos recursos, em consonância com o interesse público.

De acordo com o Manual de Gestão por Resultados do Governo do Estado do Piauí, no âmbito do mecanismo intragovernamental, a alta gestão é responsável por coordenar a articulação entre os diversos órgãos e entidades, promover a implementação de estratégias e projetos estratégicos, bem como definir metas orientadas a resultados. O mecanismo intergovernamental, por sua vez, caracteriza-se pela atuação cooperativa entre diferentes poderes e níveis de governo, envolvendo o compartilhamento de objetivos, iniciativas e ações voltadas ao atendimento das demandas da sociedade. Já o mecanismo de descentralização extragovernamental refere-se à interação entre o Estado e parcerias público-privadas, viabilizando a entrega de ações públicas por meio de instrumentos de participação e controle social, tais como conselhos consultivos e deliberativos, audiências públicas, orçamento participativo e termos de cooperação com instituições de ensino e pesquisa, centros de pesquisa e organizações do terceiro setor.

A partir do desenvolvimento e da implementação do Modelo de Gestão Estadual Avançada (MGE), foi instituída uma sistemática de reuniões organizadas em diferentes níveis, conforme ilustrado na Figura 15:

➤ **Nível 0:** corresponde às reuniões realizadas semestralmente entre o Governador e a sociedade civil, nas quais são apresentados os avanços alcançados em relação aos compromissos assumidos.





➤ **Nível 1:** compreende encontros trimestrais entre o Governador e os grupos de monitoramento, com o objetivo de acompanhar o cumprimento desses compromissos.

➤ **Nível 2:** ocorrem reuniões trimestrais entre a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de Governo (SEGOV) e os Secretários de Estado, voltadas ao acompanhamento da execução dos compromissos governamentais.

➤ **Nível 3:** envolve reuniões mensais entre secretários e superintendentes, destinadas à apresentação dos resultados alcançados e ao alinhamento das ações para os encontros subsequentes.

➤ **Nível 4:** realizam-se reuniões quinzenais com a alta direção, composta por superintendentes e diretores, nas quais são apresentados os principais resultados dos indicadores e projetos do plano de governo sob responsabilidade de cada área, bem como identificadas as principais dificuldades enfrentadas.

➤ **Nível 5:** corresponde a encontros quinzenais entre a alta direção e os gerentes, com foco na apresentação do andamento da execução dos projetos.

➤ **Nível 6:** são realizadas reuniões diárias entre os gerentes e suas equipes, destinadas ao acompanhamento dos planos de ação e à distribuição das atividades.





Figura 15 – Modelo de Governança do Estado.



Fonte: SUME/SEPLAN.⁴

Adicionalmente, o Estado adotou medidas voltadas à preservação e ao fortalecimento dos mecanismos de participação popular nos processos decisórios relacionados à implementação de políticas públicas, com destaque para o aprimoramento do Programa de Orçamento Participativo. Essa iniciativa busca atender de forma mais eficaz às demandas da população e ao interesse público, promovendo maior transparência na aplicação dos recursos e nos resultados alcançados. Ademais, observa-se o fortalecimento do Controle Social, com o incentivo à participação mais ativa da sociedade no monitoramento, fiscalização e avaliação das ações e entregas do Governo.

3.1.1 Cadeia de valor

Os macroprocessos consistem em um conjunto articulado de processos que viabilizam o cumprimento da missão institucional, produzindo efeitos relevantes sobre a forma de atuação do Estado. No âmbito do Estado do Piauí, foram estabelecidos quatro macroprocessos estruturantes: Planejamento, Orçamento, Monitoramento e Avaliação. Esses macroprocessos têm como finalidade responder de maneira eficiente às demandas da sociedade piauiense, contribuindo para a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A implementação do modelo de Gestão por Resultados, alicerçado em princípios como a definição clara de públicos-alvo, a flexibilidade administrativa,

4 SUME - Superintendência de Monitoramento Estratégico





a valorização e o engajamento dos profissionais, bem como a participação social e o controle social, evidencia o esforço governamental para elevar os níveis de eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. Dessa forma, busca-se a convergência com práticas consolidadas de governança pública.

A abordagem da Gestão por Resultados pressupõe a integração entre os macroprocessos, de modo que não atuem de forma dissociada. O Planejamento deve orientar e preceder o Orçamento, enquanto o Monitoramento e a Avaliação asseguram o controle da execução, além de fornecer subsídios para o aprendizado institucional e eventuais ajustes no planejamento.

O macroprocesso de Planejamento tem por objetivo direcionar a atuação governamental, estabelecendo prioridades, organizando demandas e identificando os principais atores envolvidos em cada Território de Desenvolvimento. Nessa fase, são formuladas a Estratégia Estadual de médio e longo prazo, as diretrizes e compromissos do Plano Plurianual (PPA), bem como o planejamento de curto prazo.

O macroprocesso de Orçamento, por sua vez, promove a compatibilização entre o planejamento e a capacidade financeira do Estado, assegurando a distribuição racional dos recursos conforme as prioridades e metas definidas. Nesse âmbito, são elaborados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), além da Programação e da Execução Orçamentária e Financeira Anual.

O macroprocesso de Monitoramento é responsável pelo acompanhamento sistemático das estratégias governamentais e de seus condicionantes, abrangendo o controle físico, orçamentário e financeiro do PPA, da LDO, da LOA e dos compromissos assumidos no Plano de Gestão.

Por fim, o macroprocesso de Avaliação dedica-se à análise da efetividade dos projetos e das ações prioritárias definidas nos instrumentos formais de planejamento, na carteira de projetos estratégicos e nas agendas territoriais. Essa etapa compreende a Avaliação Ex Ante de Projetos de Investimento, a Análise Executiva de Resultados e a Avaliação Bienal da Estratégia Governamental.





A Cadeia de Valor ilustra graficamente a organização e integração dos macroprocessos, evidenciando como eles contribuem para a missão institucional do governo estadual e para a geração de resultados para a sociedade. No caso do Piauí, as políticas públicas implementadas refletem o papel do Estado como agente promotor de dinâmicas sociais e econômicas e de melhoria na qualidade dos serviços.

A estrutura da cadeia de valor apresenta três elos principais:

- **Processos primários (Finalísticos):** Correspondem às atividades essenciais para o cumprimento da missão governamental, criando valor para os cidadãos. Esses processos são compostos pelos Eixos que estruturam os Programas Temáticos Multissetoriais, voltados à execução de políticas públicas que beneficiam a sociedade.
- **Processos de gerenciamento (Estratégico):** Garantem o funcionamento do governo, abrangendo a medição, monitoramento e controle das atividades públicas. Nesta etapa, destacam-se os Programas de Gestão, focados na administração pública e na metodologia de Gestão por Resultados.
- **Processos de suporte (Sustentação):** Dedicados a apoiar os processos primários e de gerenciamento, proporcionando valor para os demais elos da cadeia.

A Figura 16 ilustra a cadeia de valor do Estado do Piauí, organizada em três categorias: Processos Primários (Finalísticos), Gerenciamento (Estratégico) e Suporte (Sustentação).





Figura 16 – Cadeia de Valor do Estado do Piauí.

MISSÃO INSTITUCIONAL	GERENCIAMENTO	Gestão por Resultados	Transformação Digital	Inovação
	FINALÍSTICOS	Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética	Saúde e Bem-Estar	Redução das Desigualdades
		Educação	Segurança Pública	Cultura, Esporte e Lazer
	SUORTE	Governança	Transparência	Gestão Técnica, Ética e Eficiente
		Equilíbrio Fiscal	Gestão de Pessoas	Comunicação e Memória Institucional
	MISSÃO			
Promover no estado do Piauí o desenvolvimento econômico com equidade social, segurança e sustentabilidade, com redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade dos serviços públicos, por meio de uma gestão eficiente, e eficaz e transparente com ampla participação social.				

Fonte: elaboração própria SUPOE/SEPLAN.

3.1.2 Marcos de Médio Prazo (MMP)

Em 2025, o Estado do Piauí fortaleceu e deu continuidade à implementação dos Marcos de Médio Prazo (MMP). Instituídos pela Lei Complementar nº 315/2025, configuram instrumentos estruturantes do novo modelo de planejamento fiscal e orçamentário do Estado do Piauí, orientado à qualidade, à sustentabilidade fiscal e à visão de médio prazo da ação governamental. Sua adoção está fundamentada no art. 165 da Constituição Federal e nos princípios



da responsabilidade fiscal, com o objetivo de fortalecer a previsibilidade, a disciplina fiscal e a coerência entre planejamento, orçamento e execução.

Os Marcos de Médio Prazo dividem-se nas seguintes categorias principais:

- **Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP)**, o qual é incorporado ao processo de planejamento por meio do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 315/2025. Esse instrumento estabelece as metas fiscais para o exercício de referência e para os três exercícios subsequentes, acompanhadas de projeções macroeconômicas e fiscais e de cenários alternativos compatíveis com o cumprimento das regras fiscais. O MFMP orienta a condução da política fiscal, contribui para a prevenção de riscos fiscais e assegura a compatibilidade das decisões governamentais com a manutenção do equilíbrio das contas públicas e da capacidade de financiamento do Estado.
- **Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP)**, previsto no art. 6º da Lei Complementar nº 315/2025, tem como finalidade assegurar a coerência entre o planejamento fiscal e a alocação de recursos no orçamento. Para tanto, o projeto de lei orçamentária anual passa a incorporar projeções plurianuais de despesas, organizadas em limites setoriais por órgão ou unidade orçamentária, distinguindo despesas obrigatórias e discricionárias. O MOMP é impositivo para o exercício a que se refere a Lei Orçamentária Anual e indicativo para os exercícios subsequentes, fortalecendo a previsibilidade orçamentária e a disciplina fiscal.
- **Marco de Desempenho de Médio Prazo (MDMP)**, que complementa os marcos fiscal e orçamentário ao incorporar, de forma progressiva, informações sobre resultados e desempenho das políticas públicas ao processo de planejamento e orçamento, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 315/2025. Esse marco busca fortalecer a vinculação entre a alocação de recursos, as metas de desempenho e os impactos das ações governamentais, com base nos objetivos e indicadores definidos no Plano Plurianual. O MDMP orienta o uso sistemático de avaliações de políticas públicas, permitindo aferir a eficácia, a eficiência e a efetividade da atuação





estatal e subsidiar decisões de realocação de recursos e aprimoramento da qualidade do gasto.

A implementação dos Marcos de Médio Prazo, em especial do Marco Orçamentário de Médio Prazo, ocorre de forma gradual, conforme estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 315/2025, com vistas à adaptação institucional e ao fortalecimento das capacidades técnicas do Estado. O cronograma definido prevê que, no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2026, o horizonte do marco orçamentário será de dois anos; no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027, o horizonte será ampliado para três anos; e, a partir do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2028, o MOMP adotará horizonte de quatro anos. Esse processo escalonado assegura a consolidação do planejamento de médio prazo, alinhado às metas fiscais, aos limites de despesa e aos resultados esperados das políticas públicas.

3.1.3 Estratégias de Longo Prazo

O desenvolvimento econômico é um processo de ampliação do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, bem como da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico, que implica salários mais elevados.

Nesse contexto, o Piauí possui um Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo, cuja meta é garantir um crescimento econômico sustentável e acelerado, com foco no pleno emprego e na expressiva redução das desigualdades sociais. Essa estratégia é construída de forma coletiva, por meio do diálogo com os municípios e a União, além da articulação harmoniosa com os Poderes do Estado, como Ministério Público, os Tribunais de Contas, o Tribunal de Justiça e o Poder Legislativo.

Para alcançar esses objetivos, são propostas três diretrizes fundamentais:

➤ **Superchoque Educacional e Tecnológico:** Essa medida foi traduzida em investimentos e na implementação do Ensino Médio Integral em todas as escolas, junto com integração à Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Somado a isso, foi necessário implantar no currículo disciplinas mais alinhadas





ao mercado de trabalho como Inteligência Artificial, Empreendedorismo, Educação Financeira, Robótica, Programação, Educação Ambiental, além de outras.

Na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, têm sido priorizados cursos relacionados à realidade atual, como Desenvolvimento de Sistemas com ênfase em Inteligência Artificial, Marketing Digital, Programação de Jogos, Energias Renováveis, Controle Ambiental, Agrotécnica, entre outros. No âmbito da Educação Superior, é priorizada a oferta de cursos tecnológicos e bacharelados em áreas ligadas ao campo STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática), bem como a ampliação de bolsas e de grupos de pesquisas nas áreas prioritárias.

➤ **Estabilidade Duradoura (Institucional e Fiscal):** Essa diretriz é essencial para a promoção e consolidação dos investimentos. A harmonia entre os Poderes é crucial para a estabilidade institucional, enquanto a estabilidade fiscal assegura a capacidade de investimento do Estado. Ambas se retroalimentam, a estabilidade institucional fortalece a fiscal e vice-versa. Quanto mais duradoura essa estabilidade, maiores serão os níveis de prosperidade alcançados.

➤ **Abertura Econômica (com participação ativa do Estado):** Essa diretriz está relacionada ao intercâmbio comercial, educacional e tecnológico, fundamental para acelerar os processos de inovação e ampliar as oportunidades locais. Deve-se estimular um ambiente de negócios favorável, promovendo o desenvolvimento de uma cultura empreendedora nas escolas, universidades e hubs tecnológicos. Nesse sentido, a sinergia entre o setor público, setor privado e entidades da Sociedade Civil mostra-se indispensável para o desenvolvimento coletivo.

Essa Estratégia de Longo Prazo busca posicionar o Piauí como referência nacional em Educação e Tecnologia. O Estado já é pioneiro na implementação do ensino em Inteligência Artificial na educação básica. Ademais, busca-se concentrar esforços em áreas estratégicas, fundamentais para ampliar as oportunidades da população e fortalecer a competitividade econômica. No Longo Prazo, os investimentos do Estado estão direcionados principalmente para os seguintes setores: Agropecuária, Energias Renováveis, Mineração,





Logística, Tecnologia da Informação, Turismo, Serviços de Saúde, Biotecnologia, Bioeconomia, Agricultura Familiar e Economia Criativa.

Como estratégia para atrair investimentos privados, ampliar a capacidade estatal de investimentos e conferir viabilidade e credibilidade aos projetos, o Governo conta com a Investe Piauí. Essa estatal tem como objetivo promover o Piauí, no cenário nacional e internacional, por meio da realização de eventos de alto nível, visitas técnicas, escritórios de representação e missões empresariais internacionais.

A Investe Piauí também contribui para a melhoria do ambiente de negócios do Estado, atuando de forma integrada com outras instituições e órgãos, como a Junta Comercial, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação.

3.2 Principais problemas/riscos identificados

O Planejamento Estratégico permite estruturar a gestão de riscos, identificando incertezas e contribuindo para uma tomada de decisão mais assertiva, com o uso eficiente, eficaz e efetivo dos recursos disponíveis. Diante disso, foi elaborada a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), termo originado do inglês Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats (SWOT). Essa ferramenta é utilizada para analisar o contexto e os riscos aos quais as instituições estão expostas. Na matriz, são avaliados o ambiente interno (fatores controláveis), como forças e fraquezas relacionadas ao objeto de risco, e o ambiente externo (fatores de menor controle pela unidade/ organização), como oportunidades e ameaças, conforme ilustrado na Figura 17.

Figura 17 - Matriz FOFA Governo do Estado do Piauí.



Fonte: elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.





Tendo em vista o cenário externo, o Governo do Estado do Piauí apresenta um conjunto relevante de oportunidades e ameaças que condicionam a formulação e a implementação das políticas públicas. Entre as oportunidades, destaca-se o elevado potencial do estado para a expansão das energias renováveis, especialmente eólica e solar, com capacidade de atrair investimentos, promover o crescimento econômico sustentável e gerar externalidades positivas para a cadeia produtiva local.

Soma-se a esse contexto o desempenho favorável na geração de empregos formais, com destaque nacional e liderança regional em 2025, impulsionado por setores como construção civil, indústria e agropecuária, bem como o protagonismo estadual em investimentos públicos e em projetos de infraestrutura estratégica, incluindo a atração de capital privado por meio de concessões. Adicionalmente, iniciativas voltadas à qualificação profissional, à inovação tecnológica e ao fortalecimento do turismo ampliam o potencial de diversificação econômica e de elevação da produtividade. Por outro lado, persistem ameaças estruturais relevantes, como a pobreza e a desigualdade social, a dependência de decisões de política econômica em âmbito federal, a necessidade de atração de indústrias intensivas em mão de obra qualificada, a vulnerabilidade climática e os desafios associados à gestão dos recursos hídricos.

No ambiente interno, foram identificados como pontos de atenção a limitação do quadro de servidores efetivos, a defasagem da infraestrutura física em determinados órgãos, o elevado grau de formalismo nos fluxos administrativos e a baixa integração entre os sistemas de informação. Em contrapartida, no conjunto de fatores positivos, sobressaem iniciativas internas que ganharam relevância em 2025, tais como o fortalecimento dos mecanismos de participação social no processo de planejamento governamental, com o Diálogos pelo Piauí; o avanço da transformação digital da administração pública, com a ampliação da oferta de serviços digitais e a integração de plataformas institucionais; o incremento da presença e da comunicação institucional dos órgãos estaduais nos canais digitais e redes sociais; e o aprimoramento da articulação entre planejamento e orçamento, com maior alinhamento entre a programação orçamentária e a execução das prioridades estratégicas do governo.





3.3 Principais Entregas Finalísticas

Ao longo de 2025, o Estado direcionou suas iniciativas para o alcance de metas alinhadas a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse cenário, o Balanço do Governo reúne as ações executadas pela administração pública, em conformidade com os compromissos definidos no Plano de Gestão. O documento está disponível para acesso por meio do QR Code.

Figura 18 – QR Code - Balanço de Governo 2025.



Fonte: SEPLAN.

Nesse contexto, apresentam-se as principais entregas distribuídas pelos eixos definidos no PPA 2024-2027, demonstrando como suas iniciativas têm impactado positivamente a vida dos piauienses.

Piauí Saudável

O Governo do Estado do Piauí tem promovido um conjunto expressivo de entregas que fortalecem a rede pública de saúde, ampliam o acesso da população aos serviços e qualificam a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território estadual. As ações desenvolvidas refletem uma política





orientada pela regionalização, pela inovação tecnológica e pelo cuidado integral às pessoas.

No campo da ampliação da assistência e do acesso aos serviços ambulatoriais, destacam-se a inauguração e a consolidação de novas estruturas estratégicas em diversas regiões do Estado. Somente em 2025, foram entregues unidades de Centrais de Diagnóstico em diversos municípios, como Água Branca, Bom Jesus, Castelo do Piauí, Corrente, Esperantina, Parnaíba, Paulistana, Picos, Piripiri e Valença do Piauí. Para viabilizar essa expansão, foram investidos R\$14 milhões, resultando na realização de 230.407 exames, consolidando um marco importante para a saúde pública estadual. Vale ressaltar, também, a abertura da ala pediátrica do Hospital José de Moura Fé, em Simplício Mendes, reforçando a atenção hospitalar especializada no interior do Estado.

Figura 19 - Centrais de Diagnóstico em Parnaíba e Bom Jesus.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Na saúde mental, houve a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com qualificação de profissionais, reforma do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantojuvenil e realização de 5.428 atendimentos especializados ao longo do ano. As ações fortalecem o cuidado territorial por meio de um modelo integrado entre CAPS, atenção primária e teleatendimento.

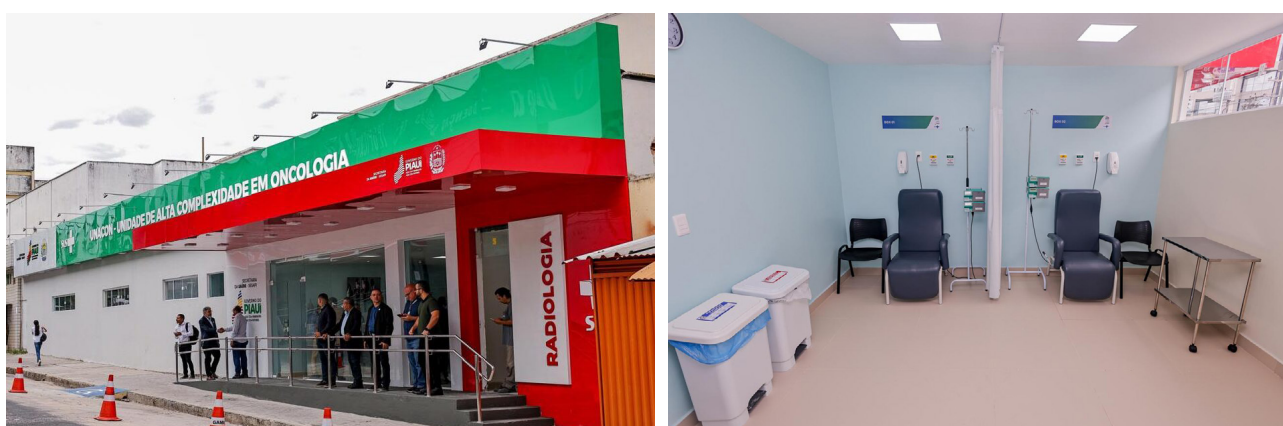
A descentralização da oncologia avançou com a entrega da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital Getúlio Vargas com investimento de R\$2.450.000,00, estruturada para alta complexidade e com mais de 1.000 atendimentos realizados desde a inauguração. Já a regulação estadual consolidou-se com a conclusão das quatro fases do Regula Piauí e a capacitação





de 29 Núcleos Internos de Regulação (NIRs), garantindo integração plena entre as redes ambulatorial e hospitalar.

Figura 20 - Unidade de Alta Complexidade em Oncologia do Hospital Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

A inauguração do Centro Especializado de Atendimento às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (CETEA) marcou um avanço significativo na ampliação da rede pública de atenção especializada no Estado. Com investimento de R\$6 milhões, a unidade constitui o primeiro centro estadual dedicado ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Piauí, oferecendo acompanhamento multidisciplinar por meio do Sistema Único de Saúde. No decorrer de 2025, o centro realizou 7.722 atendimentos, contribuindo para fortalecer de forma inédita a rede estadual de cuidado, ampliando o acesso a serviços especializados e promovendo maior qualidade de vida.

Durante o ano de 2025, a reestruturação do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) configurou-se como um dos marcos técnicos mais relevantes da gestão, consolidando avanços significativos na capacidade diagnóstica e na vigilância em saúde no estado. A modernização contemplou reforma física, aquisição de novos equipamentos e habilitações por meio do Novo PAC, além da ampliação de serviços estratégicos, como a realização de exames de Proteína C Reativa (PCR) para hanseníase, coqueluche e MPOX (varíola do macaco).

Como resultado desse processo de fortalecimento institucional, o LACEN passou a ofertar, em 2025, um total de 303 tipos de exames, ampliando de forma





expressiva a resolutividade diagnóstica no território estadual. O laboratório retomou, ainda, análises essenciais, incluindo exames de alimentos suspeitos de contaminação, triagem neonatal e monitoramento da qualidade da água, reforçando seu papel estratégico na prevenção, no controle de agravos e na proteção da saúde pública.

Como iniciativa itinerante, o Programa Carretinha da Saúde leva atendimentos médicos especializados e exames à população, especialmente em municípios com menor acesso à rede de saúde. Por meio de unidades móveis equipadas, o programa amplia a cobertura assistencial, reduz filas e fortalece a descentralização dos serviços de saúde no Estado. Somente no último ano, foram realizados 24.864 atendimentos, demonstrando seu alcance e impacto direto na melhoria do acesso da população aos cuidados médicos.

Também merece destaque o Programa Passo à Frente, que realizou 8.154 entregas de órteses e próteses, fortalecendo a inclusão e a autonomia das pessoas com deficiência. Já o Programa de Saúde Bucal Itinerante - Implantando Sorrisos executou 3.500 implantes dentários e mais de 10 mil procedimentos especializados, ampliando o acesso à saúde bucal.

O Piauí Saúde Digital consolidou-se no exercício como a principal entrega estratégica do setor, implantado nos 224 municípios e integrado a 1.215 Unidades Básicas de Saúde (UBS), com investimento de R\$100 milhões. Somente em 2025, foram realizadas 221.305 teleconsultas e emitidos 746.711 telelaudos, além do lançamento do aplicativo móvel, o que ampliou o acesso digital aos serviços de saúde. Pelo seu impacto social, caráter inovador e eficiência, o programa recebeu o 1º lugar no Prêmio Excelência em Competitividade 2025, na categoria Boas Práticas. A premiação, concedida pelo Centro de Liderança Pública (CLP), ratifica o papel do Piauí como referência nacional em inovação pública.

Figura 21 - Piauí Saúde Digital.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Quanto à formação, qualificação e valorização dos profissionais de saúde, o Governo do Estado do Piauí investiu na capacitação de trabalhadores da Atenção Primária, em parceria com instituições de referência, como o Hospital Albert Einstein. Além disso, foram ofertados cursos voltados à saúde da pessoa idosa, ao enfrentamento da violência de gênero e ao uso de inteligência artificial na gestão pública.

Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer

A política cultural do Piauí consolidou-se como um vetor estratégico de desenvolvimento social e econômico, marcada por entregas estruturantes, descentralização das ações e fortalecimento institucional. O conjunto das iniciativas realizadas ao longo do ano reafirmou o compromisso do Estado com a ampliação do acesso à cultura, a valorização da diversidade artística e a preservação da memória coletiva.

Um dos principais eixos de atuação foi a expansão e qualificação da infraestrutura cultural, com a inauguração e revitalização de equipamentos em diferentes regiões do estado. Destacam-se a entrega da Casa do Artesão Design Mestre Albertino, em Teresina; do Teatro Sávio Barão, em Picos; e do Auditório Maria da Conceição Brito, em Campo Maior. Além de bibliotecas, videotecas, polos artesanais, praças culturais, pinacotecas, centros de memória e casas de cultura, fortalecendo a presença do Estado em todos os territórios, ampliando os espaços de criação, difusão e convivência cultural.

Figura 22 – Teatro Sávio Barão.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





No campo do fomento e financiamento cultural, o Piauí obteve reconhecimento nacional pela execução da Lei Paulo Gustavo, alcançando 99,8% de aplicação dos recursos. Foram selecionados 930 projetos e premiações, distribuídos em 138 municípios, com investimento superior a R\$44 milhões, contemplando especialmente o audiovisual e diversas linguagens artísticas. Complementarmente, o Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC) destinou R\$13,6 milhões a 265 projetos nos 12 Territórios de Desenvolvimento, ampliando a descentralização dos recursos, fortalecendo a produção local e estimulando a geração de emprego e renda na cadeia criativa.

Em 2025, o esporte no Piauí consolidou um conjunto expressivo de entregas que reforçaram a expansão do esporte de base, a formação esportiva e a qualificação da infraestrutura pública, ampliando o acesso da população às políticas esportivas em todas as regiões do estado. Esse avanço resultou de ações integradas que fortalecem desde a iniciação esportiva até o alto rendimento, com impacto social, educacional e territorial.

Entre as principais entregas do ano, destaca-se o fortalecimento do Sistema Estadual de Incentivo ao Esporte (SIESPI), que aprovou 145 projetos em 40 municípios, com investimento superior a R\$ 9,2 milhões. Essa política impulsionou o esporte de base, ações sociais e a realização de eventos esportivos, como torneios de futebol de base e circuitos estaduais de modalidades individuais, beneficiando diretamente crianças, adolescentes, atletas federados e comunidades locais.

Outro eixo relevante foi a ampliação do programa Bolsa Atleta, que alcançou, em 2025, a concessão de 100 benefícios, superando os números dos anos anteriores. O Programa assegurou condições para que atletas piauienses pudessem manter treinamentos, participar de competições e adquirir materiais esportivos, consolidando-se como instrumento essencial para a permanência e o desempenho no esporte de rendimento.

No esporte escolar, 2025 marcou o maior patamar dos Jogos Estaduais Piauienses, com a participação de cerca de 3.800 estudantes e a mobilização de escolas de 191 municípios. Esse crescimento ampliou o acesso ao esporte educacional, fortaleceu a integração territorial e contribuiu diretamente





para os resultados expressivos obtidos em competições nacionais, em que atletas piauienses conquistaram 35 medalhas em modalidades regulares, especialmente nos Jogos Escolares e da Juventude.

O ano também foi emblemático para o esporte paralímpico, que avançou de forma consistente em inclusão e desempenho. As Paralimpíadas Escolares Piauienses reuniram 137 atletas de 72 escolas, distribuídas em 20 municípios, consolidando a ampliação da política de esporte inclusivo. No alto rendimento, os atletas paralímpicos do estado alcançaram 10 medalhas em competições nacionais, evidenciando a efetividade das ações de formação e apoio desenvolvidas.

No campo da infraestrutura esportiva, o ano de 2025 registrou investimentos históricos. O Governo do Estado do Piauí concluiu 93 obras de esporte e lazer em 59 municípios, com aporte superior a R\$59 milhões. Entre as principais entregas, destacam-se a inauguração do Ginásio Poliesportivo de Guadalupe e do Ginásio Poliesportivo Severo Maria Eulálio Filho, em Picos, considerado o maior e mais moderno do interior do estado, ampliando significativamente a capacidade para sediar competições, eventos escolares e atividades comunitárias.

Figura 23 - Ginásio Poliesportivo Severo Maria Eulálio Filho.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Destaca-se, ainda, a construção do Complexo Esportivo no município de Cocal, com investimento de R\$1,8 milhão, representando um significativo avanço para o fortalecimento do esporte e das políticas de lazer no âmbito local. O equipamento contempla campo de futebol, vestiários, arquibancadas e academia popular, assegurando infraestrutura adequada para atletas e para a comunidade em geral.

Essas ações evidenciam o empenho do Piauí em fomentar o desenvolvimento cultural, esportivo e de lazer, assegurando ganhos para toda a população e reforçando a identidade e a integração social em todo o território estadual.

Piauí Educação

O Piauí tem como uma de suas estratégias de longo prazo a promoção de um Superchoque Educacional e Tecnológico, que consiste em um investimento massivo em capital humano. Tal iniciativa tem como foco a universalização da oferta do Ensino Médio de Tempo Integral e o fortalecimento da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, além da ampliação da oferta de cursos tecnólogos e bacharelados em áreas ligadas a STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática).

Seguindo essa diretriz, em 2025 o Piauí alcançou a marca de 512 Centros Estaduais de Tempo Integral, atendendo a mais de 120 mil estudantes. Desde 2023, foram investidos mais de R\$500 milhões em infraestrutura, totalizando 481 obras e cerca de 195 escolas reformadas. Como resultado, 403 escolas passaram a contar com climatização e 462 foram equipadas com laboratórios de informática.

Entre as principais intervenções, destacam-se a ampliação e modernização dos Centros Estaduais de Tempo Integral (CETI) Maria Isaías de Jesus, em Domingos Mourão; CETI Marcos Parente, em Picos; CETI Hilton Leite de Carvalho, em Nazária; CETI Franklin Dória, em Bom Jesus; CETI Polivalente Lima Rebelo, em Parnaíba; CETI Dona Maria Antonieta Torres dos Reis Veloso, em Valença/ CETI Desembargador Dr. Heli Sobral, no Mocambinho, em Teresina; CETI Gercílio de Castro Macêdo, em São Raimundo Nonato; CETI Paulistana em Paulistana; Unidade Escolar Francisca Marluce Nunes de Queiroz, em Morro do Chápeu; entre outras obras relevantes.





Figura 24 – CETI Maria Isaías de Jesus em Domingos Mourão.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Na Educação Especial e Inclusiva, ocorreu expansão da força de trabalho especializado, os profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE) aumentaram em cerca de 35% de 2024 para 2025 em toda a rede estadual e pelo acompanhamento pedagógico sistemático. Isso permite ao estado avançar na garantia do acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

Para assegurar a permanência dos estudantes nas escolas e favorecer sua inserção no mercado de trabalho, foi ampliado o Programa Oportunidade Jovem - Estágio Curricular, beneficiando cerca de 2.075 estudantes por meio da concessão de bolsas de assistência estudantil. Essas bolsas são fundamentais para o custeio de despesas com transporte, alimentação e materiais didáticos, além de garantirem cobertura por seguro de vida.

Também foi implementado o Programa Oportunidade Jovem - Monitoria Estudantil, que atendeu 3.126 estudantes, concedendo bolsas a monitores de Ensino Médio e fortalecendo os vínculos dos alunos com as escolas.





Ademais, ocorreu a ampliação do programa Alfabetiza Piauí, voltado ao enfrentamento do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos. A iniciativa alcançou mais de 20 mil pessoas não alfabetizadas em 221 municípios, mobilizando 770 professores e contando com investimento de R\$1,9 milhão em bolsas, o que possibilitou a oferta de uma alfabetização de qualidade e preparação dos alunos para a continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No âmbito da Educação de Jovens Adultos, foram registradas 22.810 matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional, associadas à formação de 4.876 professores, à oferta de monitoria, à revisão preparatória para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a ações de orientação profissional. Esse conjunto de iniciativas amplia a escolarização e a qualificação de pessoas historicamente excluídas, indo além do simples acesso à educação, ao buscar garantir condições efetivas para uma inserção sólida no mercado de trabalho.

Pelo Programa Pacto Pelas Crianças, foram realizadas entregas de kits de mobília para creches nos municípios de Teresina, Piriipiri e Luís Correia, fortalecendo a infraestrutura da educação infantil e qualificando o atendimento às crianças de 6 meses a 5 anos de idade. Em Teresina, o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Professora Vera Lúcia Rocha de Oliveira Santos, no Residencial Primavera Leste, recebeu mobiliário pedagógico, brinquedos educativos e equipamentos voltados ao cuidado e ao desenvolvimento infantil.

Em Piriipiri, o CMEI Sinhara Castro foi contemplado com um kit avaliado em R\$ 200 mil, composto por brinquedos, instrumentos musicais, livros, carteiras, bebedouros e outros materiais pedagógicos, beneficiando 283 crianças matriculadas e contribuindo para a ampliação de vagas e a melhoria da qualidade do atendimento. Já em Luís Correia, a entrega de kits com mobiliário e equipamentos reforçou as condições de atendimento e o cuidado com a primeira infância no município.

No ensino superior, os investimentos em infraestrutura, desde 2023, ultrapassam R\$ 100 milhões. Em 2025, foram entregues o novo prédio do Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes (CCECA), a conclusão de três blocos com 20 salas de aulas e a inauguração dos prédios do Centro de





Ciências Humanas e Letras (CCHL) e do Centro de Ciências da Natureza (CCN), no Campus Poeta Torquato Neto.

No interior do Estado, destacam-se obras como a reforma e ampliação do Campus Dom José Vasquez Diaz, em Bom Jesus, além da entrega de laboratórios de informática nos Campus de Piriipiri e em Oeiras.

Figura 25 - Universidade Estadual do Piauí (Uespi) Campus Dom José Vazquez Diaz.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No ensino a distância, a Universidade Aberta do Piauí (UAPI) alcançou 183 polos distribuídos por praticamente todo o território estadual. Destacam-se os cursos tecnológicos de Sistemas para Internet e Energias Renováveis, que reuniram 2.118 estudantes, bem como o curso de Administração, que formou 3.829 egressos distribuídos em 120 municípios.

Também houve o fortalecimento da política de permanência estudantil, com oferta de 4.600 bolsas, totalizando investimento de R\$17,7 milhões. Essa política é fundamental para o combate à evasão nos cursos de graduação e





para auxiliar estudantes de diferentes localidades no acesso e na permanência nas atividades acadêmicas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI) desempenha um papel estratégico no fomento à pesquisa científica, tecnológica e à inovação. Em 2025, foram efetivamente empenhados R\$11 milhões, alcançando um número recorde de 485 bolsas ativas, considerando a soma das bolsas remanescentes do edital de 2024 com as novas concessões realizadas em 2025. Além disso, foi intensificada a política de reconhecimento do mérito acadêmico, com a destinação de R\$208,5 mil para a premiação de teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica.

Piauí Seguro

Em 2025, a segurança pública do Estado do Piauí foi significativamente fortalecida por meio de um conjunto articulado de ações estruturantes, com impactos diretos na proteção da população, na modernização institucional e na valorização dos profissionais da área. Esse esforço integrado refletiu-se tanto na ampliação da capacidade operacional das forças de segurança quanto na consolidação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à ressocialização e ao fortalecimento da participação cidadã.

No âmbito do sistema prisional, a capacidade de vagas nos estabelecimentos penais foi ampliada em 21,53%, passando de 3.733 em 2024 para 4.537 em 2025, o que contribuiu para a redução da superlotação para 74,40%. Esses avanços decorrem de investimentos contínuos em infraestrutura, aprimoramento da gestão e fortalecimento das políticas de ressocialização, consolidando o sistema prisional como instrumento estratégico de reintegração social.

Como resultado das estratégias integradas de prevenção, repressão qualificada e uso intensivo de inteligência, o Estado registrou a maior redução da violência letal da última década, com queda de 33% nos homicídios. A taxa de homicídios reduziu-se de 23,11 por 100 mil habitantes, em 2022, para 15,54 em 2025. Também foram observadas reduções expressivas nos crimes patrimoniais, com diminuição de 49% nos roubos totais, 53% nos roubos de





celulares e 38% nos roubos de veículos, evidenciando a efetividade das ações coordenadas entre a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Força Estadual Integrada de Segurança Pública (FEISP) e o Departamento de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO), por meio de operações integradas realizadas de forma contínua na capital e no interior do estado.

O fortalecimento do efetivo constituiu uma das prioridades da política de segurança pública, destacando-se a nomeação de 650 novos Policiais Militares, com distribuição em todos os territórios de desenvolvimento do estado, ampliando a presença ostensiva e a capacidade de resposta das forças de segurança. Soma-se a esse esforço a promoção de 257 Policiais Civis contemplando agentes, escrivães, delegados e peritos em todo o estado, reforçando a valorização profissional e o fortalecimento da estrutura operacional da Polícia Civil.

Figura 26 - Cerimônia de lotação definitiva dos 650 soldados formados no último Curso de Formação de Soldados.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Como parte do investimento na qualificação da atuação policial, foram entregues equipamentos de defesa pessoal e tecnologias não letais à Polícia Militar do Piauí, contemplando batalhões da capital e do interior. A iniciativa incluiu a distribuição de 501 pistolas taser, além de escudos balísticos e kits de preservação de local de crime, ampliando a proteção do efetivo, a atuação técnica e a segurança das operações policiais.

No campo da modernização tecnológica, foi implantado o novo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), com a implementação do Sistema de Videomonitoramento Urbano com Inteligência Artificial (SPIA), lançado em agosto de 2025 no âmbito do Pacto pela Ordem. O sistema representa investimento superior a R\$23 milhões e integra, inicialmente, 629 postes inteligentes com mais de 1.200 câmeras de última geração distribuídas em pontos estratégicos de Teresina, conectadas a uma rede estadual que passou a operar com mais de 3.500 câmeras ativas, em funcionamento ininterrupto. O SPIA incorpora tecnologias avançadas, como reconhecimento facial, leitura automática de placas veiculares, análise comportamental, visão noturna por infravermelho e zoom de longo alcance, com capacidade de acompanhamento de alvos a até 2,9 km de distância. O processamento e a análise das imagens são realizados por supercomputador operado no âmbito da própria administração estadual, ampliando significativamente a capacidade de prevenção, resposta e investigação das forças de segurança pública.

Figura 27 - Câmera de Videomonitoramento Urbano e Centro Integrado de Comando e Controle.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





No eixo da segurança viária, houve expressivo fortalecimento da fiscalização integrada, com aumento de 344,51%, além da ampliação dos testes de alcoolemia em mais de 200%, ambos comparados ao ano de 2023. Essas ações foram complementadas pela execução do Programa Pactos pelo Piauí – Eixo Segurança no Trânsito, iniciado em Teresina e com adesão de 89 municípios, orientando atividades de gestão, engenharia, fiscalização e educação para o trânsito, com foco na municipalização, na melhoria da sinalização viária e na capacitação de motociclistas.

No âmbito do Departamento Estadual de Trânsito, destaca-se o Programa CNH Social, instituído pela Lei Estadual nº 8.674/2025, que atua diretamente sobre fatores estruturais de risco no trânsito ao ampliar o acesso à habilitação formal e ao uso de equipamentos de proteção. O programa prevê a oferta anual de 10 mil Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) na categoria A e a distribuição de 10 mil capacetes gratuitos a estudantes da rede estadual de ensino residentes em municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito. Em 2025, 8.271 alunos foram selecionados, 6.010 realizaram os exames médicos obrigatórios e mais de 900 concluíram a etapa teórica inicial, marcando o início da execução em larga escala da política pública.

O fortalecimento da infraestrutura física constitui prioridade estratégica. Apenas em 2025, foram investidos R\$ 48,65 milhões no sistema prisional, com entregas em diferentes regiões do estado: a conclusão da Penitenciária Bispo Sebastião Alves de Souza, em Buriti dos Lopes; a reforma da antiga Casa de Albergado, transformada na Nova Central de Monitoramento, em Teresina; a reforma do Pavilhão de Visita Íntima e de salas de aula da Penitenciária José de Ribamar Leite, também em Teresina; a reforma e ampliação da Colônia Agrícola Major César, em Altos; e a reforma dos pavilhões da Penitenciária Gonçalo de Castro Lima, em Floriano, ampliando e qualificando a estrutura prisional.

Na área de ressocialização, foi inaugurada, em agosto de 2025, a nova sede do Escritório Social do Piauí, equipamento estratégico voltado ao atendimento de pessoas egressas do sistema prisional, com apoio para acesso à documentação civil, encaminhamento ao mercado de trabalho e articulação com políticas sociais. Complementarmente, foram implantadas 10 fábricas de blocos de concreto em cinco municípios, com investimento de R\$ 680.606,46,





beneficiando mais de 200 pessoas privadas de liberdade, além da entrega de seis fábricas de panificação, com investimento de R\$ 672.691,33, alcançando mais de 8.000 internos.

No campo da perícia criminal, foi entregue o edifício do Instituto de DNA Forense, em Teresina, com investimento de R\$ 4.177.869,31 e área construída de 546,45 m², dispendo de ambientes integrados e infraestrutura adequada às normas de acessibilidade, segurança e biossegurança. Soma-se a essa entrega a reforma do Instituto de Medicina Legal “Dr. Gerardo Vasconcelos”, no Bairro Saci, em Teresina, com investimento de R\$ 6,8 milhões, modernizando consultórios, Centro de Processamento de Dados (CPD), áreas de necrópsia, núcleo veterinário, além da implantação da Sala Lilás e de novos laboratórios forenses, fortalecendo a elucidação de crimes, o atendimento às vítimas e a rede de transplantes no estado.

Destacam-se, ainda, a entrega da Unidade Integrada de Segurança Pública (UISP) revitalizada em Castelo do Piauí, com investimento aproximado de R\$ 520 mil, e a conclusão da construção do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Piauí, em Teresina, com investimento de R\$ 4.832.715,14, cujo Termo de Recebimento Provisório foi emitido em 25 de junho de 2025.

Figura 28 - Entrega da Revitalização da UISP de Castelo do Piauí.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Houve, ainda, a entrega de fardamento, armamentos, munições e EPIs balísticos para 1.100 policiais penais, com investimento de R\$ 1.981.670,80, além da aquisição de 70 computadores, 70 nobreaks e 5 notebooks para a SEJUS-PI, no valor de R\$ 968.103,95, e de equipamentos de radiocomunicação crítica para a Polícia Penal, com investimento de R\$ 358.826,82. Na infraestrutura, destacam-se a reforma da Penitenciária Vereda Grande, em Floriano, com ampliação de 200 vagas e investimento de R\$ 1.276.822,62, e a reforma do pavilhão D e da ala de visita íntima da Penitenciária José Ribamar Leite, em Teresina, com criação de 80 novas vagas, totalizando 160, e investimento de R\$ 973.368,46.

Como parte da qualificação dos profissionais da segurança pública, foi entregue a primeira piscina semiolímpica com plataforma de salto da Academia de Polícia Civil do Piauí (Acadepol), em Teresina, com investimento superior a R\$ 1,8 milhão, proveniente do Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP). A estrutura integra o complexo de treinamentos das forças de segurança, beneficiando a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, e ampliando a capacidade de formação técnica, física e operacional.

Na melhoria da prestação de serviços à população, destaca-se a emissão de 1,5 milhão de Carteiras de Identidade Nacional (CIN) em todos os municípios do Estado. Esse resultado, impulsionado pela ampliação de postos digitais e pela aquisição de equipamentos e mobiliário, posicionou o Piauí na liderança nacional na emissão do documento, com 45% da população já utilizando a CIN, promovendo acesso mais seguro, moderno e eficiente aos serviços públicos.

Todas essas ações resultaram em amplo reconhecimento nacional, com destaque para o Piauí como o estado mais seguro do Nordeste, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025, além do reconhecimento pela transparência na divulgação de dados sobre crimes violentos, concedido pelo Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), alcançando nota máxima em todos os critérios avaliados. A Secretaria de Segurança Pública também obteve o 3º lugar no Prêmio Destaque do Controle Interno, na área de Gestão Pública, e o 3º lugar no 1º Hackathon de Tecnologias Disruptivas para Segurança Pública, com o projeto Rasor, voltado ao rastreamento de objetos roubados por meio de tecnologias inovadoras.





Por fim, houve o fortalecimento do Corpo de Bombeiros Militar com a inauguração da nova unidade em Esperantina, com investimento de R\$781.205,83, beneficiando o Território de Desenvolvimento dos Cocais. A sede do 3º Subgrupamento ampliou a capacidade de atendimento na região Norte do Estado, assegurando melhores condições de trabalho aos profissionais e maior proteção à população. Ainda em 2025, teve início uma turma de formação de Bombeiros, com 200 novos alunos, que se somaram às forças do Corpo de Bombeiros do Piauí. Essa ampliação fortaleceu a presença territorial das forças de segurança, apoiando operações de saturação, policiamento comunitário e combate ao crime organizado.

Piauí Inclusivo

O Governo do Estado do Piauí reforçou sua atuação na ampliação das políticas de promoção e garantia de direitos por meio de iniciativas destinadas ao fortalecimento das políticas sociais. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: a IV Conferência Estadual dos Direitos Humanos, com o tema “Por um Sistema Nacional de Direitos Humanos”; a VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, intitulada “Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação”, que contou com a adesão de aproximadamente 100 municípios; e a VI Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, que alcançou cerca de 5.200 mulheres, fortalecendo o debate sobre igualdade e democracia.

Além disso, realizaram-se a 4ª Corrida Contra o Femicídio, que reuniu aproximadamente 5.000 participantes e resultou na arrecadação de 4,8 toneladas de alimentos destinados a 14 instituições; o II Seminário das Mulheres na Política, voltado à valorização do protagonismo feminino e ao enfrentamento da violência política de gênero; os Seminários Regionais de Capacitação, responsáveis pela qualificação de 394 participantes para a emissão do Passe Livre e da Carteira do Autista; e as atividades em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo, sob o tema “Informação gera empatia, empatia gera respeito”.





Figura 29 – 4ª Corrida Contra o Feminicídio e VI Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Para além das ações já citadas, o Governo do Estado desenvolveu outras iniciativas relevantes voltadas ao combate à violência contra as mulheres e ao empreendedorismo feminino. Dentre elas, destaca-se a implementação do Protocolo “Ei, Mermã, Não Se Cale!”, operacionalizado pela Central de Acolhimento, que oferece atendimento psicossocial ininterrupto, 24 horas via WhatsApp, beneficiando 820 mulheres em situação de violência doméstica em 46 municípios, com garantia de acolhimento imediato, escuta qualificada e encaminhamento aos serviços especializados; a Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, composta por ações educativas, formativas, institucionais e de mobilização social; a Campanha de Carnaval “Ei, Mermã, Só Se Eu Quiser – #NãoÉNão”, que realizou atividades de sensibilização e prevenção em 38 municípios, alcançando a sociedade em geral e promovendo a distribuição de 72.356 materiais informativos, fortalecendo o enfrentamento ao assédio e à violência contra as mulheres durante o período carnavalesco;





e a execução do Projeto “Empreendedorismo da Mulher Quilombola no Campo e na Cidade” com a participação de 38 mulheres no território Serra da Capivara, o projeto visa organizar grupos de mulheres quilombolas, fortalecer o empreendedorismo feminino por meio dos saberes ancestrais, capacitar para o mercado de trabalho e valorizar as tradições.

Figura 30 – Protocolo “Ei, Mermã, Não Se Cale” e Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No ano de 2025, o Estado desenvolveu iniciativas voltadas ao fortalecimento das políticas sociais destinadas à juventude. Dentre as ações realizadas, destaca-se a implantação do Sistema Estadual de Emissão da ID Jovem, com atendimento nos 12 Territórios de Desenvolvimento e a emissão de 45.772 documentos para jovens com idades entre 15 e 29 anos; a execução do projeto “Juntos Somos +”, que qualificou e humanizou o atendimento às juventudes; e a realização da Campanha Estadual de Promoção da Saúde Mental das Juventudes, desenvolvida nos 12 Territórios de Desenvolvimento, alcançando mais de 10 mil jovens por meio de 40 ações presenciais, rodas de conversa e oficinas. Essa campanha contemplou, ainda, a distribuição de 10 mil cartilhas e 10 mil “Cadernos do Eu”, contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção, a ampliação do acesso a materiais educativos e a promoção do autocuidado e do bem-estar de adolescentes e jovens em todo o Estado.

O Estado liberou mais de R\$9,2 milhões para o financiamento de 65 projetos sociais selecionados pelo Sistema Estadual de Incentivo à Inclusão e Promoção Social (SEIPS). Esses projetos têm o objetivo de combater a pobreza, ampliar a proteção de pessoas em vulnerabilidade e fortalecer as políticas de inclusão.





O Governo inaugurou a Escola de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em Teresina, com investimento de R\$484.809,42. A escola é uma iniciativa de fortalecimento das políticas de assistência social no Piauí, pois tem como objetivo ampliar a formação e qualificação de técnicos e gestores da assistência social sobre os serviços de transferência de renda e de proteção social básica e especial.

Figura 31 - Inauguração da Escola de Gestão do Sistema Único de Assistência Social



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O Governo investiu em políticas para a população idosa, com a reforma e ampliação da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) em Parnaíba, o Abrigo São José, ampliando o acolhimento às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e promovendo um envelhecimento com qualidade de vida.





Figura 32 – Reforma e ampliação do Abrigo São José.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

O Estado executou iniciativas para o fortalecimento das políticas de inclusão, promoção de direitos e proteção da população LGBTQIA+ com a instituição do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTQIAfóbica. Além disso, foram ofertadas formações intituladas “Aqui tem lugar para LGBTQIA+”, com o objetivo de capacitar técnicos, gestores e organizações da sociedade civil no enfrentamento das discriminações e no atendimento institucional qualificado e humanizado à população LGBTQIA+.

Por meio do Programa Ecoando Liberdade, voltado à integração de jovens egressos ao mercado de trabalho, foram investidos R\$ 78.423,00 em bolsas, gerando impacto direto na reinserção social desse público.

Através do Programa Piauí Sem Fome, foi ampliado a rede de restaurantes populares no Estado, com a inauguração de uma nova unidade na Santa Maria da Codipi em Teresina. Em média, são servidas 7.800 refeições por dia, totalizando mais de 170 mil refeições mensais, promovendo o direito humano à alimentação adequada e segura, em especial as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.

Figura 33 – Restaurante Popular no bairro Santa Maria da Codipi – Teresina.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Piauí Integrado

O Programa Piauí Integrado tem como objetivo expandir e assegurar o acesso à água e ao saneamento básico dos municípios do Estado, ampliar os modais de transporte e as ações de mobilidade urbana por meio de infraestruturas físicas e tecnológicas, além de potencializar o uso sustentável de energias renováveis e garantir infraestrutura necessária para a redução do déficit habitacional.

Ao longo de 2025, o Piauí investiu recursos significativos na expansão e qualificação da malha rodoviária estadual. Por meio do Programa Estradas Seguras, foi estruturada a recuperação integral da infraestrutura rodoviária, com foco na segurança viária e na prevenção de acidentes. Já o Programa Piauí Rodovias Inteligentes possibilitou a integração operacional com plataformas colaborativas, como o Waze, permitindo maior participação dos cidadãos no relato de demandas por intervenções como buracos, interrupções e obstáculos nas pistas.

O programa também promove o mapeamento de toda a malha rodoviária estadual com o uso de Inteligência Artificial, além da implementação do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e do Sistema de Gerenciamento de Pavimentos (SGP). Essas ferramentas consolidam os dados em uma plataforma analítica, permitindo ao Governo identificar prioridades, planejar intervenções e tomar decisões técnicas com mais precisão e agilidade.

Até dezembro de 2025, foram investidos mais de R\$ 3 bilhões em obras de pavimentação, restauração e implantação de dispositivos de segurança, resultando na recuperação de 8 mil km de rodovias estaduais. As intervenções beneficiaram diretamente 185 municípios e mais de 3 milhões de piauienses. No quadro a seguir, destacam-se exemplos de rodovias contempladas com intervenções:





Quadro 4 - Entregas nas rodovias estaduais.

Objeto	Investimento (R\$)
Melhoria da implantação e pavimentação asfáltica da PI-391 em Uruçuí com 70,39 km de extensão.	R\$ 119 milhões
Melhoria da implantação e pavimentação asfáltica da PI-225, no trecho Aroazes-Santa Cruz dos Milagres, com 49,24 km de extensão.	R\$ 57 milhões
Melhoria da implantação e pavimentação asfáltica da PI-110, no trecho Barras-Miguel Alves com 77,054 km de extensão.	R\$ 55 milhões
Pavimentação da rodovia PI-258, em Domingos Mourão - Divisa CE, com 20 km de extensão.	R\$ 36 milhões
Pavimentação asfáltica nas rodovias PI-464, trecho Socorro do Piauí - Pedro Laurentino com 37,41 de extensão.	R\$ 26 milhões
Pavimentação asfáltica nas rodovias PI-373, PI-244 e PI-459 com 52,36 de extensão.	R\$ 22 milhões
Melhoria da implantação e pavimentação asfáltica da PI-117/BR-222, no trecho São João do Arraial-Matias Olímpio com 17,30 km de extensão.	R\$ 20 milhões

Fonte: Elaboração Própria SUPOE/SEPLAN





Figura 34 – Pavimentação asfáltica da PI-225 trecho Aroazes e Santa Cruz dos Milagres e São Miguel do Tapuio e Pavimentação asfáltica da PI-110 trecho Barras e Miguel Alves.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Entre 2023 e 2025, foram entregues aeroportos nos municípios de Cajueiro da Praia, Oeiras, Uruçuí, Bom Jesus, Picos, São Raimundo Nonato e Floriano, além de obras em andamento em Fronteiras e Guadalupe. Somente no último ano foram realizadas a construção e modernização dos aeródromos de Corrente e Uruçuí, com investimento superior a R\$ 19 milhões e a entrega das pistas de Paulistana e Jaicós. Tais obras consolidam a malha aeroportuária e são fundamentais para a região sul do estado, ao ampliar a integração do cerrado piauiense e fortalecer o escoamento da produção agropecuária.

No âmbito da mobilidade urbana, o Governo do Estado consolidou a revitalização, modernização e expansão do Metrô de Teresina. Já foram inauguradas as estações Itararé e Dirceu II, com a modernização de 13,5 km de linha férrea, permitindo a circulação simultânea de dois Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs). Na próxima fase, está prevista a duplicação de trechos da ferrovia, com a construção de novas estações Mafuá, Piçarra, São João, Matinha, Ilhotas, Parque Ideal e Dirceu II, além da reforma da Estação Frei Serafim e da construção do Centro de Controle e de Operações (CCO).

Também foi realizada a expansão de 2,5 km do trecho que liga a Estação Boa Esperança à nova estação Colorado. A expectativa é atender cerca de 40 mil passageiros por dia, consolidando os investimentos em mobilidade urbana na capital. Em linhas gerais, a revitalização do Metrô de Teresina já alcançou 64,79% de execução e conta com um investimento de R\$ 193 milhões.





Em relação às obras do Orçamento Participativo (OPA), foram executadas ações de pavimentação, construção de praças e quadras, implantação de videoteca e calçadão, instalação de academias populares, revitalização de olho d'água, construção de passagem molhada e de centro comunitário. Esses investimentos totalizaram R\$ 18 milhões beneficiando 35 associações comunitárias.

Figura 35 - Nova Estação do Renascença, inaugurada na zona sudeste de Teresina.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No eixo habitacional, o Governo do Estado consolidou sua política de habitação com o objetivo de ampliar o acesso à moradia digna, reduzir o déficit habitacional e fortalecer o planejamento urbano nos municípios piauienses. O Programa Morar Bem Piauí, voltado à aquisição do primeiro imóvel por famílias de baixa renda, por meio da concessão de subsídio estadual, reduz o custo inicial da aquisição do imóvel e amplia o acesso ao crédito habitacional.

O Estado também também avançou na execução do Super REFIS Habitacional, que permite à população negociar débitos de imóveis populares construídos em gestões anteriores. O programa promove o reequilíbrio financeiro





e jurídico ao oferecer quitação de débitos com desconto, alcançando mais de 450 famílias e resultando em arrecadação superior a R\$1,7 milhão. No que se refere às obras de unidades habitacionais, foram construídas 50 casas em alvenaria na região da Serra do Inácio, entre Betânia do Piauí e Curral do Piauí, com investimento de R\$4 milhões. A iniciativa substituiu moradias precárias, zerou o déficit habitacional local e assegurou moradia digna, segurança e qualidade de vida para 50 famílias.

Na Infraestrutura Hídrica, o estado acelerou a execução de 108 obras em andamento, com destaque para a retomada e ampliação de empreendimentos de grande porte. A Adução Padre Lira, nos municípios de Dom Inocêncio e São João do Piauí, irá garantir o abastecimento de água da região, beneficiando cerca de 12 mil moradores do sertão piauiense, com investimentos superiores a R\$ 120 milhões. Em andamento, está a retomada e ampliação de obras de grande porte, entre elas a Barragem de Atalaia, localizada nos municípios de Corrente e Sebastião Barros, cujo objetivo é assegurar o abastecimento de água no território Chapada das Mangabeiras e ampliar a irrigação na região dos cerrados.

Avança Piauí

Em 2025, o Estado consolidou seu papel como agente financeiro do desenvolvimento regional, atuando na ampliação do acesso ao crédito, no apoio a atividades produtivas e na indução do desenvolvimento territorial. Nesse ano, foram alcançados R\$ 83.035.395,37 em operações contratadas, o que demonstra o potencial da capacidade da política estadual de crédito como instrumento estratégico de apoio a empreendedores urbanos, agricultores familiares e pequenos negócios.

No eixo de crédito voltado aos pequenos negócios, foram aplicados R\$ 57,69 milhões em financiamentos, beneficiando cerca de 3.652 empreendedores distribuídos em todos os territórios de desenvolvimento do Estado. Destacaram-se os territórios dos Carnaubais, com R\$ 3.337.474,70 aplicados em 404 contratos; da Chapada das Mangabeiras, com R\$ 3.090.379,00 distribuídos em 260 contratos; e da Chapada do Vale do Itaim, que recebeu R\$ 2.573.230,00 por meio de 219 contratos.





No âmbito das operações de microcrédito, foram contratados R\$ 24.325.026,34, atendendo 3.730 empreendedores. A estratégia de fortalecimento do microcrédito foi ampliada com a formalização de contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF), assegurando R\$ 15 milhões adicionais para operações destinadas exclusivamente a empreendedores de menor porte. Destaca-se, ainda, a iniciativa Fomento Mulher, voltada à ampliação do acesso ao crédito para empreendedoras piauienses, que, entre janeiro e outubro de 2025, liberou R\$ 6.557.509,15, beneficiando 1.043 empreendedoras.

Figura 36 – Liberação de acesso ao crédito realizada pela Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí - BADESPI.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No mais, o Governo do Estado consolidou avanços estruturantes na melhoria do ambiente de negócios, alcançando o 1º lugar nacional em agilidade para abertura de empresas, com tempo médio de 5h37min, segundo dados da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM). O total acumulado de empresas e MEIs apresentou crescimento consistente, passando de 30.840 registros em 2024 para 38.982 em 2025. Esse desempenho está associado às políticas de desburocratização e





transformação digital, com destaque para o Portal Gov.PI Empresas e Serviços Digitais, que integra, em ambiente unificado, mais de 90 funcionalidades.

Em 2025, a automação plena da REDESIM assegurou cobertura integral no Estado, com destaque para a ativação da Consulta Prévia Automatizada em 16 municípios. Destacam-se, ainda, a incorporação do Painel Empresarial e do Ranking JUCEPI de Agilidade, a adoção de ferramentas de inteligência artificial, o fortalecimento da governança documental e a entrada em vigor do Módulo de Administração Tributário (MAT) do Portal Gov.PI, que qualificaram os registros empresariais e tornaram os processos mais ágeis, seguros e eficientes. Quanto à atração de investimentos e desenvolvimento territorial, o Governo atuou de forma expansiva, sendo consolidado o avanço de 47 iniciativas de empreendimentos implantados, entre 2023 e 2025, resultando na geração acumulada de mais de 10 mil empregos no Estado. Adicionalmente, o Projeto Made in Piauí firmou-se como iniciativa estratégica de valorização e promoção dos produtos piauienses, ampliando a visibilidade, a identidade e o acesso a mercados para empreendimentos locais.

Nesse contexto, o Estado fortaleceu o ecossistema de inovação e inclusão produtiva por meio do Startup Piauí e do Piauí Oportunidades. O Startup Piauí consolidou-se como programa estadual de aceleração de empresas inovadoras, com portfólio ativo de 581 startups, das quais 321 foram atendidas no ano, responsáveis por faturamento superior a R\$ 112 milhões e pela geração de 1.739 postos de trabalho. De forma complementar, o Piauí Oportunidades ampliou a aproximação entre jovens e o mercado de trabalho, contabilizando mais de 12 mil cadastrados, 80 empresas participantes e a mediação de vagas e ações de qualificação, consolidando-se como instrumento de empregabilidade juvenil no Estado.

No ano de 2025, a Gestão Estadual verificou um conjunto expressivo de entregas que solidificam o turismo como vetor estratégico de desenvolvimento econômico e territorial no Estado do Piauí. Os indicadores consolidados evidenciam a expansão dos fluxos turísticos, o fortalecimento dos produtos regionais e uma maior articulação com a Política Nacional de Regionalização do Turismo, reafirmando o posicionamento do Estado como destino relevante no cenário nacional. O Piauí tem se destacado pelo crescimento contínuo





do fluxo de visitantes interessados em experiências associadas à natureza, à cultura e ao litoral, movimento sustentado por avanços na conectividade aérea e na qualificação da infraestrutura turística.

Esse cenário é evidenciado pelo desempenho consistente do fluxo de passageiros em voos diretos domésticos regulares, que registrou 553.352 passageiros ao longo de 2025, com picos nos meses de junho e julho. Considerando o intervalo monitorado entre 2023 e 2025, o acumulado alcançou 1.635.941 desembarques, refletindo estabilidade operacional, crescimento sustentado do fluxo aéreo e maior integração do Piauí às principais rotas nacionais.

Com foco na ampliação do acesso aos atrativos, na qualificação dos espaços públicos e no fortalecimento do turismo como indutor do desenvolvimento regional, foram executados, em 2025, aproximadamente R\$ 67,2 milhões em obras e investimentos em infraestrutura turística. Destaca-se a pavimentação asfáltica de 47,6 km do acesso ao Cânion do Rio Poty, além da construção do Parque Público Reserva do Portal, em Cajueiro da Praia, e de obras de urbanização em diversos municípios.

O Sistema Estadual de Incentivo ao Turismo (SIETUR) consolidou-se como instrumento estruturante de fomento ao setor. Ele recebeu 359 inscrições de projetos, após o processo de análise técnica e habilitação, 249 projetos avançaram para a etapa final, resultando na contemplação de 105 projetos, com R\$ 9.262.936,10 efetivamente aprovados, o que representa 14,6% superior ao valor aprovado no ano de 2024, além de elevada taxa de execução dos recursos aprovados.

Entre os projetos apoiados pelo SIETUR, destaca-se a Ópera da Serra da Capivara, iniciativa cultural de grande relevância para o Piauí ao integrar música, artes cênicas, artes visuais e patrimônio cultural em um dos territórios de maior valor histórico, arqueológico e ambiental do país, o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato. Foram igualmente contemplados eventos esportivos e projetos de distintas modalidades, como o 1º Desafio do Tatame e da Areia, o 1º Dexa Race – Delta Extreme Adventure Race, o Barra Tri – 4ª edição, a Barras Marathon, o Desafio Delta do Parnaíba Ultra – 7ª edição e





o Desafio Serra dos Matões – 10ª edição, que mobilizaram atletas, visitantes e comunidades locais, qualificando o uso turístico dos espaços naturais e urbanos e fortalecendo a imagem do Piauí como destino para esportes de aventura, resistência e alto rendimento.

Figura 37 – Ópera da Serra da Capivara.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

A inserção dos municípios piauienses na Política de Regionalização do Turismo representou avanço estratégico na organização, no planejamento e na descentralização da atividade turística. Em 2025, o Estado contou com 54 municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro, sendo 2 municípios turísticos, 21 de oferta turística complementar e 31 de apoio. Esse cenário é reforçado pelos 1.699 cadastros ativos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), crescimento de 119,3% em relação a 2024, abrangendo prestadores de serviços e agentes da cadeia turística, o que ampliou a formalização, a profissionalização e a qualificação dos serviços em todo o Estado.

No âmbito do turismo escolar, o Projeto Turismo Escolar consolidou-se como política estratégica, atendendo 1.825 alunos em 2025 e totalizando 2.591 estudantes beneficiados no período de 2023 a 2025, com ações em 46 escolas de 20 municípios.

A política turística estadual também fortaleceu o artesanato, com 124 artesãos assistidos em 2025, distribuídos pelos polos Aventura e Mistério, Nascentes, Origens, Delta, Histórico-Cultural e Teresina. No âmbito do turismo de base comunitária, foram estruturadas ações em três polos, quatro municípios e seis comunidades quilombolas, com previsão de impacto em 340 pessoas,





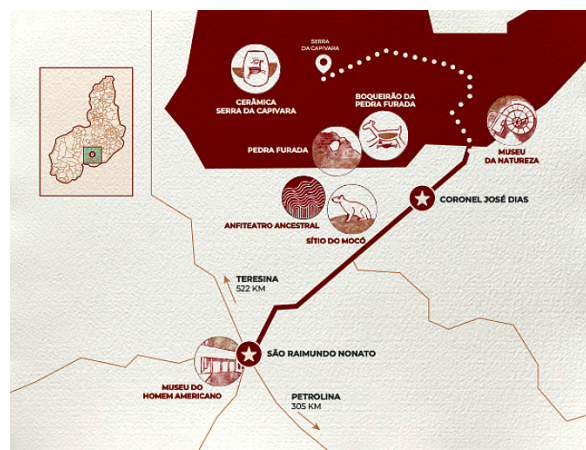
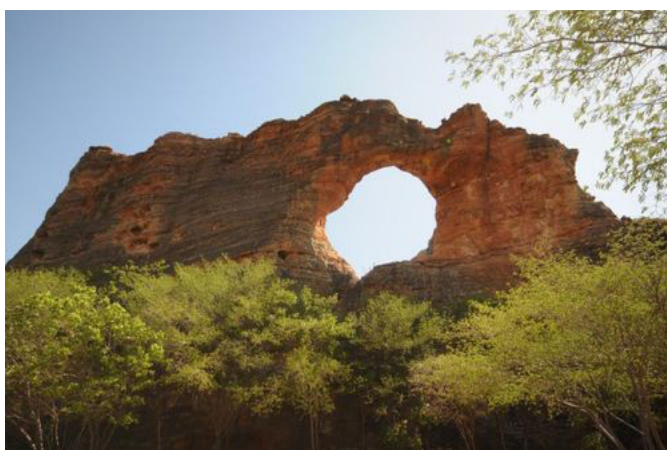
por meio da realização de diagnósticos participativos, do desenvolvimento de rotas turísticas e da oferta de capacitações em hospitalidade, condução de visitantes, gastronomia tradicional e artesanato associado ao turismo. A diversificação da oferta turística ocorreu, ainda, por meio do desenvolvimento de rotas temáticas integradas, destacando-se a Rota das Emoções, a Rota das Origens e a Rota entre Águas e Mistérios.

Figura 38 - Roteiro da Rota das Emoções.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Figura 39 - Roteiro da Rota das Origens.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





O fortalecimento da oferta turística foi acompanhado pela execução do programa Qualifica Turismo, que promoveu ações estruturadas de capacitação profissional por meio de cursos, workshops e palestras, alcançando municípios estratégicos e eventos nacionais e internacionais. Em 2025, foram capacitados 2.023 profissionais, crescimento de aproximadamente 64% em relação a 2024, reforçando a capacitação como instrumento estratégico de melhoria da qualidade dos serviços.

Paralelamente, foi executada uma estratégia integrada de promoção turística regional, nacional e internacional por meio do programa Piauí: Aqui Tem Turismo, com participação em feiras, eventos, roadshows e ações promocionais, totalizando investimento de R\$ 3.503.199,00 e contribuindo para o fortalecimento da marca "Piauí Turismo", a atração de investimentos e a ampliação do turismo interno e internacional.

Os resultados alcançados entre 2023 e 2025 evidenciam a consolidação do turismo como política pública estruturante, com impactos mensuráveis na economia e no desenvolvimento territorial, refletidos no faturamento superior a R\$ 423,7 milhões registrado entre janeiro e setembro de 2025, segundo a Fecomércio, crescimento de 6,32% em relação a 2022, bem como na geração de 16.265 postos de trabalho formais na indústria do turismo no período, dos quais 2.885 foram criados apenas em 2025, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Além disso, o agronegócio piauiense apresentou, em 2025, trajetória consistente de expansão produtiva e ganho de competitividade, com destaque para as culturas da soja, do milho e do algodão. A soja atingiu patamar histórico, com 1.097,9 mil hectares plantados, acima dos 1.087 mil hectares de 2023/2024. A produção de milho, por sua vez, alcançou 1.892,7 mil toneladas, um crescimento de 22,5% em relação às 1.545,4 mil toneladas da safra anterior, e a do algodão manteve crescimento sustentado de 15,6 mil hectares em 2021/2022 para 33,7 mil hectares em 2024/2025, reforçando a relevância do Estado no cenário agrícola regional e nacional.

Esse bom desempenho do agronegócio foi sustentado pela criação de condições estruturais para a competitividade econômica, com investimentos





em infraestrutura logística, melhoria do escoamento da produção, apoio técnico e fortalecimento da governança do setor, assegurando que o crescimento no campo seja traduzido em eficiência, redução de custos e ampliação da inserção nos mercados.

Quanto ao fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas e de promoção da cultura empreendedora, os investimentos concentraram-se em segmentos com elevado potencial de geração de renda, como gastronomia, opala, economia criativa e cajucultura. Destacam-se, ainda, os avanços na cadeia da opala, com a articulação para a implantação do Centro de Tecnologia e Artefatos Minerais (CETAM) e a capacitação de 68 alunos em ourivesaria e lapidação.

Como apoio à economia criativa, foi estruturado um movimento de estímulo a marcas locais, o que beneficiou 60 empreendedores piauienses com o aporte de R\$ 300 mil em investimentos. Quanto à cajucultura, consolidou-se o Programa de Apoio, que em parceria com o SEBRAE e a Fundação Banco do Brasil, envolveu um investimento de R\$ 3.943.668,00, e sua presença em municípios como Altos, Ipiranga, Francisco Santos, Monsenhor Hipólito e Jaicós. Piauí Produtivo

Em 2025, a agricultura familiar consolidou-se como uma das principais frentes de transformação social e econômica no meio rural piauiense. Para além da produção de alimentos, o setor passou a desempenhar papel estratégico na geração de renda, na fixação das famílias no território e na redução das desigualdades históricas entre o campo e a cidade. Nesse contexto, o Governo do Estado ampliou, de forma significativa, o alcance das políticas públicas voltadas aos pequenos produtores, fortalecendo associações e cooperativas, expandindo os serviços de apoio à produção e assegurando melhores condições estruturais, produtivas e institucionais para quem vive da terra.

Os resultados desse esforço integrado refletiram-se na ampliação do acesso ao crédito, à assistência técnica, à infraestrutura produtiva e aos mercados, criando um ambiente mais seguro e favorável à produção e à comercialização. Entre as principais ações executadas, destacou-se a distribuição de 22 toneladas de sementes crioulas de milho e feijão para





agricultores da zona rural de Teresina e de municípios do entorno, beneficiando 7.502 famílias vinculadas aos projetos Cinturão Verde e Quitanda da Agricultura Familiar, com investimento de R\$ 321.929,00 do Tesouro Estadual. A iniciativa ampliou o acesso a insumos de qualidade, fortalecendo a produção, a renda e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Figura 40 - Entrega de sementes pela Secretaria da Agricultura Familiar.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No âmbito da modernização produtiva, foram entregues 725 kits de irrigação por gotejamento em baixa pressão, com área de 500 m² cada, beneficiando igual número de famílias em 50 municípios piauienses, com investimento de R\$ 1.805.250,00. Somaram-se a essas ações a entrega de tratores e kits de irrigação em 19 municípios, com investimento total de R\$ 2,3 milhões, beneficiando mais de 500 famílias e ampliando a capacidade produtiva e as condições de trabalho no campo.

Iniciativas pontuais também reforçaram esse conjunto de ações, como a entrega de trator agrícola e kits de irrigação em Ipiranga do Piauí, a distribuição de sementes, mudas e kits de irrigação em São João do Arraial, beneficiando cerca de 580 famílias, com investimento de R\$ 110 mil, e a instalação de kits de irrigação na comunidade Riacho dos Negros, no município de Palmeirais, fortalecendo a produção conduzida por mulheres agricultoras organizadas em associação comunitária.





Em 2025, a execução estadual do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consolidou-se como uma iniciativa estratégica de fomento à agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar no Estado do Piauí. No período de janeiro a dezembro, os investimentos na política ultrapassaram R\$7 milhões, destinados à compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e à sua distribuição a públicos em situação de vulnerabilidade social, incluindo cozinhas comunitárias, escolas e restaurantes populares. Nesse intervalo, cerca de 757 agricultores familiares tiveram sua produção adquirida pelo poder público, garantindo mercado e renda, enquanto mais de 25 mil famílias em situação de insegurança alimentar foram atendidas. Considerando o período de 2023 a 2025, o montante global do programa totaliza cerca de R\$17 milhões, beneficiando aproximadamente 188 mil famílias.

No mesmo ano, o Governo do Estado executou ação específica de apoio à piscicultura por meio da distribuição de alevinos, com investimento de R\$361.915,00. A iniciativa beneficiou diretamente 2.646 pessoas em diversos municípios piauienses, com foco no povoamento de barragens e pequenos barreiros utilizados por agricultores familiares que desenvolvem a atividade em tanques escavados ou estruturas similares.

No campo da regularização fundiária, foram entregues registros de imóveis a agricultores familiares no município de Pio IX, garantindo segurança jurídica a 23 famílias e regularizando 242 hectares destinados à produção rural, com investimento de R\$2,9 milhões. Esse esforço articulou-se a um amplo conjunto de ações do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), que promoveu a regularização fundiária na zona rural de Teresina, com a titulação de imóveis da comunidade Sanharó, beneficiando 150 pessoas, além da entrega de títulos definitivos em comunidades rurais de Cristino Castro (106 títulos), Eliseu Martins (220 títulos), Ipiranga do Piauí (50 títulos) e Regeneração (80 títulos), alcançando centenas de famílias e assegurando acesso formal à terra, ao crédito rural e às políticas públicas. Destaca-se, ainda, a entrega do Título Coletivo do Território Indígena Bate Maré, no município de Paulistana, beneficiando cerca de 250 famílias, consolidando um marco histórico para os povos indígenas do Piauí.





Figura 41 – Entrega de Títulos Fundiários Rurais pelo INTERPI.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Como mecanismo de proteção social e de mitigação de riscos climáticos, o Estado assegurou o pagamento do benefício do programa Garantia Safra referente ao ano agrícola 2023–2024, contemplando 52.485 famílias de 95 municípios, com repasse total de R\$ 63.018.900,00, garantindo renda mínima aos agricultores familiares afetados por perdas na lavoura.

De forma complementar, foram entregues mais de 1,4 mil cisternas no semiárido piauiense, por meio do Programa Cisternas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e com o Programa Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI), ampliando o acesso à água potável e fortalecendo a segurança hídrica das famílias em regiões historicamente afetadas pela seca.

O Programa Piauí +ATER consolidou-se, em 2025, como um dos principais eixos estruturantes da política estadual de assistência técnica e extensão rural. No período, foram emitidos 44.903 Cadastros da Agricultura Familiar (CAF), abrangendo 218 municípios e ampliando o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas de crédito, fomento e proteção produtiva. Paralelamente, o programa de agroindústrias comunitárias, compromisso estratégico da gestão, evoluiu de 51 agroindústrias assistidas em 2023 para 78 em 2024, alcançando 90 unidades em 2025, distribuídas em territórios como Entre Rios, Planície Litorânea, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Canindé, Vale do Sambito e Vale dos Rios Piauí e Itaueira.





As agroindústrias beneficiadas atuam em cadeias produtivas como mel, leite e derivados, carnes, caprinos e ovinos, além da produção de temperos, condimentos e doces, ampliando a agregação de valor à produção local. Nesse mesmo período, o número de famílias diretamente envolvidas nas agroindústrias cresceu de 1.530 para 2.340 em 2024 e atingiu 2.700 em 2025, consolidando redes produtivas locais e ampliando a produção sob inspeção sanitária oficial.

No âmbito da Secretaria da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária (SADA), destacaram-se obras estruturantes como a pavimentação asfáltica da região da Meruoca, no município de José de Freitas, com investimento de R\$ 13.473.671,51, beneficiando 42.559 habitantes, bem como a construção e revitalização do Mercado Público de Parnaguá, com investimento de R\$ 996.139,60, beneficiando diretamente 10.103 habitantes com a disponibilização de um espaço moderno, higienizado e adequado para a comercialização de produtos da agricultura familiar. Somam-se a essas ações pavimentações urbanas e rurais, recuperação de estradas vicinais, implantação de bueiros e construção de ponte em concreto armado, beneficiando diretamente milhares de moradores e produtores rurais.

O setor agropecuário também alcançou reconhecimento sanitário internacional, com a certificação do Piauí como Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, concedida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), ampliando o acesso a mercados internacionais e fortalecendo a competitividade da pecuária piauiense. Os avanços institucionais e de gestão foram igualmente reconhecidos por meio de premiações e menções honrosas. A Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) conquistou o 3º lugar no Prêmio “Evidência que Gera Valor: Resultados da Gestão com Base em Desempenho”, concedido pela Seplan, enquanto a SADA alcançou o 2º lugar no Índice de Desempenho da Eficiência Governamental (IDEG) e foi premiada na área de Transparência e Fortalecimento da Gestão Pública. O Interpi, por sua vez, recebeu Menção Honrosa no Prêmio Solo Seguro, do Conselho Nacional de Justiça, destacando a modernização tecnológica e a governança fundiária, além de promover o I Congresso Científico de Regularização Fundiária (Cinterpi), fortalecendo a produção de conhecimento técnico e científico na área.





Ao transformar planejamento em ação concreta, o conjunto dessas iniciativas reafirmou a agricultura familiar como sinônimo de segurança produtiva, geração de renda, inclusão social e dignidade no meio rural. Os resultados alcançados em 2025 evidenciam o compromisso do Governo do Estado com um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável, que valoriza o campo, fortalece as comunidades rurais e consolida a agricultura familiar como eixo central do desenvolvimento do Piauí.

Piauí Verde

Em 2025, a ampliação do acesso à água potável consolidou-se como condição essencial para a saúde pública, sendo uma das principais frentes de promoção da saúde e da qualidade de vida no meio rural piauiense. De forma a assegurar o seu acesso contínuo e seguro, foram realizados investimentos na implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando diretamente 441 famílias dos Territórios Vale do Itaim e Vale dos Rios Piauí e Itaueira.

Nesse contexto, os resultados alcançados no ano de 2025 evidenciam que a atual concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário no Piauí, que decorre da Parceria Público-Privada estruturada pelo Governo do Estado, passou a produzir efeitos concretos na vida da população. Mesmo diante do cenário de estiagem mais severo dos últimos cinco anos, o Estado conseguiu retirar municípios do déficit hídrico e garantir maior segurança no abastecimento. No mais, o contrato de concessão estabeleceu metas claras de ampliação do acesso à água tratada, prevendo que até 2040, 90% dos piauienses sejam atendidos com coleta e tratamento de esgoto.

De forma complementar às ações de ampliação do acesso à água, o Estado avançou, em 2025, na agenda de recuperação ambiental e proteção dos recursos hídricos, com a elaboração e o início do processo de execução do Plano Estadual de Conservação de Nascentes e Rios, com investimento de R\$ 1.757.936,88. A iniciativa contemplou a realização de diagnóstico técnico, a definição de áreas prioritárias para intervenção, com destaque para a Bacia do Gurguéia, e a preparação institucional e operacional para a implementação de projetos de recuperação ambiental. Trata-se de uma ação com impactos estruturantes sobre a segurança hídrica, ao contribuir para a melhoria da qualidade da água, a redução de custos associados ao tratamento e a mitigação de processos erosivos, beneficiando toda a população piauiense.





Em continuidade às ações estruturantes de segurança hídrica e gestão de riscos, foi realizada a implantação de novos módulos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos – SIGA, com investimento de R\$60.000,00. Essa ação ampliou e qualificou as funcionalidades de cobrança, fiscalização, monitoramento de barragens, alta gestão e acompanhamento de indicadores ambientais, beneficiando mais de 200 usuários internos e externos em todo o estado.

No mais, o Estado realizou a atualização e a disponibilização pública do Cadastro Estadual de Barragens, acompanhado do mapeamento e da divulgação de informações técnicas detalhadas sobre 166 barragens em operação no território piauiense, incluindo dados sobre localização, responsáveis legais e condições das estruturas. Essas ações intensificam a prevenção de riscos e subsidiam a atuação integrada dos órgãos ambientais, empreendedores e instituições de controle, ampliando a segurança da população.

Figura 42 – Barragem Bocaina/PI.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Paralelamente ao avanço da gestão hídrica, foram implementadas ações de educação e mobilização social, como a 1ª Brigada Ambiental Mirim do Piauí, desenvolvida pelo Instituto Cultivar Progresso em parceria com a SEMARH, além da certificação de 1.333 novos brigadistas ambientais, reforçando a prevenção e o combate a incêndios, a proteção ambiental, e a capacidade de resposta do Estado a eventos climáticos extremos.





Figuras 43 - Implantação da Brigada Ambiental Mirim do Piauí.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Na dimensão da educação ambiental, o Programa ProVerde nas Escolas consolidou-se, em 2025, como uma das principais estratégias de sensibilização e formação ambiental no Estado, ao promover a integração da temática ambiental no ambiente escolar de forma sistemática e participativa. A iniciativa alcançou 229 escolas em 34 municípios, envolvendo aproximadamente 19 mil estudantes e cerca de 2 mil servidores, entre professores e gestores escolares, por meio de palestras, atividades educativas e ações práticas.

Figuras 44 - Estudantes participando de ações do Programa ProVerde nas Escolas.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Quanto às ações de fiscalização ambiental, a SEMARH realizou, em 2025, a apreensão de 213 m³ de madeira ilegal, volume que representa um aumento de 86% em relação ao ano anterior. A intensificação das operações contribuiu para o combate aos crimes florestais, a dissuasão de práticas ilegais e a proteção dos recursos naturais, reafirmando o compromisso do Estado do Piauí com a preservação ambiental e o uso sustentável de seus ecossistemas.

Figura 45 - Madeira ilegal apreendida pela SEMARH.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Adicionalmente, quanto ao aprimoramento da agenda climática e da articulação institucional, o Governo do Piauí participou da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, promovendo o diálogo com organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) e Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), alcançando mais de 100 pessoas em agendas estratégicas relacionadas à mudança do clima, redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+) e transição ecológica.





A consolidação da agenda ambiental e climática do Estado obteve reconhecimento externo com a seleção do Piauí como finalista do Prêmio Bloomberg Philanthropies, em decorrência do modelo inovador de implementação do ICMS Ecológico. A iniciativa destacou a eficácia do instrumento como mecanismo de indução à conservação ambiental, à proteção de áreas protegidas e ao aprimoramento da gestão ambiental no âmbito municipal, ao mesmo tempo em que projetou o Estado no cenário internacional como referência em políticas públicas ambientais passíveis de replicação por outros entes.

O Programa do Selo Ambiental, instrumento estruturante vinculado ao ICMS Ecológico, responsável pela certificação de 191 municípios piauienses nas categorias A, B e C, com base em critérios técnicos, objetivos e transparentes, foi consolidado como política de incentivo à governança ambiental municipal. Do total de Municípios participantes, 144 alcançaram o Selo A, correspondente ao mais elevado padrão de desempenho ambiental. O Selo se estabelece como referência para o rateio do ICMS Ecológico, estimulando investimentos contínuos em saneamento, gestão de resíduos sólidos, e proteção de áreas verdes.

Em continuidade, foi lançado o Edital do Selo Ambiental 2026, com critérios aprimorados e calendário definido, assegurando a perenidade do instrumento como política pública e fortalecendo o planejamento municipal e a sustentabilidade ambiental no Estado.

Figura 46 - Ação referente ao Selo Ambiental.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





Como marco estratégico para a orientação de políticas públicas foi realizada a entrega do Plano Estadual de Ação Climática, acompanhado da Análise de Riscos e Vulnerabilidade Climática e do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, com investimento de R\$ 1.137.000,00, estabelecendo metas de descarbonização e estratégias de adaptação que ampliam o conhecimento técnico sobre o cenário climático regional, orientam o desenvolvimento de baixo carbono e fortalecem a resiliência do Estado do Piauí no enfrentamento da crise climática.

Figuras 47 – Discussão acerca da construção do Plano Estadual de Ação Climática realizada no Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza do Piauí.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

No contexto da promoção da sustentabilidade ambiental, a SEMARH realizou a distribuição de 655.181 mudas nativas e frutíferas em todos os 12 Territórios de Desenvolvimento, com investimento de R\$ 2.160.080,00, beneficiando famílias locais, agricultores, estudantes, lideranças comunitárias e gestores municipais, e incentivando a recuperação ambiental, a educação socioambiental e a arborização urbana e rural.

De forma complementar, foram realizadas mais de 1.106 castrações gratuitas de cães e gatos, incluindo 662 atendimentos por meio do Castramóvel, ampliando o controle populacional de animais, promovendo o bem-estar animal, a prevenção de zoonoses e o fortalecimento das ações de saúde pública com acesso descentralizado para a população.





Figura 48 – Realização de ações do Castramóvel.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Quanto à proteção da fauna silvestre, o Estado realizou, em 2025, solturas contínuas de animais reabilitados no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), assegurando sua reintegração ao habitat natural conforme critérios técnicos, sanitários e ambientais. No período, 362 animais foram devolvidos à natureza em seis áreas de soltura cadastradas, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a gestão responsável da fauna silvestre e a mitigação de conflitos socioambientais no território piauiense.

No campo do fortalecimento da prevenção e da resposta a desastres naturais, foi realizada a implantação e o teste do novo sistema Defesa Civil Alerta, que utilizou a tecnologia de cell broadcast para o envio de mensagens emergenciais diretamente aos celulares conectados às redes 4G e 5G. A ação alcançou mais de 1 milhão de pessoas nos municípios de Teresina, Picos, Esperantina e Uruçuí, marcando uma evolução significativa em relação aos mecanismos anteriores, caracterizados por alcance limitado e menor precisão.

No mais, o Estado avançou de maneira expressiva na melhoria da infraestrutura urbana e rural, com a entrega de um amplo conjunto de obras voltadas à mobilidade e à segurança hídrica em diversos municípios piauienses. As intervenções incluíram a pavimentação em paralelepípedo de vias urbanas em municípios como Santa Cruz dos Milagres, São Miguel da Baixa Grande, Olho d'Água do Piauí, Teresina, Hugo Napoleão, Santana do Piauí, Monsenhor Gil, Eliseu Martins, Alto Longá, Francisco Macêdo, Simplício Mendes, Pau d'Arco do Piauí e outros, totalizando dezenas de milhares de metros quadrados pavimentados.





Figura 49 – Realização de obras de pavimentação e abastecimento de água em Santa Cruz dos Milagres.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.

Gestão, Inovação e Transformação Digital

O Governo do Estado do Piauí avançou de forma consistente na agenda de transformação digital, orientada à ampliação do acesso da população aos serviços públicos, ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica e à promoção da inclusão sociodigital. Nesse contexto, a plataforma Gov.PI Cidadão consolidou-se como o principal canal digital de relacionamento entre o Estado e os cidadãos, com o lançamento de 249 novos serviços digitais e a adesão de 50 órgãos estaduais ao ambiente integrado de serviços. A digitalização gerou resultados concretos para a população, destacando-se a realização de mais de 14,4 mil renovações de Carteira de Habilitação e o cadastro de aproximadamente 8 mil pacientes na Farmácia do Povo, o que possibilitou a distribuição de mais de 1,5 milhão de medicamentos.

A estratégia de transformação digital também foi acompanhada por investimentos estruturantes em conectividade e inclusão digital. Durante todo o ano, foi realizada a ampliação de mais de 182 quilômetros de backbone da rede Piauí Link, executada a custo zero para o Estado, fortalecendo a capilaridade da rede de alta capacidade. Paralelamente, foram implantados 149 km de rede GPON com fibra óptica em áreas urbanas, possibilitando a criação de novos pontos de acesso do governo e ampliando a capacidade de suporte às





plataformas digitais. No âmbito da democratização do acesso à internet, a rede de Pontos de Acesso Público (PAPs) foi expandida, alcançando 233 unidades distribuídas em todo o território estadual, conectando cidadãos a serviços digitais, informação e oportunidades de desenvolvimento.

No campo da inclusão sociodigital, o Estado executou o programa CapacitIA - Autonomia Digital, voltado à formação da população para o uso qualificado das tecnologias e dos serviços públicos digitais. Ao longo do ano, foram realizadas 14 turmas presenciais nos municípios de Teresina, Parnaíba, Piri-piri, Floriano e Picos, resultando na capacitação de 306 pessoas em letramento e segurança digital, com prioridade para lideranças do Orçamento Participativo (OPA), pessoas idosas e mulheres.

O conteúdo formativo inclui o uso básico do celular, noções de segurança digital e prevenção a golpes, acesso aos serviços digitais do Portal Gov.PI e introdução à inteligência artificial. Complementarmente, foi implementado o programa Fala Cidadão, voltado à qualificação de jovens aprendizes para atuação no atendimento aos usuários dos serviços públicos, promovendo práticas de atendimento humanizado e fortalecendo a cidadania digital.

No âmbito da promoção do ecossistema de inovação e da economia verde, o Governo do Estado realizou dois grandes eventos estratégicos em 2025: a Brazil Energy Conference e a Campus Party Weekend Piauí 2025. Realizada em Teresina, a Brazil Energy Conference consolidou-se como um fórum internacional de debate sobre o futuro da energia, reunindo especialistas, investidores, representantes do setor produtivo, academia e poder público em painéis, rodadas de negócios e espaços de inovação voltados à transição energética e à sustentabilidade. Já a Campus Party Weekend Piauí reuniu milhares de participantes em uma programação voltada à ciência, tecnologia e cultura digital, com palestras, oficinas e desafios em áreas como inteligência artificial, robótica, programação e empreendedorismo.

Por fim, no que se refere à política de regularização fundiária urbana, executada por meio do programa Casa Legal, o Estado alcançou um novo patamar de execução. Em 2025, foram formalizadas aproximadamente 21.159 regularizações fundiárias, expandindo de forma expressiva o alcance da





política e fortalecendo a segurança jurídica de milhares de famílias piauienses. O avanço das ações permitiu a ampliação da atuação do programa para mais de 40 municípios, contribuindo diretamente para a promoção da dignidade habitacional, o acesso ao crédito e a valorização dos imóveis regularizados.

Figura 50 - Entregas dos registros de imóveis regularizados emitidos pela SEAD.



Fonte: Acervo Governo do Estado do Piauí.





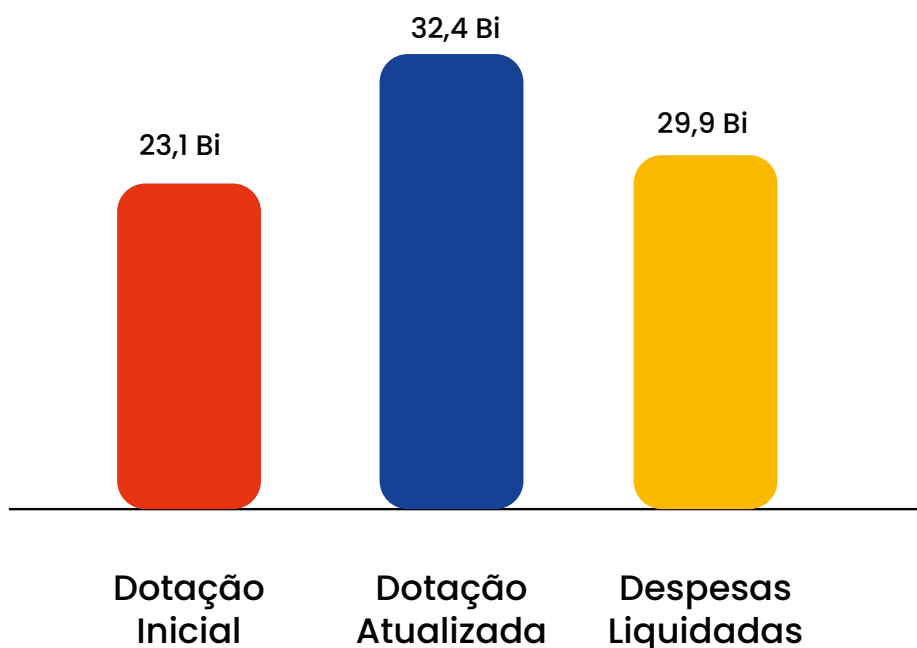
4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O Plano Plurianual 2024-2027, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos de planejamento-orçamentário essenciais para a elaboração e execução das políticas públicas, sendo fundamentais para o funcionamento do governo, pois estabelecem o alinhamento entre o planejamento e a execução dos recursos financeiros, garantindo a transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Conforme dados produzidos, consolidados e publicados pela Secretaria de Fazenda (SEFAZ), o Estado do Piauí registrou crescimento de 8,56 % na arrecadação fiscal em relação ao ano de 2024, destacando-se pelo fortalecimento da eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública estadual.

Durante o ano de 2025, o governo do Piauí demonstrou sua eficiência na gestão financeira ao liquidar o orçamento com um montante significativo de R\$29.931.029.062,49. Essa cifra reflete o comprometimento da administração em alocar recursos de maneira estratégica e responsável para atender às necessidades da população e promover o desenvolvimento do estado.

Figura 51 - Execução Orçamentária-Financeira.



Fonte: Elaboração própria da SUPOE/SEPLAN.





APÊNDICE

O Quadro 5 expõe a relação dos gestores e responsáveis das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Piauí.

Quadro 5 - Relação dos Gestores responsáveis pelas respectivas UPCs

Nome	Cargo	Período Inicial	Período Final	Endereço do Correio Eletrônico	Contato Telefônico
Rafael Tajra Fonteles	Governador do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	agenda@segov.pi.gov.br	(86) 3226-8354
Themístocles de Sampaio Pereira Filho	Vice-Governador do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	vicegovernadoria.pi.gov@gmail.com	(86) 99987-0817
Ivanovick Feitosa Dias Pinheiro	Secretário de Estado de Governo	01/01/2025	31/12/2025	ivanovick.pinheiro@segov.pi.gov.br	(86) 99925-2851
Pedro Alves de Carvalho Rocha Filho	Secretário-Chefe do Gabinete do Governador	01/01/2025	31/12/2025	pedrorocha@segov.pi.gov.br	(61) 8337-3771
João Ricardo Pinto Sousa	Chefe do Gabinete Militar do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	joao.ricardo@gamil.pi.gov.br	(86) 99804-6001
Francisco Gomes Pierot Júnior	Procurador-Geral do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	pierotjr@yahoo.com.br	(86) 99432-2127
Marcelo Nunes Nolleto	Secretário de Estado de Comunicação	01/01/2025	31/12/2025	jornalismoosecomp@gmail.com	(86) 99922-0834
Raimunda Núbia Lopes da Silva	Secretária de Estado de Relações Sociais	01/01/2025	31/12/2025	gab@seres.pi.gov.br	(86) 99496-0644
Carlos Augusto Gomes de Sousa	Secretário de Estado de Justiça	01/01/2025	31/12/2025	carlosaugusto@alepi.pi.gov.br	(86) 9998-2774
Francisco Lucas Costa Veloso	Secretário de Estado de Segurança Pública	01/01/2025	31/12/2025	xicolucas@yahoo.com.br	(86) 99494-4420
Luccy Keiko Leal Paraíba	Delegado-Geral da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública	01/01/2025	31/12/2025	keikoleal@pc.pi.gov.br	(86) 98136-9120
Samuel Pontes do Nascimento	Secretário de Estado de Administração	01/01/2025	31/12/2025	samuel.nascimento@sead.pi.gov.br	(86) 98882-0804
Emílio Joaquim de Oliveira Júnior	Secretário de Estado da Fazenda	01/01/2025	31/12/2025	emiliojj@sefaz.pi.gov.br	(86) 98848-6950





Maria do Amparo Esmério Silva	Controladora-Geral do Estado	01/01/2025	31/12/2025	amparoe@cge.pi.gov.br	(86) 99921-3398
Raimundo Dutra de Araújo	Ouvidor-Geral do Estado	01/01/2025	31/12/2025	ouvidoriageralpiaui@gmail.com	(86) 99987-4141
Washington Luís de Sousa Bonfim	Secretário de Estado de Planejamento	01/01/2025	31/12/2025	washington.luis@seplan.pi.gov.br	(86) 99985-5454
Francisco Washington Bandeira Santos Filho	Secretário de Estado da Educação	01/01/2025	31/12/2025	washingtonbandeira@seduc.pi.gov.br	(86) 3216-3204
Antonio Luiz Soares Santos	Secretário de Estado da Saúde	01/01/2025	31/12/2025	antonio.lss@gmail.com	(86) 3216-1583
João de Deus Sousa	Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direito Humanos	18/06/2025	31/12/2025	joao.sousa@sasc.pi.gov.br	(86) 98886-0344
Francisco Felipe da Luz Araújo	Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	01/01/2025	31/12/2025	feliphearaujo1@hotmail.com	(86) 99959-0222
Rodrigo Amorim Oliveira Nunes	Secretário de Estado da Cultura	01/01/2025	31/12/2025	rodrigo.amorim@secult.pi.gov.br	(86) 99990-1823
José Icemar Lavôr Neri	Secretário de Estado da Defesa Civil	01/01/2025	31/12/2025	jose.neti@defesacivil.pi.gov.br	(86) 99988-4949
Flávio Rodrigues Nogueira Júnior	Secretário de Estado de Infraestrutura	01/01/2025	31/12/2025	flaviojunior@alepi.pi.gov.br	(86) 2222-0054
Janaína Pinto Marques Tavares	Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico	01/01/2025	31/12/2025	janainnapintosmarques@hotmail.com	(86) 9 8165-2233
Jonas Moura de Araújo	Secretário de Estado dos Transportes	01/01/2025	31/12/2025	jonasmoura.56@hotmail.com	(86) 99997-2000
Daniel Carvalho de Oliveira Valente	Secretário de Estado do Turismo	01/01/2025	31/12/2025	dcovadv2021@gmail.com	(86) 99403-8880
Mauro Eduardo Cardoso e Silva	Secretário de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência	01/01/2025	31/12/2025	mauroadefth@hotmail.com	(86) 99925-2845





Paula Jeanne Lima Sampaio	Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Abastecimento, Mineração e Energias Renováveis	01/01/2025	31/12/2025	paulamomor@gmail.com	(86) 99983-9702
Maria Vilani da Silva	Secretária de Estado das Cidades	01/01/2025	31/12/2025	mvilani@der.pi.gov.br	(86) 99929-5962
Rejane Tavares da Silva	Secretária de Estado da Agricultura Familiar	01/01/2025	31/12/2025	rejanetavares@yahoo.com.br	(86) 99988-6715
Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira	Secretário de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural	01/01/2025	31/12/2025	fhxavier2021@gmail.com	(86) 99991-3379
Josiene Marques Campelo	Secretária de Estado dos Esporte	01/01/2025	31/12/2025	josycampelo12@hotmail.com	(86) 98812-4474
Zenaide Batista Lustosa Neta	Secretária de Estado das Mulheres	01/01/2025	31/12/2025	zenaidelustosa13013@gmail.com	(86) 98163-1313
Firmino Soares Paulo	Secretário de Estado da Irrigação e Infraestrutura Hídrica	01/01/2025	31/12/2025	firminopaulo@alepi.pi.gov.br	(86) 99958-7786
Fábio Abreu Costa	Secretário de Estado da Assistência Técnica e Defesa Agropecuária	01/01/2025	31/12/2025	fabioabreu556@gmail.com	(86) 99952-1213
Scheiwann Scheleiden Lopes da Silva	Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	comando@pm.pi.gov.br	(86) 99583-5692
José Arimatea Rêgo de Araújo	Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	regobm@gmail.com	(86) 99444-6085
Everton Alves Calisto	Coordenador-Geral da Juventude do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	evertoncalisto@gmail.com	(86) 98108-6663





Simone Pereira de Farias Araújo	Coordenador Estadual de Enfrentamento às Drogas e Fomento ao Lazer	01/01/2025	31/12/2025	cendfolgabinete@gmail.com	(86) 99462-8226
Gustavo Cromwell de Carvalho Pacífico	Coordenador de Desenvolvimento dos Território	01/01/2025	31/12/2025	gustavo.decarvalho@cdter.pi.gov.br	(86) 99423-4228
Thaís de Aragão Oliveira Araripe	Diretor-Geral da Agência de Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	agrespi@agrespi.pi.gov.br	(61) 98205-7805
Magno Pires Alves Filho	Secretário de Saneamento Básico	01/01/2025	31/12/2025	gabinete@isbpi.pi.gov.br	(86) 98884-4015
Igor Leonam Pinheiro Neri	Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	igor.neri@adh.pi.gov.br	(86) 98171-6868
Luana Maria Machado Barradas	Diretora-Geral do Departamento Estadual de Trânsito	01/01/2025	31/12/2025	luana_barradas@hotmail.com	(86) 99991-0194
João Rodrigues Filho	Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	dg@adapi.pi.gov.br	(86) 98120-1529
Evandro Alberto de Sousa	Reitor da Fundação Universidade Estadual do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	evandroalberto@yahoo.com.br	(86) 3213-2547
Mussolini Marques de Sousa Guedes	Presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	mussoline.guedes@antares.pi.gov.br	(86) 99429-2340
Lucilaine Aparecida Tenório de Medeiros	Presidente da Águas e Esgotos do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	lucilaine.medeiros@aegea.com.br	(67) 99684-8476
Felipe de Melo Eulálio	Diretor-Geral do Instituto de Desenvolvimento do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	felipe.eulalio@idepi.pi.gov.br	(86) 99410-1803





Leonardo Sobral Santos	Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	leonardosobral_adv@hotmail.com	(86) 99415-7190
Wilson Nunes Martins	Presidente da Companhia Ferroviária do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	wilson.martins@cflp.pi.gov.br	(86) 99942-0050
Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante	Diretor-Geral do Instituto de Regularização Fundiária e do Patrimônio Imobiliário do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	rodrigocavalcante84@gmail.com	(86) 98138-6718
João Xavier da Cruz Neto	Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	jxavier@ufpi.edu.br	(86) 99435-8287
Maria Alzenir Porto da Costa	Presidente da Junta Comercial do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	alzenirporto@gmail.com	(86) 99981-3080
Francimar Alves de Macedo Júnior	Diretora-Geral do Instituto de Metrologia do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	cia.leal23@gmail.com	(86) 98193-3985
Marcelo Jannotti Bueno	Diretor-Presidente da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	marcelo.bueno@ba-despi.pi.gov.br	(86) 99941-3734
Victor Hugo Saraiva de Almeida	Diretor-Presidente da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos	01/01/2025	31/12/2025	economista@gmail.com	(86) 98840-4040
Flávio Chaib	Presidente da Fundação Piauí Previdência	01/01/2025	31/12/2025	flavio.chaib@piauiprev.pi.gov.br	(86) 99997-6028
Ellen Gera de Brito Moura	Diretora-Geral da Empresa de Tecnologia da Informação do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	ellengera@gmail.com	(86) 98123-2085





Daniele Amorim Aita	Diretora-Geral do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	daniele_aita@hotmail.com	(86) 99426-1881
Antônio Torres da Paz	Diretor-Presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí	01/01/2025	31/12/2025	antonio.torres@emgerpi.pi.gov.br	(86) 98189-1926

Fonte: Elaboração própria SUPOE/SEPLAN com dados fornecidos pela SEGOV





ANEXO 1 – ANÁLISE EXECUTIVA DE RESULTADOS (AER)



RELATÓRIO

ANÁLISE

EXECUTIVA DE

RESULTADOS

AER - 2025

2025





SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
SEPLAN



Governo do Estado do Piauí

Rafael Tajra Fonteles

Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN)

Washington Luís de Sousa Bonfim

Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET)

Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Análise e Avaliação de Políticas Públicas (DAPP)

Renata de Lacerda Antunes Borges Lopes

Gerência de Políticas Públicas Setoriais (GPPS)

Antonio Alberto Ibiapina Costa Filho

Coordenação de Avaliação de Resultados (CAR)

Pedro Henrique Soares da Silva

Coordenação da Análise Executiva de Resultados

Liége de Souza Moura

Equipe Técnica

Antonio Alberto Ibiapina Costa Filho

Geysivan Campos Sampaio

Caio Aragão Gonçalves (Estagiário)

Glauco Filipe Silva Sampaio (Estagiário)

Pedro Henrique Soares da Silva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos Indicadores do PPA 2024-2027.....	10
Quadro 2 – Indicador de Impacto: Expectativa de Vida ao Nascer.....	14
Quadro 3 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 1.....	15
Quadro 4 – Indicador de Impacto: IDEB.....	19
Quadro 5 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 2.....	21
Quadro 6 – Indicador de Impacto: Taxa de Homicídios.....	26
Quadro 7 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 3.....	27
Quadro 8 – Indicador de Impacto: Índice de Gini.....	31
Quadro 9 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 4.....	32
Quadro 10 – Indicador de Impacto: Qualidade das Rodovias e Energia.....	36
Quadro 11 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 5.....	37
Quadro 12 – Indicador de Impacto: Rendimento Nominal Mensal.....	41
Quadro 13 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 6.....	42
Quadro 14 – Indicador de Impacto: Abastecimento de Água.....	47
Quadro 15 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 7.....	48
Quadro 16 – Indicador de Impacto: Oferta de Serviços Públicos Digitais.....	51
Quadro 17 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 8.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de Indicadores por Eixo.....	11
Figura 2 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar.....	17
Figura 3 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade.....	23
Figura 4 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 3 – Justiça e Segurança.....	29
Figura 5 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 4 – Redução das Desigualdades.....	34
Figura 6 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética.....	39
Figura 7 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: do Eixo 6 – Desenvolvimento Econômico	45
Figura 8 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	49
Figura 9 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 8 – Gestão por Resultados.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Expectativa de Vida.....	14
Gráfico 2 – IDEB – E.F. Anos Finais (Rede Pública).....	20
Gráfico 3 – Indicador de Impacto IDEB – E.F. Anos Finais (Rede Pública).....	20
Gráfico 4 – Indicador de Impacto IDEB – Ensino Médio (Rede Estadual).....	20
Gráfico 5 – Trajetória da Taxa de Homicídios.....	26
Gráfico 6 – Comportamento do Índice de Gini.....	31
Gráfico 7 – Qualidade das Rodovias (Ótima).....	36
Gráfico 8 – Qualidade das Rodovias (Boa).....	36
Gráfico 9 – Capacidade Instalada de energia Elétrica (MW).....	37
Gráfico 10 – Rendimento mensal domiciliar per capita.....	42
Gráfico 11 – Cobertura da População com Acesso ao serviço de Abastecimento de Água.....	47
Gráfico 12 – Índice ABEP-TIC de Digitalização.....	51

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Ciclo Operacional da AER	8
2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DE INDICADORES	9
2.1 Critérios de Robustez	9
2.2 Tipos de Indicadores	10
2.3 Distribuição dos Indicadores por Eixos Temáticos do PPA 2023-2027	11
2.4 Etapas do Ciclo de Análise e Projeção	12
2.5 Métodos de Projeção	12
3 RESULTADOS POR EIXO ESTRATÉGICO	13
3.1 Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar	13
3.2 Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade.....	19
3.3 Eixo 3 – Justiça e Segurança.....	26
3.4 Eixo 4 – Redução das Desigualdades.....	30
3.5 Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética	36
3.6 Eixo 6 – Desenvolvimento Socioeconômico.....	41
3.7 Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente E Recursos Hídricos	46
3.8 Eixo 8 – Gestão por Resultados	51
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	57

APRESENTAÇÃO

A Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN), por meio do Centro de Inteligência em Economia e Estratégia Territorial (CIET), apresenta a Análise Executiva de Resultados (AER) 2025, instrumento estratégico essencial para o fortalecimento da avaliação executiva no Estado. O ciclo da AER é coordenado pelo CIET, com apoio da Superintendência de Planejamento e Orçamento Estadual (SUPOE).

A AER 2025 configura-se como uma avaliação intermediária voltada à ampliação da capacidade do Governo do Piauí de antecipar cenários e projetar resultados. Ao fornecer subsídios qualificados ao processo decisório, a ferramenta contribui para a correção de rumos, o direcionamento de ações estratégicas e o aprimoramento da efetividade das políticas públicas.

Este relatório reafirma o compromisso do Governo do Piauí com uma gestão orientada por evidências, centrada em resultados, integração institucional e aperfeiçoamento contínuo. O ciclo de análise fortalece o alinhamento entre programas setoriais e objetivos estratégicos, enquanto a coordenação do CIET assegura uma abordagem técnica, integrada e rigorosa no uso de indicadores — elementos fundamentais para consolidar a visão de um Estado reconhecido pela excelência dos serviços públicos e pelo avanço na transformação digital.

O ciclo de 2025 representa um avanço em relação ao período anterior, ao consolidar a Análise Executiva de Resultados como instrumento permanente de gestão, além de promover maior aprofundamento analítico e fortalecer a cooperação interinstitucional. Os dados evidenciam progressos relevantes, especialmente na melhoria da infraestrutura rodoviária estadual, na expansão dos serviços digitais e no aumento da eficiência e da acessibilidade das políticas públicas.

Dessa forma, a AER 2025 consolida-se como um instrumento fundamental de governança e um mecanismo indispensável para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento e da gestão estadual. Ao integrar planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação em um único ciclo, o relatório amplia a capacidade do Estado de ajustar suas ações e reafirma o compromisso com uma gestão eficiente na alocação de recursos e efetiva na promoção de melhorias concretas nas condições de vida da população piauiense.

1 INTRODUÇÃO

A Análise Executiva de Resultados (AER) 2025 constitui um instrumento estratégico de apoio à gestão pública, voltado ao fortalecimento da capacidade do Governo do Piauí de avaliar resultados e promover ajustes oportunos na execução de programas e projetos. Para além da mensuração de resultados já alcançados, a AER atua como avaliação intermediária, ampliando a aptidão do Estado para antecipar cenários, identificar desafios e aperfeiçoar os processos de implementação das ações governamentais.

Seu desenvolvimento está diretamente integrado ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e às diretrizes estabelecidas no Marco Metodológico do PPA 2024-2027, documento que orienta a gestão estadual a partir da lógica da Gestão por Resultados, da integração entre planejamento, monitoramento e avaliação e da vinculação entre PPA e Lei Orçamentária Anual. Nesse contexto, a AER se consolida como um instrumento estratégico ao produzir análises capazes de indicar tendências, qualificar o processo decisório e assegurar o alinhamento entre os programas setoriais e os objetivos estratégicos do Estado.

Ao oferecer subsídios técnicos ao processo decisório, a AER possibilita ajustes de rota, repactuação de metas e redesenho de projetos sempre que necessário, contribuindo para maior eficiência e efetividade das políticas públicas. Essa atuação proativa fortalece a entrega de resultados e amplia o impacto das intervenções governamentais junto à sociedade.

A estratégia está orientada pela Visão de Futuro do Estado do Piauí — ser reconhecido pela excelência dos serviços públicos com transformação digital pela redução das desigualdades e pelo crescimento econômico inclusivo e sustentável (Piauí, 2023). O Marco Metodológico do PPA 2024-2027 estabelece que a implementação do Plano requer articulação em três dimensões complementares — gerenciamento, monitoramento e avaliação — destacando esta última como etapa essencial para o aperfeiçoamento contínuo dos programas, a correção de falhas de concepção e execução e a atualização de objetivos e metas em consonância com as demandas da sociedade.

No âmbito da AER, a avaliação orienta-se por três eixos principais, em conformidade com o PPA:

- análise do desempenho dos meios associados às prioridades governamentais;
- verificação do alcance dos objetivos estratégicos;
- acompanhamento da materialização da Visão de Futuro do Estado.

Dessa forma, a AER configura-se como o principal instrumento executivo de consolidação dos diferentes níveis de análise, materializando-se em relatórios estratégicos destinados à SEPLAN e aos órgãos setoriais. Ao produzir inteligência aplicada à gestão, a ferramenta sustenta a lógica de Gestão por Resultados preconizada pelo PPA 2024-2027.

1.1 Ciclo Operacional da AER

Com o objetivo de operacionalizar a estratégia governamental definida no PPA 2024-2027 e detalhada em seu Marco Metodológico, a AER organiza-se em quatro macroprocessos integrados, que compõem um ciclo contínuo de gestão:

1. **Planejamento** – etapa responsável pela definição de direcionadores, prioridades estratégicas e metas de médio e longo prazo, alinhadas às dimensões estratégica, tática e operacional do PPA.
2. **Orçamento** – assegura a viabilidade financeira das iniciativas planejadas, compatibilizando prioridades com a capacidade orçamentária do Estado e reforçando a vinculação entre PPA, LOA e execução, conforme preconiza o Marco Metodológico.
3. **Monitoramento** – acompanha de forma sistemática a execução das ações, garantindo alinhamento das equipes, produção de informações atualizadas e identificação de condicionantes que possam impactar a implementação.
4. **Avaliação** – examina a efetividade das ações prioritárias, verificando sua pertinência, qualidade e impacto, além de incorporar aprendizados ao processo decisório e às revisões periódicas do PPA.

O monitoramento e a avaliação atuam de maneira complementar e integrada. Ao articular esses quatro macroprocessos em um único ciclo, a AER consolida-se como mecanismo essencial para que o Executivo estadual acompanhe resultados estratégicos, antecipe tendências e tome decisões fundamentadas, fortalecendo a governança pública e a capacidade de entrega do Estado.

2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DE INDICADORES

A seleção dos indicadores utilizados na AER é guiada por critérios que assegurem qualidade, transparência e relevância para a gestão. São priorizados indicadores com valor estratégico para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas, provenientes de fontes oficiais, com séries históricas consistentes e metodologias consolidadas. Esses parâmetros seguem as Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, 2012), conferindo maior robustez e credibilidade às análises produzidas.

2.1 Critérios de Robustez

A condução da AER 2025 priorizou o uso de registros oficiais de bases públicas nacionais e informações setoriais regularmente divulgadas. Para garantir a robustez do relatório, a escolha dos indicadores de resultado seguiu critérios rigorosos e cumulativos, assegurando que apenas medidas de maior consistência metodológica e relevância estratégica fossem incorporadas à análise.

Foram considerados, exclusivamente, indicadores que:

- Estejam disponíveis em bases públicas nacionais ou sejam divulgados periodicamente por entidades setoriais responsáveis;
- Tenham origem em fontes oficiais;
- Apresentem relevância comprovada para subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas;
- Possuam comparabilidade entre períodos e territórios, com consenso quanto à validade metodológica;
- Contem com série histórica mínima de cinco anos;
- Sejam atualizados de forma contínua ou periódica;
- Utilizem metodologia consolidada e amplamente reconhecida.

Em função desses requisitos, indicadores de processo, produto, gestão e outros de natureza mais operacional não foram considerados centrais na AER. Embora relevantes para o acompanhamento administrativo e a gestão cotidiana, muitos deles não atendem integralmente aos critérios de robustez, sobretudo no que se refere à temporalidade, à padronização metodológica e à disponibilidade pública. Essa opção metodológica assegura que a análise executiva se concentre

em indicadores, capazes de oferecer maior confiabilidade às avaliações e apoiar decisões estratégicas do governo.

2.2 Tipos de Indicadores

No PPA 2024-2027, foram identificados 179 indicadores. Para a AER 2025, 87 indicadores são prioritários, 9 são de impacto e 78 são indicadores de resultado, selecionados por atenderem integralmente aos critérios de robustez metodológica e relevância estratégica, capazes de mensurar resultados das intervenções governamentais. Os indicadores desempenham um papel central no processo avaliativo e, para este ciclo, foram organizados em três categorias principais:

1. **Indicadores de Impacto** – mensuram transformações estratégicas de longo prazo e refletem os efeitos mais amplos das políticas nas áreas prioritárias do Estado.
2. **Indicadores de Resultado** – captam os efeitos diretos das ações governamentais, evidenciando os benefícios entregues à população no curto e médio prazo. Constituem a base central da AER.
3. **Indicadores Associados ou Desagregados** – complementam os indicadores de resultado, permitindo mensurar fenômenos correlatos que influenciam ou explicam os efeitos observados, ampliando a compreensão sobre a dinâmica das ações implementadas.

O Quadro 1 demonstra a síntese dos 179 indicadores do PPA 2024-2027:

Quadro 1 – Síntese dos Indicadores do PPA 2024-2027

Indicador de Gestão	20
Indicador de Processo	14
Indicador de Produto	26
Outros	32
Resultado	78
Impacto	9
Total geral	179

Fonte: Piauí, 2023. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Essa categorização evidencia que 92 indicadores — distribuídos entre as categorias de gestão, processo, produto e outros — não integram a AER por não mensurarem diretamente os efeitos das intervenções governamentais.

A combinação adotada garante que a avaliação ultrapasse o acompanhamento imediato, incorporando elementos que influenciam a trajetória dos resultados ao longo do tempo.

2.3 Distribuição dos Indicadores por Eixos Temáticos do PPA 2023-2027

Os 9 indicadores de impacto e os 78 indicadores de resultado selecionados foram distribuídos em oito eixos temáticos, responsáveis por organizar os programas e as iniciativas do Governo do Piauí. O acompanhamento desses indicadores, consolidados a partir dos eixos estratégicos do PPA, permitiu uma visão integrada e aprofundada do desempenho das políticas públicas estaduais.

O panorama dos 87 indicadores, detalhado por eixo e programa é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição de Indicadores por Eixo



Fonte: Piauí, 2023. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Assim, o ciclo de análise e projeção da AER proporciona uma estrutura integrada para acompanhar a evolução dos indicadores, avaliar as trajetórias dos resultados e alinhar as ações das diversas secretarias envolvidas. Essa sistematização contribui para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento e tomada de decisão, promovendo maior eficácia e articulação das políticas públicas em cada etapa.

2.4 Etapas do Ciclo de Análise e Projeção

O ciclo da AER está organizado em três etapas interdependentes.

1. **Etapa 1 – Atualização e organização dos dados:** prioriza a obtenção de informações recentes provenientes de registros administrativos e bases oficiais, permitindo acompanhar de forma antecipada as tendências e trajetórias dos resultados priorizados, incluindo aqueles destacados pelos relatórios técnicos. Essa abordagem fortalece a confiabilidade das informações e evidencia a necessidade de maior sistematização e qualificação dos dados para subsidiar o planejamento e orientar decisões no ciclo seguinte.
2. **Etapa 2 – Cálculo das projeções e análise:** envolve a avaliação dos resultados pactuados e a projeção de suas tendências, utilizando técnicas específicas, como métodos lineares e logísticos, para estimar a evolução dos indicadores ao longo do tempo.
3. **Etapa 3 – Relatório gerencial e consolidação final:** compreende a apresentação e a discussão dos relatórios gerenciais com os núcleos setoriais, alinhando os resultados projetados à atuação de cada secretaria. Essa etapa culmina na elaboração e consolidação do relatório final da AER.

2.5 Métodos de Projeção

Para o cálculo das projeções, que são essenciais para a capacidade de antecipação da AER, são utilizadas técnicas distintas, conforme a natureza dos dados:

- **Projeção Linear:** aplicada a indicadores representados por frequência absoluta (como número de casos), calculando a taxa média de variação anual para estimar valores futuros.

- Análise de Trajetória Aritmética: adotada para séries com comportamento estável, estimando a taxa mínima de crescimento necessária a partir do último valor registrado para alcançar a meta.
- Regressão Logística: utilizada para indicadores expressos em frequência relativa (como porcentagens), modelando o crescimento de fenômenos limitados por uma capacidade máxima. Para séries decrescentes, utiliza-se o complemento do indicador (exemplo: taxa de alfabetização no lugar de analfabetismo), retornando ao valor original ao final do cálculo.

3 RESULTADOS POR EIXO ESTRATÉGICO

A seguir, apresenta-se o quadro de resultados com os principais destaques por eixo e programa, com base nas tendências projetadas para 2027. Do total de indicadores analisados, 25 apresentam tendência suficiente, 33 indicam tendência insuficiente e 21 são classificados como inadequados, evidenciando diferentes padrões de evolução em relação às metas estabelecidas.

Os dados revelam trajetórias distintas entre os indicadores, com parte deles evoluindo de forma compatível com o planejado, enquanto outra parcela apresenta desempenho aquém do esperado. Na sequência, são apresentados os indicadores de resultado por Eixo Estratégico, acompanhados de sua representação e do detalhamento das tendências observadas em cada programa.

3.1 Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar

O Eixo 1 tem como objetivo estratégico ampliar o acesso universal à saúde, com foco na atenção integral, na promoção do bem-estar e na valorização da cultura e do esporte como determinantes da qualidade de vida. As ações deste eixo são desenvolvidas por meio dos programas Piauí Saudável e Piauí com mais Cultura, Esporte e Lazer.

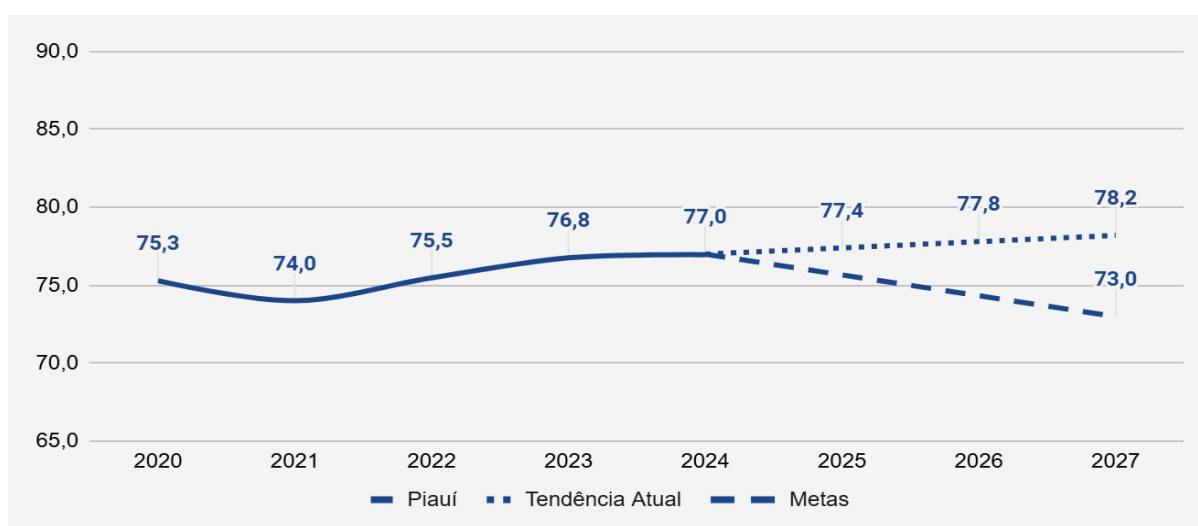
Como parte do processo de acompanhamento, o Quadro 2 apresenta o indicador de impacto prioritário referente à expectativa de vida ao nascer no Piauí, com a indicação do desempenho atual e da meta estabelecida para 2027. A evolução desse indicador e sua respectiva tendência estão demonstradas no Gráfico 1.

Quadro 2 – Indicador de Impacto: Expectativa de Vida ao Nascer

Indicador de Impacto Prioritário	Expectativa de Vida ao Nascer
Valor no Ano de Referência (2024)	77,0 anos
Meta Projetada para 2027	78,2 anos
Tendência Atual	Adequada

Fonte: IBGE (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 1 – Evolução da Expectativa de Vida



Fonte: IBGE (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: A expectativa de vida ao nascer representa o número médio de anos que um recém-nascido pode esperar viver, considerando os atuais padrões de mortalidade. No estado do Piauí, verificou-se crescimento contínuo entre 2020 e 2024, passando de 75,3 anos para 77 anos, com os dados indicando a manutenção desse patamar em 2024. Para os anos subsequentes, as metas e projeções apontam para uma elevação gradual, podendo alcançar 78,2 anos até 2027, em consonância com a tendência nacional, cuja média foi de 76,4 anos em 2023.

A análise dos indicadores do Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar foi realizada a partir dos principais indicadores de resultado e de seus respectivos indicadores associados e desagregados, conforme apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 1

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Taxa de Mortalidade Materna (por 100 mil)	56,00	<ul style="list-style-type: none"> Total de óbitos maternos Evolução dos óbitos maternos (mensal/anual) Óbitos maternos por tipo de causa
Taxa de Mortalidade Neonatal (por mil)	7,00	<ul style="list-style-type: none"> Total de óbitos neonatais Evolução dos óbitos neonatais (mensal/anual) Óbitos neonatais por fase Óbitos neonatais por causas evitáveis Evolução da proporção de óbitos evitáveis entre os neonatais (%)
Taxa de Mortalidade na Infância (por mil)	15,30	<ul style="list-style-type: none"> Total de mortes de crianças menores de 5 anos Evolução dos óbitos na infância (mensal/anual) Óbitos na infância por causas evitáveis Evolução da proporção de óbitos evitáveis entre crianças menores de 5 anos (%)
Proporção de Nascidos Vivos com 7+ Consultas de Pré-Natal (%)	83,00	<ul style="list-style-type: none"> Número de nascidos vivos com 7 ou mais consultas de pré-natal
Taxa de Óbitos por DCNT (30–69 anos) – por 100 mil	248,4	<ul style="list-style-type: none"> Total de óbitos prematuros por DCNT Evolução dos óbitos prematuros por DCNT (mensal/anual) Óbitos por tipo de doença (cardiovascular, neoplasia, diabetes e respiratória)
Taxa de Óbitos por Doenças Transmissíveis (por 100 mil)	53,7	<ul style="list-style-type: none"> Total de óbitos por doenças transmissíveis Evolução de óbitos específicos por doenças transmissíveis Distribuição dos óbitos por tipo de doença transmissível (%)
Sífilis Congênita em Menores de 1 Ano (por mil)	4,4	<ul style="list-style-type: none"> Casos de sífilis congênita segundo o momento do diagnóstico da sífilis materna Casos de sífilis congênita segundo faixa etária da mãe
Cobertura de Atenção Básica (%)	100,00	—
Proporção de Cura da Hanseníase (%)	56,1	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição percentual de casos novos por faixa etária Número de casos novos de hanseníase por sexo
Proporção de Vacinas do Calendário Nacional (%)	91,10	—
Número de Projetos Aprovados pelo Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC)	420	—
Número de Bolsas Atletas Implementadas por Ano	105	—

Fonte: SVS Ministério da Saúde (2019-2024); DataSUS (2020-2024); MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2019-2024); Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS) / DataSUS (2018-2022); Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (2019-2024); Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores de saúde no Piauí evidencia avanços relevantes, mas também desafios persistentes para a consolidação de uma rede assistencial mais eficiente, equitativa e orientada à prevenção. Os resultados referentes a 2024 indicam progresso no cumprimento de metas estratégicas, especialmente no enfrentamento da sífilis congênita e na ampliação da cobertura da Atenção Básica. Contudo, permanecem fragilidades em áreas sensíveis, como a mortalidade infantil, algumas doenças transmissíveis e, sobretudo, as doenças crônicas não transmissíveis.

No âmbito do Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar, foram analisados 12 indicadores de resultado, classificados segundo a tendência observada em relação às metas projetadas para o período até 2027.

Quatro indicadores apresentam tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, há elevada probabilidade de cumprimento das metas estabelecidas:

- Taxa de óbitos específicos por doenças transmissíveis;
- Taxa de detecção de sífilis congênita em menores de um ano de idade (por 1.000 nascidos vivos), por ano de diagnóstico;
- Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nas coortes;
- Número de projetos aprovados pelo Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC) da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT).
- Número de Bolsas Atletas Implementadas por Ano

Cinco indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora gradual, porém, ainda em ritmo inferior ao necessário para o alcance das metas pactuadas:

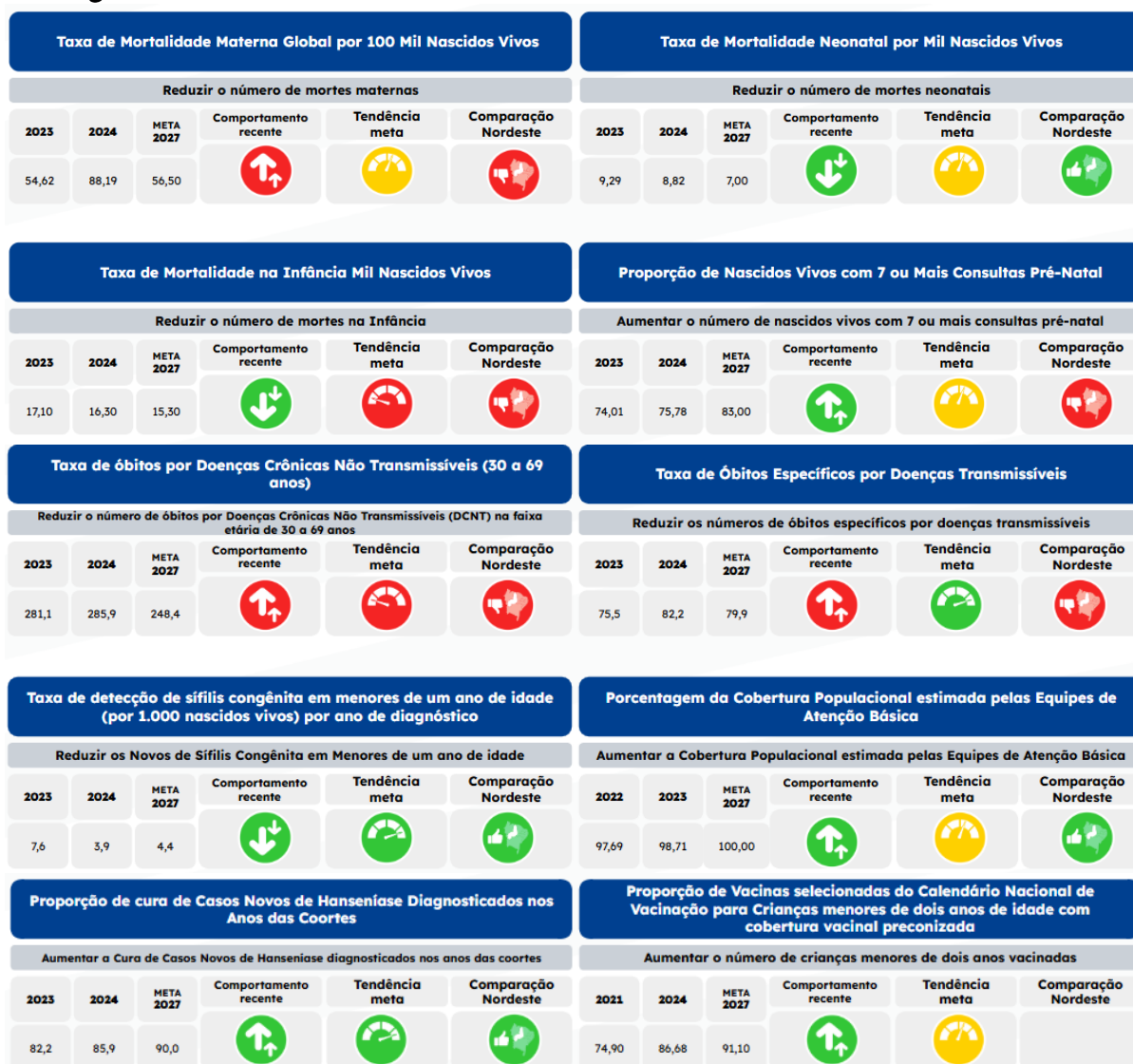
- Taxa de mortalidade materna global por 100 mil nascidos vivos;
- Taxa de mortalidade neonatal por mil nascidos vivos;
- Proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas de pré-natal;
- Percentual de cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica;
- Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos com cobertura vacinal adequada.

Por sua vez, três indicadores apresentam tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento das metas estabelecidas e demandando maior atenção por parte das políticas públicas e da gestão setorial:

- Taxa de mortalidade na infância por mil nascidos vivos;
- Taxa de óbitos por doenças crônicas não transmissíveis na faixa etária de 30 a 69 anos.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 2, que consolida a classificação dos indicadores segundo a tendência de desempenho observada.

Figura 2 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar



Número de projetos aprovados pelo Sistema de Incentivo Estadual à Cultura (SIEC) da Secretaria Estadual de Cultura						Número de bolsas atletas implementadas pelo governo do estado do Piauí por ano					
Aumentar o número de projetos aprovados pelo SIEC						Aumentar o número de Bolsas Atletas					
2023	2024	META 2027	Comportamento recente	Tendência meta	Comparação Nordeste	2023	2024	META 2027	Comportamento recente	Tendência meta	Comparação Nordeste
378	334	420				79	100	105			

Fonte: SVS Ministério da Saúde (2019-2024); DataSUS (2020-2024); MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2019-2024); Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS) / DataSUS (2018-2022); Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (2019-2024); Secretaria de Cultura do Estado do Piauí (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar

O Piauí apresenta avanços na saúde, com crescimento contínuo da expectativa de vida, que passou de 75,3 anos, em 2020, para 77 anos em 2024, refletindo melhorias nos determinantes sociais e nos serviços de atenção primária. A projeção para 2027 é de 78,2 anos, ainda abaixo do valor meta, indicando que fatores como doenças crônicas, desigualdades de acesso e fragilidades nos serviços de saúde continuam limitando ganhos mais expressivos.

Apesar dos progressos, persistem desafios críticos em mortalidade evitável. A taxa de mortalidade neonatal foi de 8,82 por mil nascidos vivos em 2024 e deve atingir 8,50 em 2027, permanecendo acima da meta de 7,00. A mortalidade infantil registrou 16,30 por mil e tende a chegar em 17,47, acima da meta de 15,30 em 2027. Esses indicadores evidenciam lacunas no pré-natal, no parto e nos cuidados pós-natais, especialmente em regiões mais vulneráveis, mesmo com a proporção de nascidos vivos com sete ou mais consultas pré-natal em 75,78% e tendência de superar a meta.

No campo das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), a mortalidade entre 30 e 69 anos tende a 293,2 óbitos por 100 mil habitantes, acima da meta de 248,4. Esse cenário reflete o aumento de doenças cardiovasculares, diabetes, neoplasias e impactos de estilos de vida pouco saudáveis, reforçando a necessidade de políticas de prevenção, rastreamento precoce e promoção da saúde.

As doenças transmissíveis apresentam recuperação gradual. A taxa de óbitos projetada para 2027 é de 53,7 por 100 mil habitantes, abaixo da meta de 79,9, resultado da redução pós-COVID-19 e da ampliação de ações de vigilância epidemiológica, vacinação e resposta a surtos. Enquanto a sífilis congênita apresenta tendência de atingir 6,9 casos por mil nascidos vivos, em 2027, acima da

meta de 4,4, apontando falhas no rastreamento e tratamento no pré-natal e necessidade de integração com ações educativas de saúde sexual e reprodutiva.

Entre as doenças negligenciadas, a hanseníase mantém desafios. A proporção de casos novos deve alcançar 78,5%, em 2027, abaixo da meta, evidenciando dificuldades no diagnóstico precoce, interrupções no tratamento e estigma social, demandando capacitação de equipes e acompanhamento contínuo dos pacientes.

Por fim, a cobertura vacinal infantil apresenta tendência de 86,8%, em 2027, abaixo da meta de 91,1%. Desafios logísticos, desinformação e hesitação vacinal ainda limitam a proteção coletiva, reforçando a importância de campanhas de imunização, ampliação de horários de atendimento e estratégias de busca ativa para garantir a prevenção de doenças evitáveis.

3.2 Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade

O Eixo 2 tem como objetivo estratégico garantir educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, a redução das desigualdades educacionais e o fortalecimento da formação integral dos estudantes. As ações desse eixo estão vinculadas ao programa Piauí Educação, responsável pela articulação das iniciativas voltadas à educação básica no Estado. No âmbito do monitoramento, o Quadro 4 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo à evolução da educação básica, contemplando o desempenho atual e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 2.

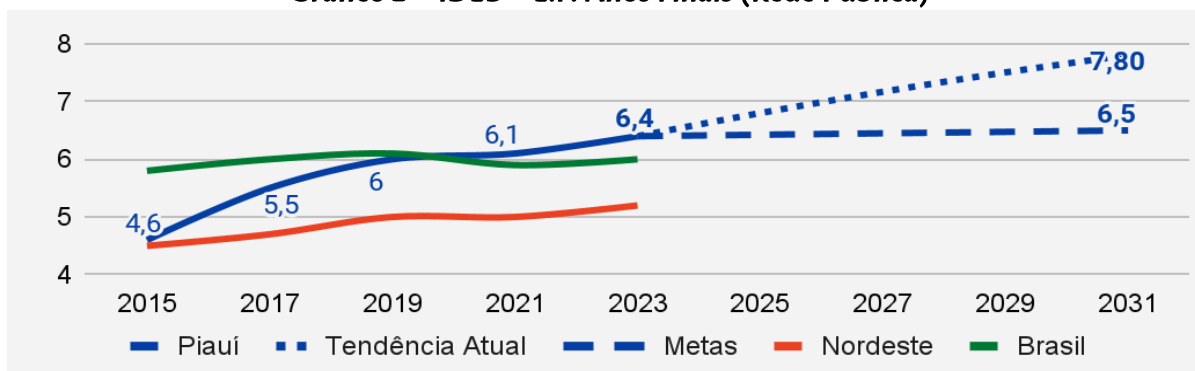
Quadro 4 – Indicador de Impacto: IDEB

Indicador de Impacto Prioritário	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
Valor no Ano de Referência (2024)	AI(5,7), AF(4,9) e EM(4,3)
Meta Projetada para 2027	8,0 (EM)
Tendência Atual	INSUFICIENTE

Fonte: INEP (2015-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

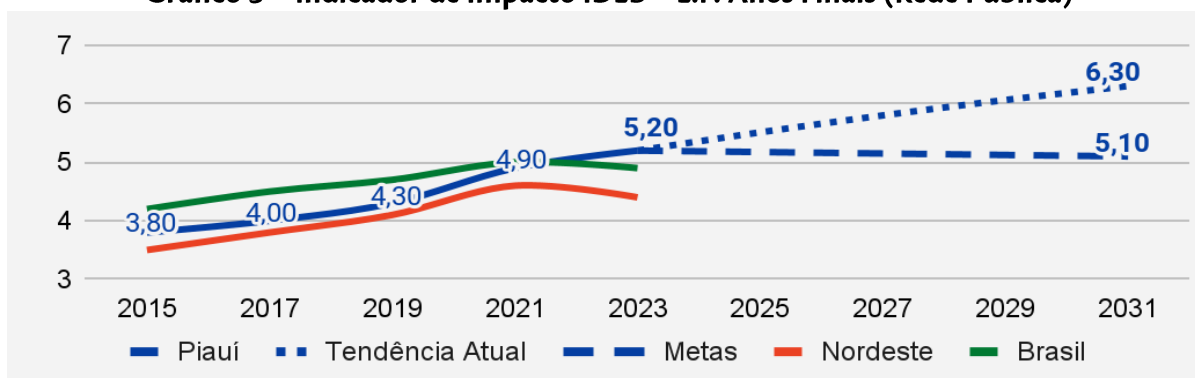
Nota: EM (Ensino Médio), EFAI (Ensino Fundamental Anos Iniciais), EFAF (Ensino Fundamental Anos Finais)

Gráfico 2 – IDEB – E.F. Anos Finais (Rede Pública)



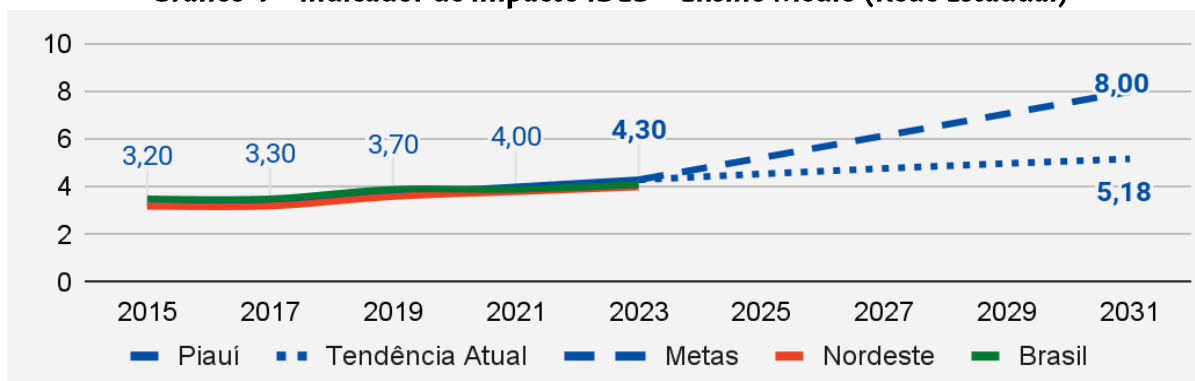
Fonte: INEP (2015-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 3 – Indicador de Impacto IDEB – E.F. Anos Finais (Rede Pública)



Fonte: INEP (2015-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 4 – Indicador de Impacto IDEB – Ensino Médio (Rede Estadual)



Fonte: INEP (2015-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: A educação básica no Piauí é superior à média do Nordeste e do Brasil. No Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) da rede estadual, o Piauí praticamente alcançou a meta estipulada para 2027, e a tendência é de crescimento. No Ensino Médio (último dado 4,3; meta 8,0), embora superior à média regional e nacional, a tendência para 2027 indica não

alcance da meta. Evidenciando que o Estado enfrenta desafios significativos na qualidade e acesso à educação.

Quadro 5 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 2

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Participação das matrículas do Ensino Médio integrado no total de matrículas do Ensino Médio (Rede Pública Estadual) (%)	100	—
Taxa de Abandono (Ensino Médio – Rede Estadual) (%)	5,30	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de jovens que não trabalha, não estuda e não procura trabalho (%) • Percentual de jovens (15 a 17 anos) fora da escola (%) • Taxa de reprovação no Ensino Médio (Piauí) - Rede Pública Estadual
Taxa de Abandono (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais - Rede Estadual) (%)	2,00	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de Reprovação (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais - Rede Estadual)
Taxa de Aprovação (Ensino Fundamental - Total - Anos iniciais e anos finais - Rede Estadual) (%)	97,00	—
Taxa de Aprovação no Ensino Médio (Rede Estadual) (%)	93,00	—
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Fundamental - total (anos iniciais e anos finais) da Rede Pública Estadual de ensino (%)	22,00	—
Taxa de Distorção Idade-Série (Ensino Médio) – Rede Pública Estadual (%)	28,0	—
Percentual da população piauiense com Ensino Superior ou equivalente (%)	17,80	<ul style="list-style-type: none"> • População de 25 anos ou mais com superior completo (mil pessoas)
Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade (%)	9,00	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade com deficiência (%) • População de 15 anos ou mais analfabeta (mil pessoas) • Distribuição de analfabetos de 15 anos ou mais por faixa etária (Piauí e Nordeste) (%)
Nota da UESPI – Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)	4	—
Porcentagem de mestres e doutores no corpo docente da UESPI (%)	100	—
Percentual de docentes com nível superior que leciona no Ensino Fundamental (total - anos iniciais e finais) da rede estadual de ensino (%)	100	—
Percentual de docentes com nível superior que leciona no Ensino Médio da rede estadual de ensino (%)	100	—

Fonte: INEP (2019-2024); IBGE - Microdados e IBGE - PNADC 2º Trimestre (2010-2024); INEP - Censo da Educação Básica (2019-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise do quadro referente aos principais indicadores educacionais do Piauí evidencia avanços importantes, mas, também, revela desafios estruturais para a consolidação de uma política educacional mais inclusiva, equitativa e orientada aos resultados de aprendizagem. Os dados referentes a 2024 indicam progresso no cumprimento de metas estratégicas, especialmente na redução das taxas de abandono escolar, na elevação das taxas de aprovação e no fortalecimento da qualificação docente na educação básica. Entretanto, persistem fragilidades em áreas relevantes, como o enfrentamento do analfabetismo da população adulta, a ampliação da inclusão educacional e o fortalecimento da oferta de ensino médio integrado.

No âmbito do Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade, foram analisados 13 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas.

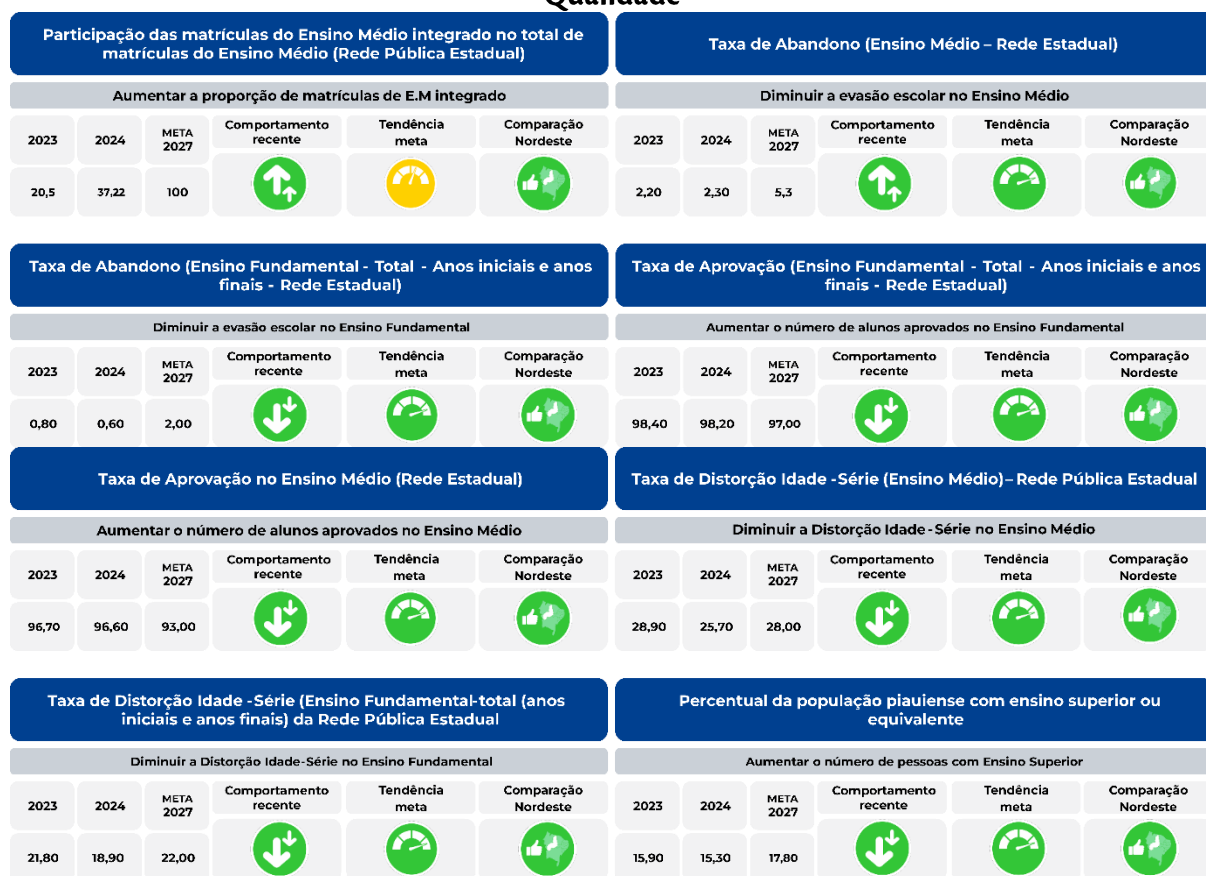
Oito indicadores apresentam tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, há elevada probabilidade de cumprimento das metas projetadas:

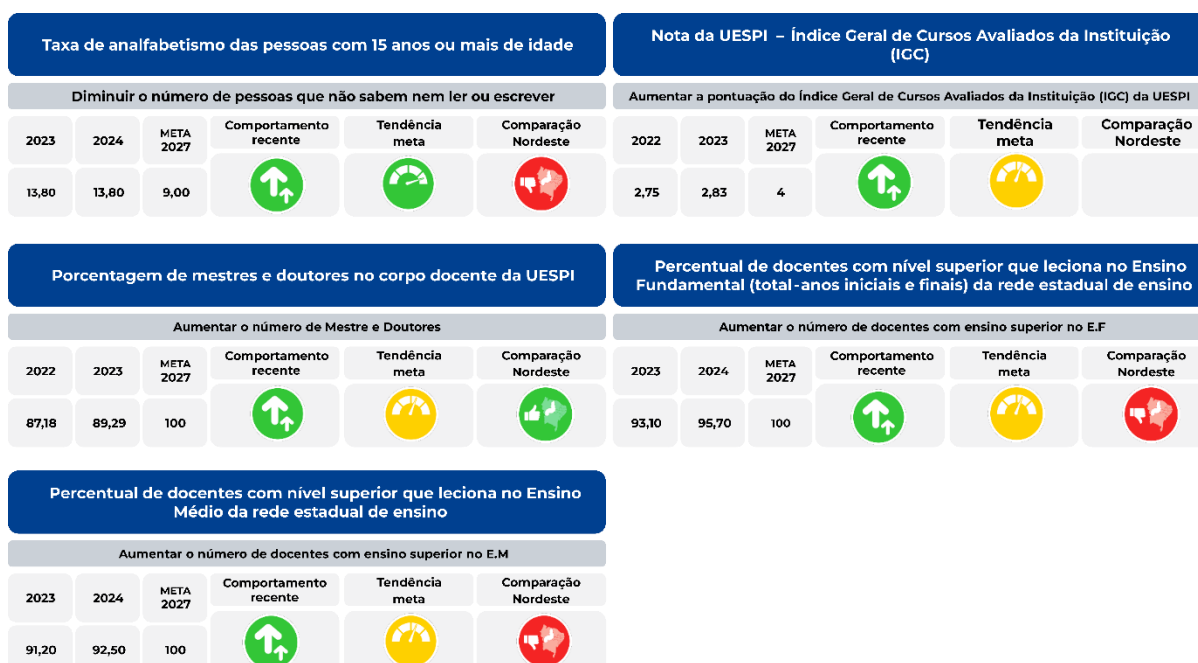
- Taxa de abandono no Ensino Médio (Rede Estadual);
- Taxa de abandono no Ensino Fundamental (total – anos iniciais e finais – Rede Estadual);
- Taxa de aprovação no Ensino Fundamental (total – anos iniciais e finais – Rede Estadual);
- Taxa de aprovação no Ensino Médio (Rede Estadual);
- Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (Rede Pública Estadual);
- Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental (total – anos iniciais e finais – Rede Pública Estadual);
- Percentual da população piauiense com ensino superior ou equivalente;
- Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade;
- Cinco indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora gradual, porém, ainda em ritmo inferior ao necessário para o alcance das metas pactuadas:
- Participação das matrículas do Ensino Médio integrado no total de matrículas do Ensino Médio (Rede Pública Estadual);
- Nota da UESPI no Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC);
- Percentual de mestres e doutores no corpo docente da UESPI;

- Percentual de docentes com nível superior que lecionam no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) da rede estadual de ensino;
- Percentual de docentes com nível superior que lecionam no Ensino Médio da rede estadual de ensino.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 3, consolidando a classificação dos indicadores segundo a tendência de desempenho observada.

Figura 3 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade





Fonte: INEP (2019-2024); IBGE - Microdados e IBGE - PNADC 2º Trimestre (2010-2024); INEP - Censo da Educação Básica (2019-2024). **Elaboração:** CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade

O panorama educacional do Piauí no período de 2023 a 2027 revela um quadro de avanços pontuais em desempenho e expansão de políticas educacionais, mas, também, a persistência de desafios estruturais relacionados ao acesso, à qualidade do ensino e à valorização dos profissionais da educação. Apesar do comprometimento institucional com uma educação mais inclusiva e equitativa, as projeções indicam que parte significativa das metas traçadas não deverá ser alcançada até 2027, o que reforça a necessidade de aprimoramento das políticas educacionais e de fortalecimento do sistema público de ensino.

No Ensino Médio, o Piauí mantém desempenho superior às médias do Nordeste e do Brasil no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), refletindo a consolidação de práticas pedagógicas mais consistentes e de um monitoramento contínuo da aprendizagem. Contudo, mesmo com esse diferencial positivo, as projeções indicam que a meta de 8,0 não será alcançada até 2027, o que evidencia limites no ritmo de avanço da aprendizagem e da permanência escolar. Isso sugere que os ganhos obtidos ainda não se traduzem plenamente em melhoria da qualidade educacional, exigindo políticas de reforço à aprendizagem, formação docente voltada a resultados e acompanhamento individualizado dos estudantes.

Outro ponto crítico é a participação das matrículas no Ensino Médio Integrado, cuja projeção para 2027 é de apenas 48,74%, muito distante da meta de universalização (100%). Essa defasagem revela dificuldades estruturais na expansão da educação profissional e técnica, que é um componente estratégico para aumentar a empregabilidade e a inserção produtiva da juventude piauiense. O fortalecimento das escolas técnicas, a articulação com o setor produtivo e a integração entre Ensino Médio e formação profissional são fundamentais para alinhar a educação às demandas contemporâneas do mercado de trabalho e às oportunidades de inovação.

A alfabetização de jovens e adultos continua sendo um dos maiores desafios educacionais do Estado. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, que voltou a crescer em 2024, atingiu 13,8%, comprometendo a meta de 9% para 2027. A situação é ainda mais alarmante entre pessoas com deficiência, cuja taxa de analfabetismo era de 37,3% em 2022, quase o dobro da meta de 20%. Esses dados revelam desigualdades persistentes e exclusão educacional de grupos vulneráveis, exigindo políticas de alfabetização inclusivas, adaptadas e intersetoriais, com foco na educação de jovens, adultos e idosos, além de programas específicos voltados à educação especial e à acessibilidade pedagógica.

No campo da valorização e formação docente, o Piauí enfrenta defasagens significativas. O Estado apresenta um dos menores percentuais de professores com nível superior no Ensino Médio, quando comparado às médias do Nordeste e do Brasil, o que demonstra um déficit na qualificação docente. A distância em relação à meta de 100% de professores com formação superior é expressiva e requer investimentos robustos em formação inicial e continuada, bem como melhorias nas condições de trabalho e remuneração. Esses fatores são determinantes para garantir permanência, motivação e qualidade na prática pedagógica.

No Ensino Superior, a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tem apresentado avanços no número de mestres e doutores no corpo docente, mas a projeção de 94,52% para 2027 ainda está aquém da meta de 100%. A consolidação da UESPI como polo de excelência acadêmica e científica depende da valorização da carreira docente, da ampliação de programas de pós-graduação e da criação de incentivos à pesquisa e à inovação. O fortalecimento da universidade é crucial para sustentar a formação de capital humano qualificado, essencial ao desenvolvimento social e econômico do Estado.

3.3 Eixo 3 – Justiça e Segurança

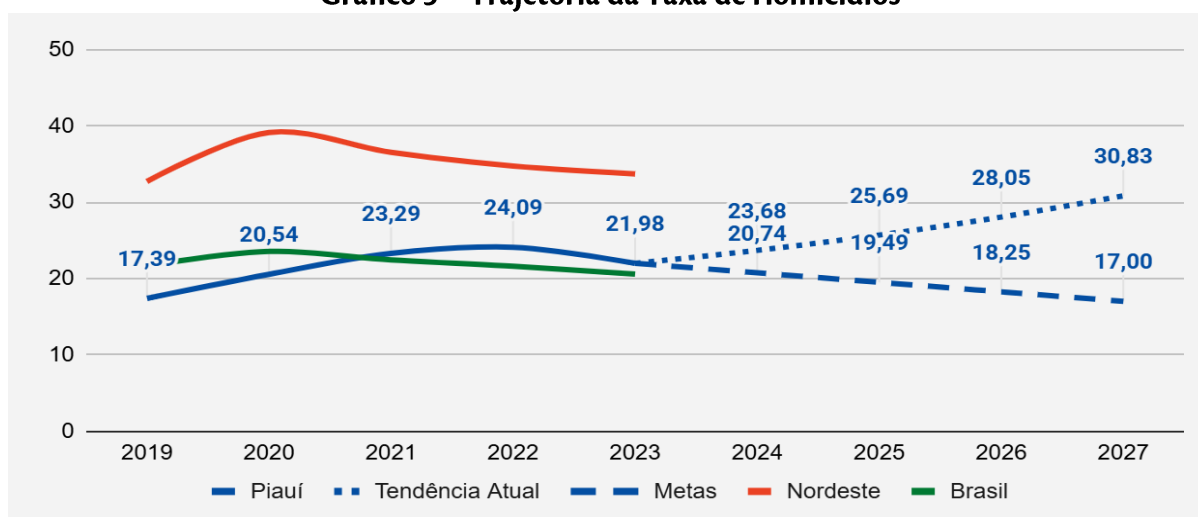
O Eixo 3 tem como objetivo estratégico fortalecer a segurança pública e o sistema de justiça, assegurando a proteção à vida, aos direitos humanos e à cidadania. As ações desse eixo estão vinculadas ao programa Piauí Seguro, que organiza as iniciativas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência no Estado. No âmbito do monitoramento, o Quadro 6 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo à evolução da violência letal, contemplando o desempenho no ano de referência e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 5.

Quadro 6 – Indicador de Impacto: Taxa de Homicídios

Indicador de Impacto Prioritário	Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes
Valor no Ano de Referência (2023)	21,98
Meta Projetada para 2027	17
Tendência Atual	Inadequada

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE - Projeção da População. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 5 – Trajetória da Taxa de Homicídios



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e IBGE - Projeção da População. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: A taxa de homicídios por 100 mil habitantes no estado do Piauí aumentou de 17,39, em 2019, para 21,98 em 2023. A tendência é que essa taxa alcance, em 2027, 30,83 homicídios por 100 mil habitantes, número superior à meta estipulada para o mesmo ano, que é de 17 homicídios por 100 mil habitantes.

A análise dos indicadores do Eixo 3 - Justiça e Segurança foi realizada com base nos principais indicadores de resultado e indicadores associados/desagregados, apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 3

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Taxa de Crimes Violentos Patrimoniais	555,0	<ul style="list-style-type: none"> Números de crimes patrimoniais
Taxa de Mortes Violentas Intencionais –100 mil habitantes	17,2	<ul style="list-style-type: none"> Total de mortes violentas intencionais Composição das mortes de MVI
Taxa de Femicídio	0,90	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de violência sexual contra mulheres Total de feminicídios (nº absoluto) Taxa de lesão corporal dolosa-violência doméstica (contra mulheres)
Taxa de Mortes Violentas Intencionais –100 mil habitantes contra mulheres	2,50	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes do sexo feminino
Taxa de Homicídio da População Parda e Negra Jovem	35,3	<ul style="list-style-type: none"> Total de homicídios contra negros Taxa de internação contra negros e jovens
Déficit Carcerário (vagas no sistema penitenciário)	1,15	<ul style="list-style-type: none"> Razão Preso / Vaga
Porcentagem de Presos Provisórios	38	—
Porcentagem da População Prisional Inserida em Atividade Laboral (trabalhando)	25	—
Taxa de Óbitos no Trânsito	19	—
Taxa de Óbitos no Trânsito por Motocicleta	13	—

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019 - 2024); Ministério da Saúde - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) (2019 - 2024); Ministério da Saúde - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) e IBGE - Microdados PNADC 4º trimestre (2019 - 2023) Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores de segurança pública no Piauí revela um cenário desafiador, marcado por tendências preocupantes que demandam intervenções mais intensivas por parte do poder público. Os resultados referentes a 2024 indicam estagnação ou piora em aspectos centrais da política de segurança, especialmente no que se refere à violência letal, ao feminicídio, à violência contra mulheres e às limitações estruturais do sistema penitenciário. Esse quadro evidencia a necessidade de fortalecimento das estratégias de prevenção da violência, ampliação da

capacidade institucional das forças de segurança e consolidação de políticas específicas de proteção a grupos vulneráveis.

No âmbito do Eixo 3 – Justiça e Segurança, foram analisados 10 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Um indicador apresenta tendência adequada, indicando que a meta projetada deverá ser alcançada caso o desempenho atual seja mantido:

- Taxa de crimes violentos patrimoniais.

Quatro indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa ou estabilidade, porém, ainda em patamar inferior ao necessário para o alcance das metas pactuadas:

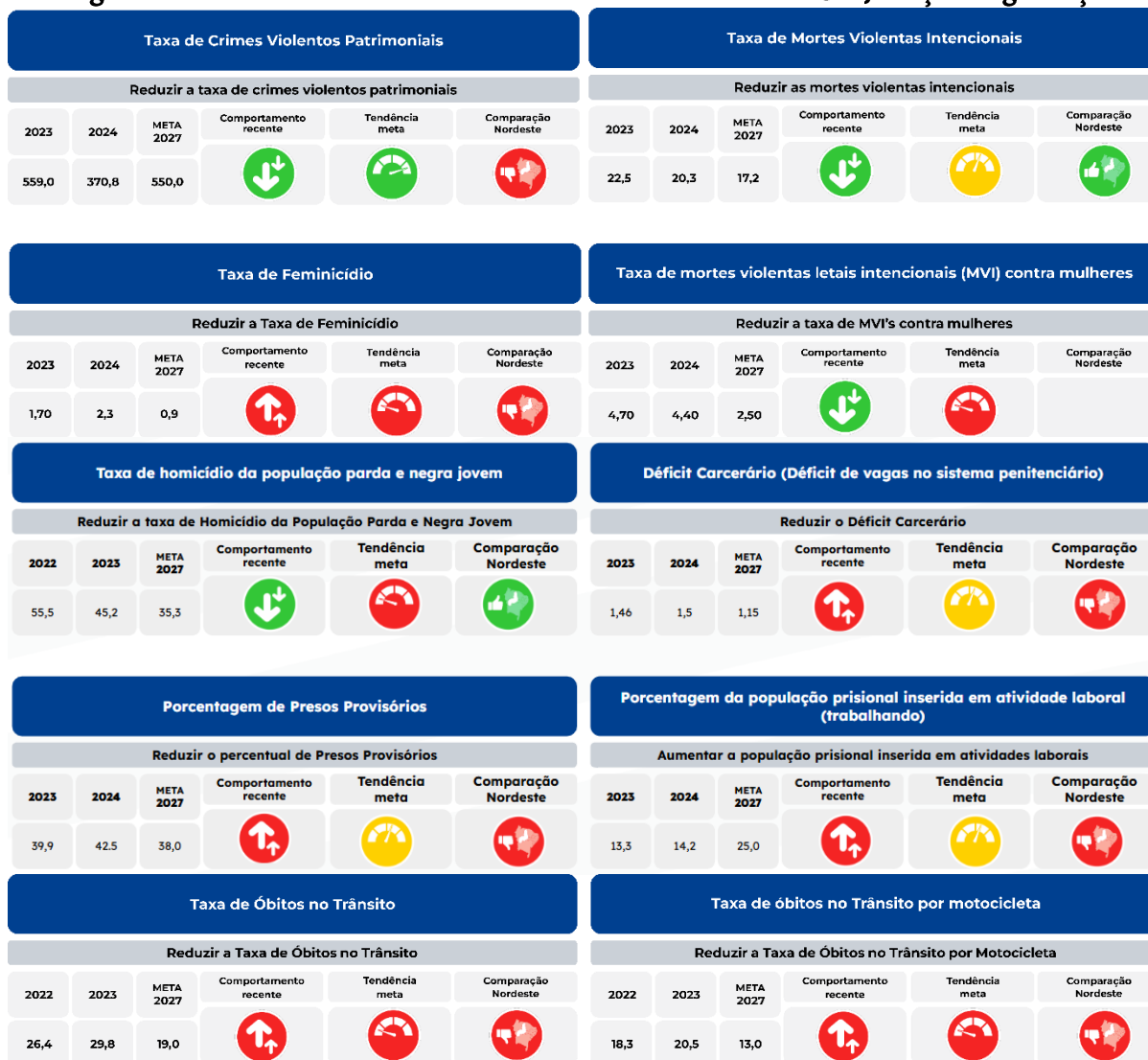
- Taxa de mortes violentas intencionais;
- Déficit carcerário (déficit de vagas no sistema penitenciário);
- Percentual de presos provisórios;
- Percentual da população prisional inserida em atividade laboral.

Por sua vez, cinco indicadores apresentam tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento das metas estabelecidas e indicando a necessidade de ações estruturantes mais consistentes:

- Taxa de feminicídio;
- Taxa de mortes violentas intencionais – 100 mil habitantes contra mulheres;
- Taxa de homicídio da população parda e negra jovem;
- Taxa de óbitos no trânsito;
- Taxa de óbitos no trânsito por motocicleta.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 4, que consolida a classificação dos indicadores segundo a tendência de desempenho observada.

Figura 4 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 3 – Justiça e Segurança



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019 - 2024); Ministério da Saúde - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) (2019 - 2024); Ministério da Saúde - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SUS) e IBGE - Microdados PNADC 4º trimestre (2019 - 2023) Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 3 – Justiça e Segurança

O panorama da justiça e da segurança pública no Piauí revela o agravamento da violência e a sobrecarga das instituições, com desafios estruturais que tendem a persistir até 2027. As elevadas taxas de homicídios, o crescimento das violências de gênero e a alta vitimização da juventude negra indicam a necessidade de políticas públicas mais integradas, preventivas e orientadas por evidências, voltadas à promoção da segurança cidadã e à redução das desigualdades.

A taxa de homicídios apresenta trajetória preocupante, com projeção de 30,83 por 100 mil habitantes em 2027, muito acima da meta de 17. Embora as Mortes Violentas Intencionais tenham registrado leve redução recente, a tendência de estabilização em patamar elevado evidencia limitações na efetividade das ações de prevenção e repressão qualificada, especialmente no enfrentamento do crime organizado e da violência interpessoal.

As violências de gênero configuram um dos desafios mais urgentes do eixo. As projeções indicam aumento das taxas de feminicídio e de mortes violentas contra mulheres até 2027, superando as metas estabelecidas. Esse cenário reforça a necessidade de fortalecer a rede de proteção às mulheres, ampliar o acesso aos serviços especializados e garantir respostas institucionais mais céleres e eficazes, de forma articulada entre segurança, saúde, assistência social e justiça.

A violência letal contra jovens pardos e negros permanece elevada e em tendência de crescimento, expressando desigualdades raciais e etárias persistentes. A reversão desse quadro exige investimentos consistentes em políticas de prevenção social da violência, com foco em educação, inclusão produtiva e fortalecimento de vínculos comunitários.

No sistema prisional, o déficit de vagas e a superlotação continuam a comprometer as condições de custódia e os processos de ressocialização. Apesar de avanços graduais na inserção laboral de pessoas privadas de liberdade, os resultados permanecem aquém das metas, evidenciando a necessidade de ampliar programas de educação e reintegração social.

Por fim, a violência no trânsito segue como problema relevante, com crescimento das taxas de óbitos, especialmente envolvendo motociclistas. A redução desses indicadores demanda ações integradas de educação no trânsito, fortalecimento da fiscalização e investimentos em infraestrutura viária mais segura.

3.4 Eixo 4 – Redução das Desigualdades

O Eixo 4 tem como objetivo estratégico reduzir vulnerabilidades sociais e territoriais, promovendo a inclusão, a proteção social e a igualdade de oportunidades para todos os piauienses. As ações desse eixo estão vinculadas ao programa Piauí Inclusivo, responsável pela articulação das políticas voltadas à superação das desigualdades no Estado. O Quadro 8 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo ao Índice de Gini, que expressa o grau de concentração de renda,

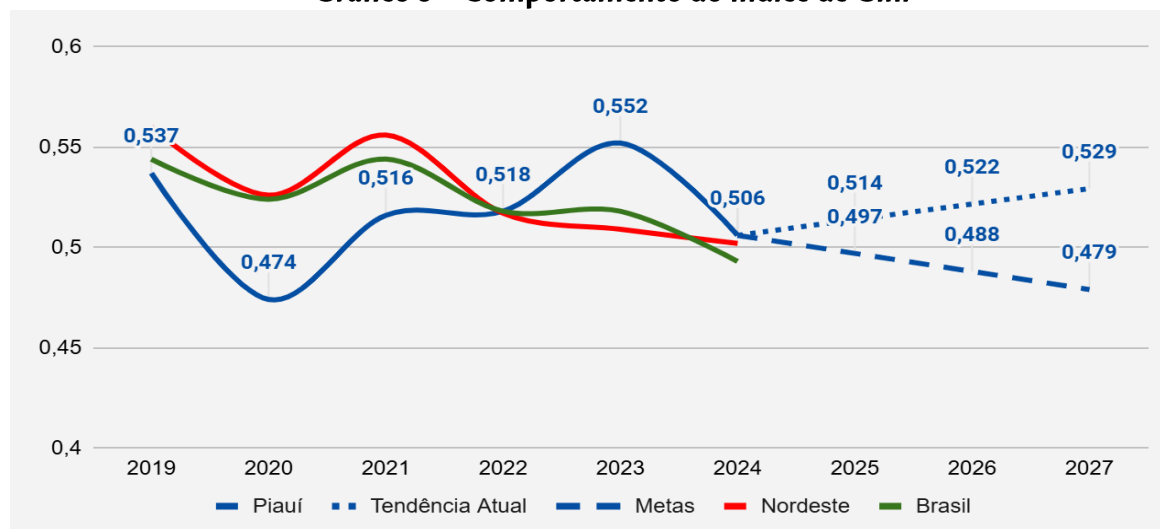
contemplando o desempenho atual e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 6.

Quadro 8 – Indicador de Impacto: Índice de Gini

Indicador de Impacto Prioritário	Índice de Gini (Concentração de Renda)
Valor no Ano de Referência (2024)	0,506
Meta Projetada para 2027	0,479
Tendência Atual	Insuficiente

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 6 – Comportamento do Índice de Gini



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: Em 2024, o índice foi de 0,506, com meta de 0,479 para 2027. Apesar da leve melhora, o valor ainda está distante da meta, evidenciando que a desigualdade de renda permanece elevada. Isso exige políticas de geração de renda, qualificação profissional e distribuição mais equitativa de oportunidades.

A análise dos indicadores do Eixo 4 – Redução das Desigualdades foi realizada com base nos principais indicadores de resultado e indicadores associados, apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 4

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Cobertura do Bolsa Família (%)	68,00	<ul style="list-style-type: none"> • Sexo e Faixa etária dos beneficiários • Tipos de benefícios do PBF
Cobertura do Benefício de Prestação Continuada - BPC (%)	40,00	---
Taxa de Registro de Injúria Racial (por 100 mil habitantes)	14,9	---
Taxa de Registros de Homicídio Doloso LGBTQIA+	0,22	---
Pessoas em Extrema Pobreza (rendimento de R\$ 0,00 a R\$ 89,00)	31,50	---
Pessoas em Situação de Pobreza (rendimento de R\$ 89,01 a R\$ 178,00)	2,30	---
Taxa de Morbidade Hospitalar do SUS (transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool)	8,50	---
Taxa de Morbidade Hospitalar do SUS (transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas)	15,80	---
Número de famílias de comunidades tradicionais inscritas no CadÚnico	13.000	---
Taxa de Desocupação	8,00	---
Rendimento médio mensal real (efetivamente) (R\$)	3071	---
Taxa de Informalidade	45,1	---

Fonte: MDS- Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único; Anuário da segurança Pública (2020 - 2024); Ministério da Cidadania (2020 - 2024); Departamento de Informação e Informática do SUS (DataSUS) (2019-2023); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2021-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19; Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

O panorama social do Piauí apresenta avanços pontuais, especialmente no que se refere à redução da extrema pobreza e à ampliação do acesso a instrumentos de proteção social. Contudo, persistem desafios estruturais relacionados à desigualdade, à vulnerabilidade social e às limitações no acesso pleno às políticas públicas de inclusão e proteção. No mercado de trabalho, observa-se melhora em indicadores como a redução do desemprego e da informalidade, embora ainda permaneçam limitações relativas ao nível de renda média e à qualidade das ocupações. Esse quadro reflete tanto os efeitos da retomada econômica no período pós-pandemia quanto entraves

estruturais da economia estadual, reforçando a necessidade de fortalecimento de políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e proteção social voltadas aos grupos mais vulneráveis.

No âmbito do Eixo 4 – Redução das Desigualdades, foram analisados 12 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Um indicador apresenta tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, a meta projetada deverá ser alcançada:

- Número de famílias de comunidades tradicionais inscritas no Cadastro Único (CadÚnico).

Seis indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa, porém ainda em patamar inferior ao necessário para o cumprimento das metas pactuadas:

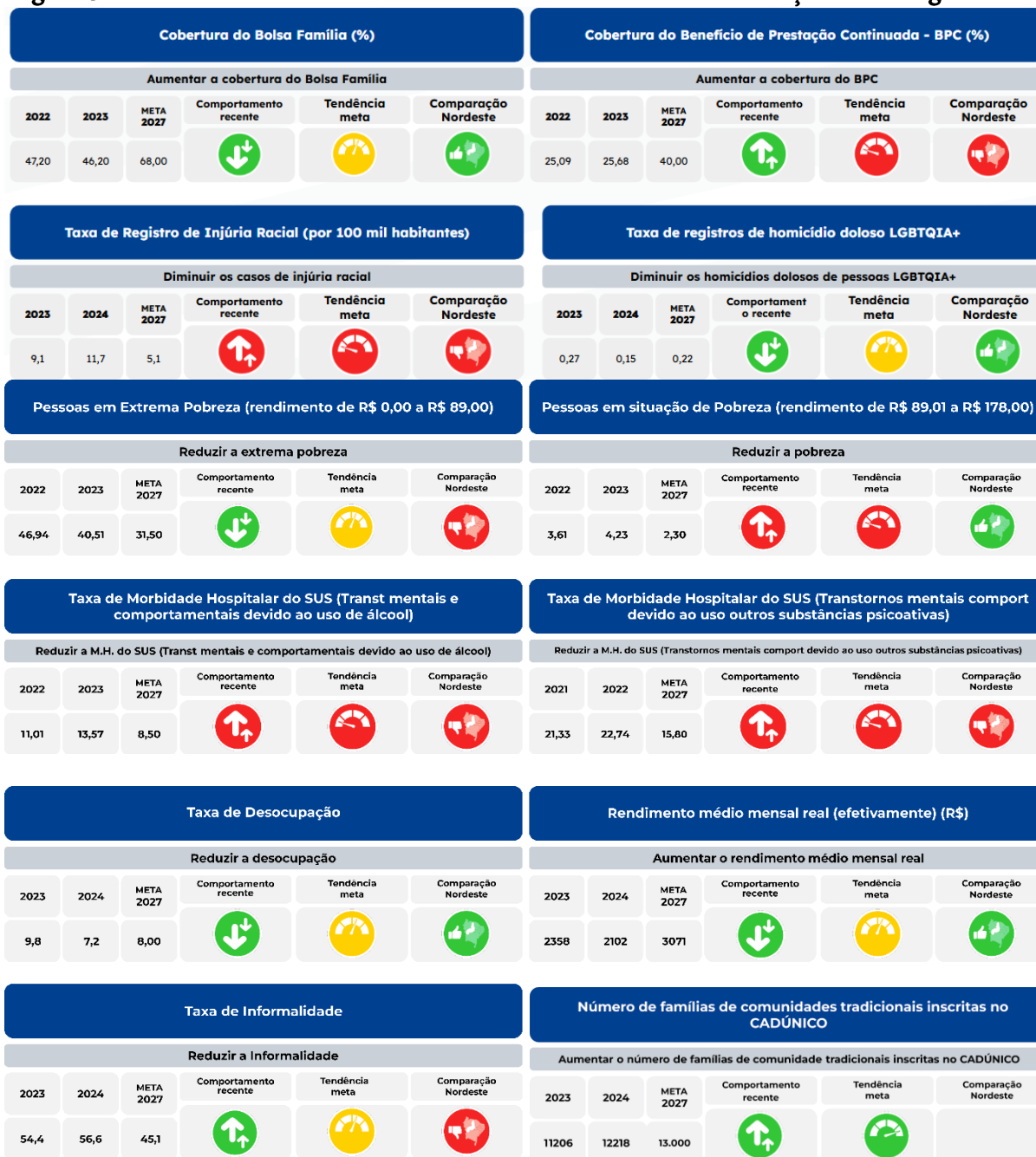
- Cobertura do Programa Bolsa Família (%);
- Taxa de registros de homicídio doloso contra pessoas LGBTQIA+;
- Pessoas em situação de extrema pobreza (rendimento de R\$ 0,00 a R\$ 89,00);
- Taxa de desocupação;
- Rendimento médio mensal real efetivo (R\$);
- Taxa de informalidade.

Por sua vez, cinco indicadores apresentam tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento das metas estabelecidas e demandando maior atenção das políticas públicas e da rede de proteção social:

- Cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (%);
- Taxa de registros de injúria racial (por 100 mil habitantes);
- Pessoas em situação de pobreza (rendimento de R\$ 89,01 a R\$ 178,00);
- Taxa de morbidade hospitalar do SUS por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool;
- Taxa de morbidade hospitalar do SUS por transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 5, que consolida a classificação dos indicadores conforme a tendência de desempenho observada.

Figura 5 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 4 – Redução das Desigualdades



Fonte: MDS - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único; Anuário da Segurança Pública (2020 - 2024); Ministério da Cidadania (2020-2024); Departamento de Informação e Informática do SUS (DataSUS) (2019-2023); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2021-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 4 – Redução das Desigualdades

O panorama do Eixo 4 – Redução das Desigualdades evidencia que, apesar de avanços pontuais em políticas sociais e no mercado de trabalho, as desigualdades sociais e econômicas permanecem como um dos principais desafios estruturais do Piauí. Os indicadores revelam que o crescimento econômico recente e as ações de combate à pobreza ainda não foram suficientes para romper o ciclo persistente de vulnerabilidade, exclusão social e concentração de renda.

O Índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, manteve-se elevado em 0,506 em 2024, distante da meta de 0,479 para 2027, indicando a continuidade da concentração dos ganhos econômicos e seus impactos negativos sobre a mobilidade social. No campo da pobreza e extrema pobreza, as projeções apontam para o não cumprimento das metas estabelecidas, com tendência de 40,03% de extrema pobreza e 4,62% de pobreza em 2027, o que evidencia a necessidade de fortalecer políticas de transferência de renda, inclusão produtiva e segurança alimentar.

No mercado de trabalho, observa-se a redução do desemprego no período recente, embora a tendência de estagnação indique fragilidade na geração de postos formais. A taxa de desocupação deve permanecer acima da meta estadual, e o rendimento médio real dos trabalhadores, apesar de recuperação parcial, segue inferior às médias regional e nacional. Esses dados reforçam a importância de políticas voltadas à qualificação profissional, valorização do trabalho e estímulo à produtividade.

A informalidade apresentou redução significativa nos últimos anos, mas permanece em patamar elevado, com projeção ainda distante da meta para 2027. Tal cenário evidencia a persistência da precarização laboral e a necessidade de ampliar o acesso ao crédito, incentivar o empreendedorismo e fortalecer a economia local, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

No âmbito da proteção social, a cobertura do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) tende a ficar abaixo das metas, indicando fragilidades na capilaridade e no alcance das políticas de assistência. Ademais, os indicadores relacionados à saúde mental, ao uso abusivo de substâncias e à violência contra grupos vulneráveis apresentam tendência de agravamento, reforçando a urgência de ações intersetoriais que integrem saúde, assistência social, educação, segurança pública e direitos humanos.

3.5 Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética

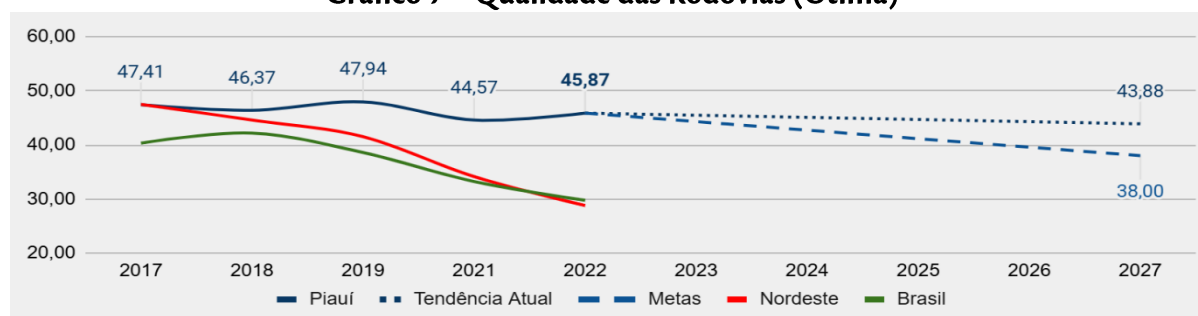
O Eixo 5 tem como objetivo estratégico expandir a infraestrutura econômica e social, impulsionar a inclusão produtiva e promover a transição para uma matriz energética sustentável. As ações desse eixo estão vinculadas ao programa Piauí Integrado, que articula iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial e produtivo do Estado. No âmbito do monitoramento, o Quadro 10 apresenta os indicadores de impacto prioritários relativos à Qualidade das Rodovias (ótima e boa) e à Capacidade Instalada de Energia Elétrica (MW), contemplando o desempenho atual e as metas estabelecidas para 2027. A evolução e a tendência desses indicadores encontram-se demonstradas nos Gráficos 7, 8 e 9.

Quadro 10 – Indicador de Impacto: Qualidade das Rodovias e Energia

Indicador de Impacto Prioritário	Rodovias Ótimas: 45,87% (2022); Energia Elétrica: 6,3 MW (2024)
Valor no Ano de Referência (2024)	Rodovias Ótimas: 45,87% (2022); Energia Elétrica: 6,3 MW (2024)
Meta Projetada para 2027	Rodovias Ótimas: 38,00%; Energia Elétrica: 8,5 MW
Tendência Atual	Rodovias – Adequada; Energia – Insuficiente

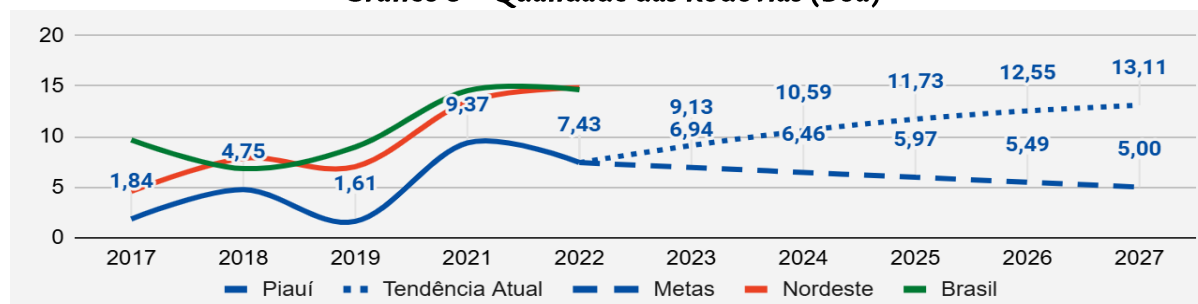
Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias/ Anuário CNT Transporte; Anuário Estatístico de Energia Elétrica. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 7 – Qualidade das Rodovias (Ótima)



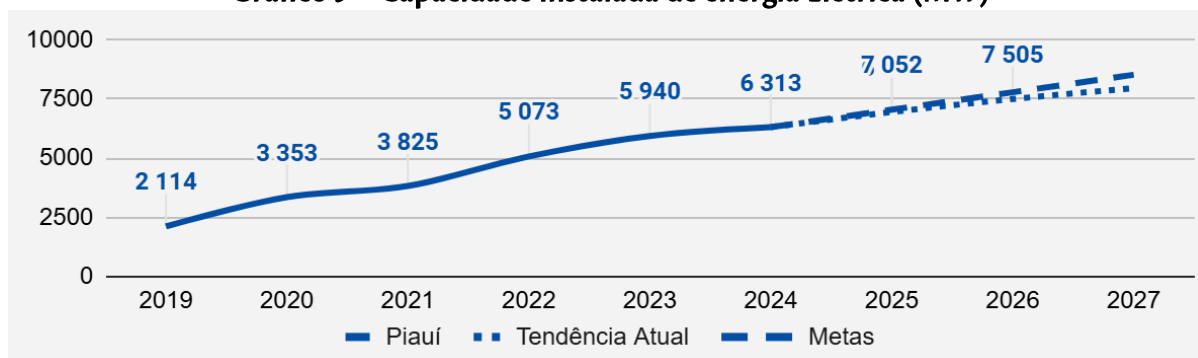
Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias/ Anuário CNT Transporte Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 8 – Qualidade das Rodovias (Boa)



Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias/ Anuário CNT Transporte Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 9 – Capacidade Instalada de energia Elétrica (MW)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: O Piauí tem a maior proporção de rodovias "ótimas" (45,87% em 2022) e superou a meta para 2027 (38,00%), com tendência de manutenção. Para rodovias "boas" (7,43% em 2022), a meta de 5% para 2027 será significativamente superada (13,11%). Em capacidade instalada de energia elétrica (6,3 MW em 2024), a tendência é de 7,9 MW, em 2027, ainda abaixo da meta de 8,5 MW.

Quadro 11 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 5

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Déficit habitacional (%)	1,75	—
Porcentagem de domicílios com banheiro de uso exclusivo (%)	92,00	—
Qualidade das rodovias pavimentadas - Regular (%)	40,00	—
Qualidade das rodovias pavimentadas - Ruim (%)	14,00	—
Qualidade das rodovias pavimentadas - Péssimo (%)	6,00	—
Participação das fontes energéticas, de matriz não convencional, na geração de energia elétrica no Piauí (Hidroelétrica)	2,18	—
Participação das fontes energéticas, de matriz não convencional, na geração de energia elétrica no Piauí (Biocombustíveis)	0,15	—
Participação das fontes energéticas, de matriz não convencional, na geração de energia elétrica no Piauí (Solar) (%)	21,94	—
Participação das fontes energéticas, de matriz não convencional, na geração de energia elétrica no Piauí (Eólica)	75,72	—
Proporção domicílios com rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento de água na Zona Rural do Piauí (%)	55	—

Porcentagem de municípios que não possuem sistema de drenagem	55	—
---	----	---

Fonte: Fundação João Pinheiro (2016 - 2019); IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita (2017 - 2022); Anuário CNT (2017-2023); Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2019-2023); IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita; SNISA (2018-2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores de infraestrutura, inclusão produtiva e transição energética no Piauí evidencia um conjunto de resultados heterogêneos. Observam-se avanços relevantes na melhoria da qualidade da malha rodoviária e na ampliação da participação de fontes renováveis na matriz energética estadual. Entretanto, permanecem desafios estruturais importantes, sobretudo nas áreas de habitação, saneamento básico e drenagem urbana. Os resultados de 2024 indicam que, embora os investimentos em infraestrutura viária e na transição para fontes limpas de energia avancem de forma consistente, o crescimento do déficit habitacional e a ausência de sistemas adequados de drenagem em diversos municípios geram vulnerabilidades, impactando o bem-estar da população e da sustentabilidade urbana.

No âmbito do Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética, foram analisados 11 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Quatro indicadores apresentam tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, as metas projetadas deverão ser alcançadas:

- Porcentagem de domicílios com banheiro de uso exclusivo;
- Qualidade das rodovias pavimentadas – Regular (%);
- Participação das fontes energéticas de matriz não convencional na geração de energia elétrica no Piauí – Solar (%);
- Proporção de domicílios com rede geral de distribuição de água como principal forma de abastecimento na zona rural do Piauí (%).

Cinco indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa, porém ainda em ritmo inferior ao necessário para o cumprimento das metas pactuadas:

- Qualidade das rodovias pavimentadas – Ruim (%);
- Qualidade das rodovias pavimentadas – Péssimo (%);

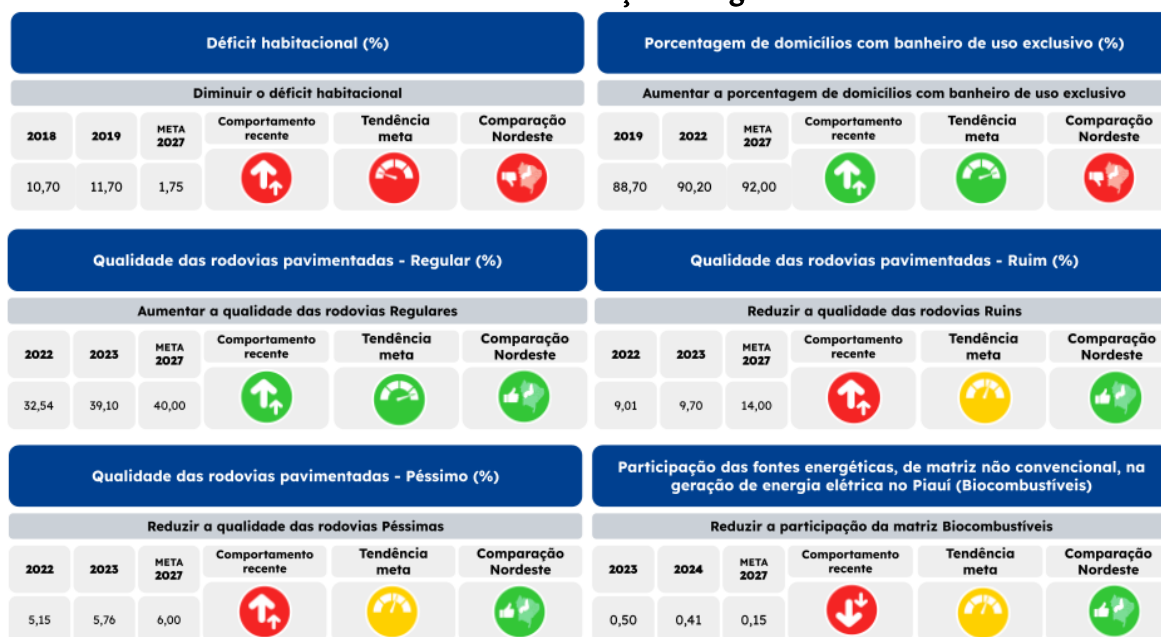
- Participação das fontes energéticas de matriz não convencional na geração de energia elétrica no Piauí – Hidrelétrica;
- Participação das fontes energéticas de matriz não convencional na geração de energia elétrica no Piauí – Biocombustíveis;
- Participação das fontes energéticas de matriz não convencional na geração de energia elétrica no Piauí – Eólica.

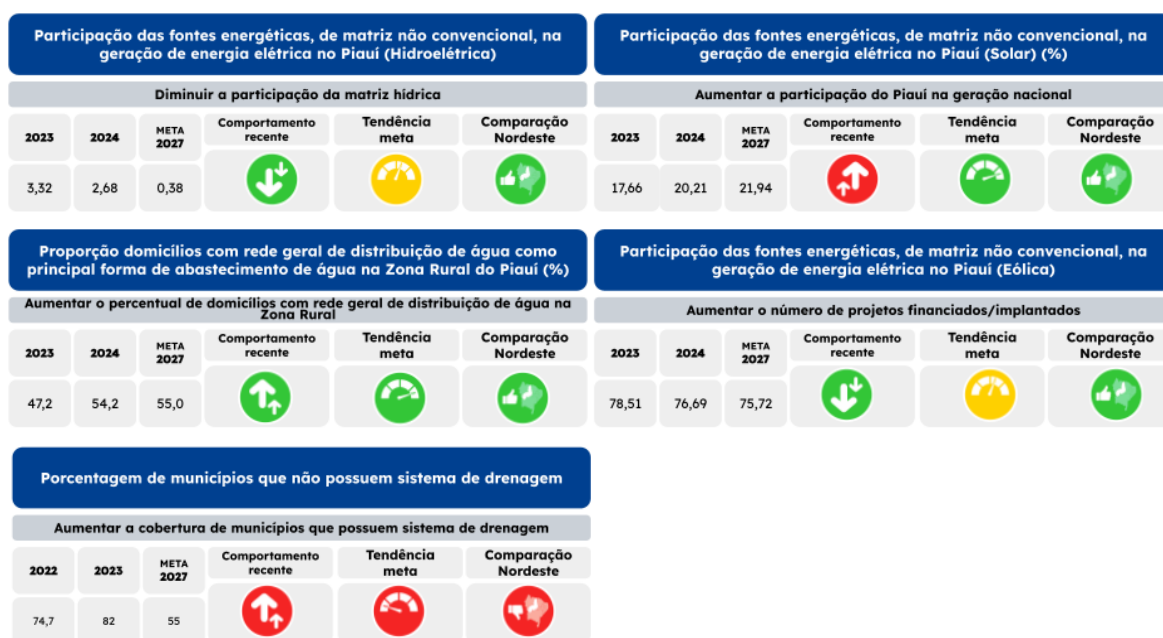
Por sua vez, dois indicadores apresentam tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento das metas estabelecidas e indicando a necessidade de maior atenção das políticas públicas:

- Déficit habitacional (%);
- Porcentagem de municípios que não possuem sistema de drenagem.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 6, consolidando a classificação dos indicadores conforme a tendência de desempenho observada.

Figura 6 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética





Fonte: Fundação João Pinheiro (2016 - 2019); IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita (2017 - 2022); Anuário CNT (2017-2023); Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2019-2023); IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita; SNISA (2018-2022). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética

O Eixo 5 evidencia que o Piauí ainda enfrenta desafios estruturais para consolidar uma infraestrutura moderna, inclusiva e ambientalmente sustentável. Embora haja avanços pontuais em mobilidade e expansão energética, persistem lacunas significativas em habitação, transporte e diversificação da matriz energética, comprometendo o alcance das metas projetadas para 2027.

No setor habitacional, o déficit estimado em 13,02%, em 2027, muito acima da meta de 1,75%, revela desigualdades no acesso à moradia e às limitações históricas de investimento, especialmente em municípios pequenos e áreas rurais. A superação desse déficit requer políticas habitacionais robustas, integradas à urbanização e à regularização fundiária, priorizando famílias de baixa renda e garantindo infraestrutura básica e serviços essenciais.

Quanto à malha viária, a previsão de que 7,83% das rodovias estaduais sejam classificadas como de qualidade “péssima” em 2027, acima da meta de 6%, indica deterioração gradual das vias, prejudicando a mobilidade e o escoamento da produção. É necessária a ampliação de investimentos em manutenção e recuperação, articulados a políticas de logística integrada que conectem regiões produtivas e reduzam custos de transporte.

No setor energético, a capacidade instalada projetada de 7,9 MW em 2027 ficará abaixo da meta de 8,5 MW, demonstrando insuficiência de investimentos frente à demanda crescente. Apesar do destaque na geração eólica e solar, é preciso reforçar a infraestrutura de transmissão e incentivar novos empreendimentos sustentáveis. Além disso, a participação de fontes não convencionais menos desejáveis, como biocombustíveis, deve atingir 0,32% em 2027, acima da meta de 0,15%, indicando a necessidade de alinhar a transição energética a fontes renováveis de maior eficiência e menor impacto ambiental.

3.6 Eixo 6 – Desenvolvimento Socioeconômico

O Eixo 6 tem como objetivo estratégico estimular o crescimento econômico inclusivo, a inovação e a competitividade territorial, promovendo a geração de emprego e renda e o fortalecimento das cadeias produtivas. As ações desse eixo estão vinculadas aos programas Piauí Produtivo e Avança Piauí, responsáveis pela articulação das políticas de dinamização econômica no Estado. No âmbito do monitoramento, o Quadro 12 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo ao Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per Capita, contemplando o desempenho atual e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 10.

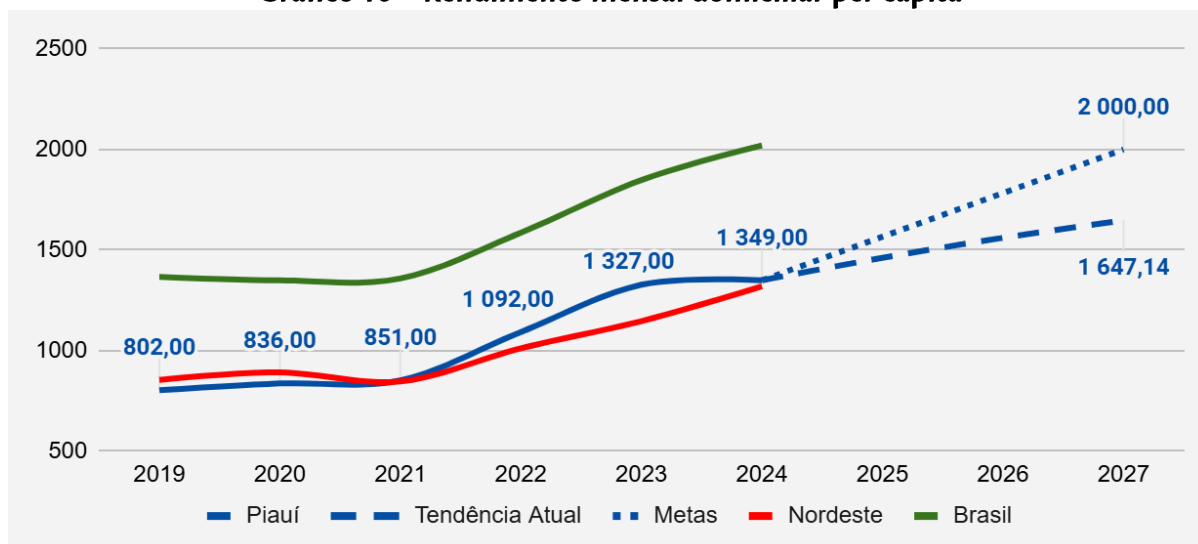
Quadro 12 – Indicador de Impacto: Rendimento Nominal Mensal

Indicador de Impacto Prioritário	Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita
Valor no Ano de Referência (2024)	R\$ 1.349,00
Meta Projetada para 2027	R\$ 2.000,00
Tendência Atual	Insuficiente

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2019-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19.

Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 10 – Rendimento mensal domiciliar per capita



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2019-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: Cresceu para R\$ 1.349 em 2024, mas o valor ainda está abaixo da meta de R\$ 2.000,00 para 2027, embora a projeção indique R\$ 1.647,14, sinalizando tendência positiva. O Piauí ainda está distante do nível nacional. Fomentar atividades econômicas, atrair investimentos e valorizar o trabalho são fundamentais.

A análise dos indicadores do Eixo 6 – Desenvolvimento Econômico foi realizada com base nos principais indicadores de resultado e indicadores associados/desagregados, apresentados no Quadro 13.

Quadro 13 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 6

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Taxa de participação do Piauí na geração de energia renovável de matriz não convencional em relação ao Brasil (%)	13,50	—
Nível de ocupação	65,0	—
Participação do Piauí nas exportações do Brasil	0,70	—
Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Brasil	0,90	—
Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Nordeste (%)	6,00	—
Grau de Abertura (Importação + Exportação / PIB)	9,50	—

Distribuição percentual das viagens nacionais realizadas pelos domicílios	4,00	—
Distribuição percentual dos gastos totais nas UF de destino	2,20	—
Percentual das Aquisições da Agricultura Familiar para o PNAE nas instituições de ensino estadual do Piauí (%)	40,00	—
Número de projetos financiados/implantados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário	468	—
Taxa de participação na produção de produtos de origem animal do Piauí em relação ao Brasil (%)	9,2	—
Taxa de participação no valor da produção de produtos de origem animal do Piauí em relação ao Brasil (%)	0,55	—
Taxa de Produção Agrícola do Piauí em relação ao Brasil (%)	3,0	—

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2019-2023); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2019-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19; IBGE/Ministério da Fazenda; IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019 (3º trimestre), a partir de 2020 (acumulado de segundas visitas); Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2018-2022); Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (2019-2024); IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2019-2023); IBGE (2019-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores econômicos e laborais no Piauí evidencia avanços pontuais, mas também desafios persistentes para a consolidação de um processo de desenvolvimento mais dinâmico, inclusivo e sustentável. Os resultados referentes a 2024 indicam progresso em áreas estratégicas, como o aumento da participação do Estado nas exportações nacionais, o fortalecimento da produção agropecuária e os avanços graduais na agricultura familiar. Entretanto, permanecem fragilidades em setores relevantes, especialmente na geração de empregos, na formalização do mercado de trabalho, na ampliação da renda média e na dinamização do turismo, que ainda não alcançou seu potencial pleno de contribuição para a economia estadual.

No âmbito do Eixo 6 – Desenvolvimento Econômico, foram analisados 13 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Quatro indicadores apresentam tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, as metas projetadas deverão ser alcançadas:

- Participação do Piauí nas exportações do Brasil;
- Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Brasil;
- Grau de abertura (importação + exportação / PIB);
- Taxa de participação na produção de produtos de origem animal do Piauí em relação ao Brasil (%).

Seis indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa, porém ainda em ritmo inferior ao necessário para o cumprimento das metas pactuadas:

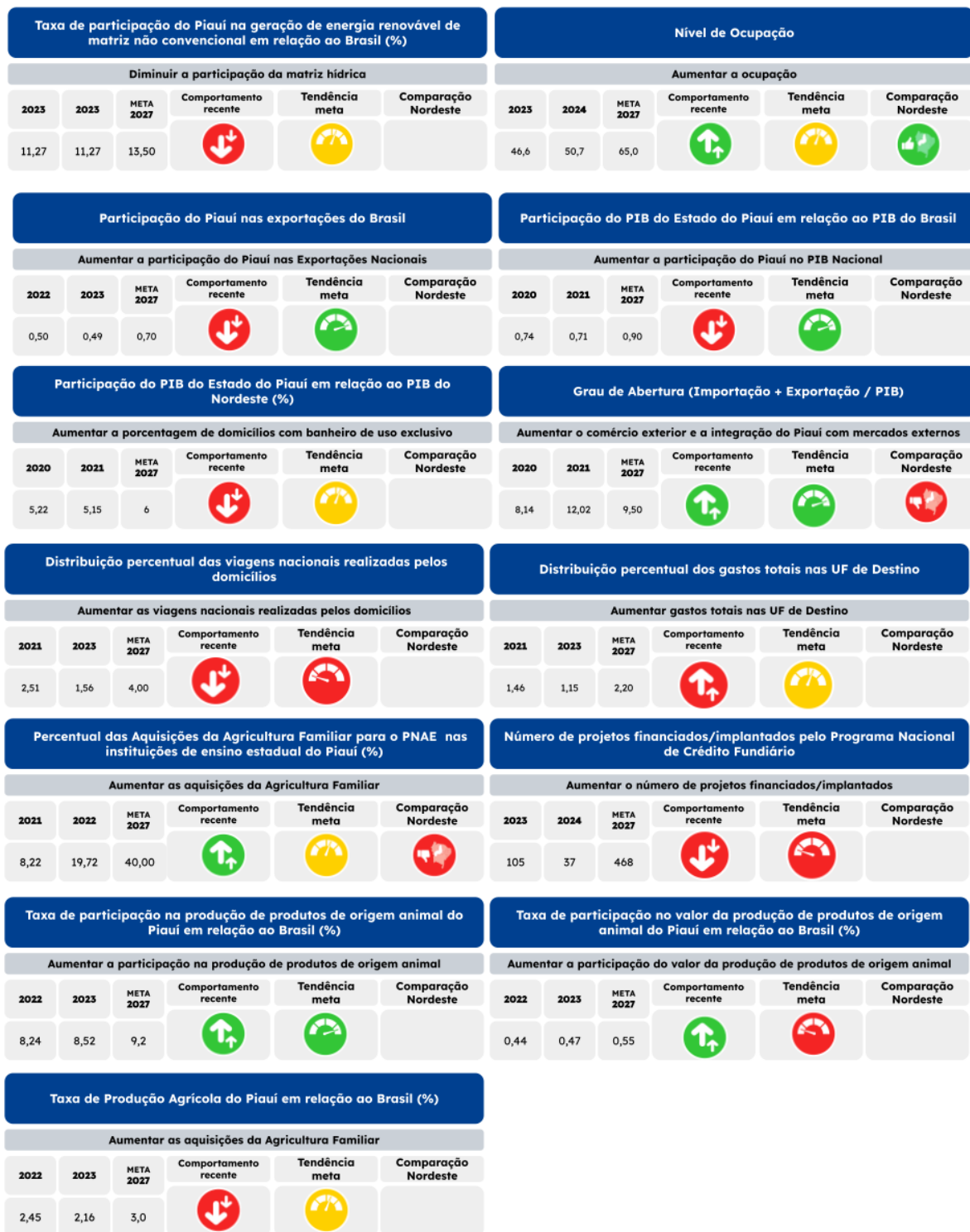
- Taxa de participação do Piauí na geração de energia renovável de matriz não convencional em relação ao Brasil (%);
- Nível de ocupação;
- Participação do PIB do Estado do Piauí em relação ao PIB do Nordeste (%);
- Distribuição percentual dos gastos totais nas unidades da Federação de destino;
- Percentual das aquisições da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas instituições de ensino estadual do Piauí (%);
- Taxa de produção agrícola do Piauí em relação ao Brasil (%).

Por sua vez, três indicadores apresentam tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao alcance das metas estabelecidas e indicando a necessidade de maior atenção das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico:

- Distribuição percentual das viagens nacionais realizadas pelos domicílios;
- Número de projetos financiados ou implantados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Taxa de participação no valor da produção de produtos de origem animal do Piauí em relação ao Brasil (%).

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 7, consolidando a classificação dos indicadores conforme a tendência de desempenho observada.

Figura 7 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: do Eixo 6 – Desenvolvimento Econômico



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) (2019-2023); IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2019-2024, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19; IBGE/Ministério da Fazenda; IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019 (3º trimestre), a partir de 2020 (acumulado de segundas visitas); Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2018 - 2022); Ministério

do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (2019 - 2024); IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal (2019-2023); IBGE (2019-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 6 – Desenvolvimento Socioeconômico

O panorama socioeconômico do Piauí evidencia desafios estruturais para consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável, competitivo e socialmente inclusivo. Apesar de avanços em setores como agricultura e serviços, persistem limitações na geração de renda, no mercado de trabalho e na produtividade, reforçando a necessidade de diversificação econômica e valorização do capital humano.

O rendimento nominal mensal domiciliar per capita atingiu R\$1.349,00, em 2024, ainda abaixo da meta de R\$2.000,00 para 2027, refletindo dependência de setores de baixa produtividade e elevada informalidade. O nível de ocupação também demonstra estagnação, com projeção de 53,4% para 2027 frente à meta de 65%, evidenciando a necessidade de políticas de capacitação profissional, formação técnica e estímulo ao empreendedorismo, especialmente em áreas estratégicas como tecnologia, turismo, economia verde e energias renováveis.

O Piauí apresenta desempenho aquém das contribuições para a economia nacional e regional, com participação no PIB do Brasil de 0,74% e no PIB do Nordeste de 5,69%, abaixo das metas de 0,9% e 6%, respectivamente. Essa situação exige diversificação econômica, fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas e estímulo à inovação e competitividade empresarial.

O setor agropecuário e a agricultura familiar, pilares da economia estadual, enfrentam desafios significativos. A participação da agricultura familiar nas aquisições do PNAE está projetada em 28,11% para 2027 (meta: 40%), e os projetos de crédito fundiário previstos somam 150 (meta: 468). Além disso, a participação do Piauí na produção de produtos de origem animal (0,45%) e na produção agrícola nacional (2,46%) permanece abaixo das metas. Esses resultados indicam a necessidade de maior apoio à agricultura familiar, com financiamento acessível, assistência técnica continuada, fortalecimento de cooperativas e investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica e sustentabilidade agropecuária.

3.7 Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente E Recursos Hídricos

O Eixo 7 tem como objetivo estratégico promover a sustentabilidade ambiental, a gestão integrada dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas, assegurando a segurança

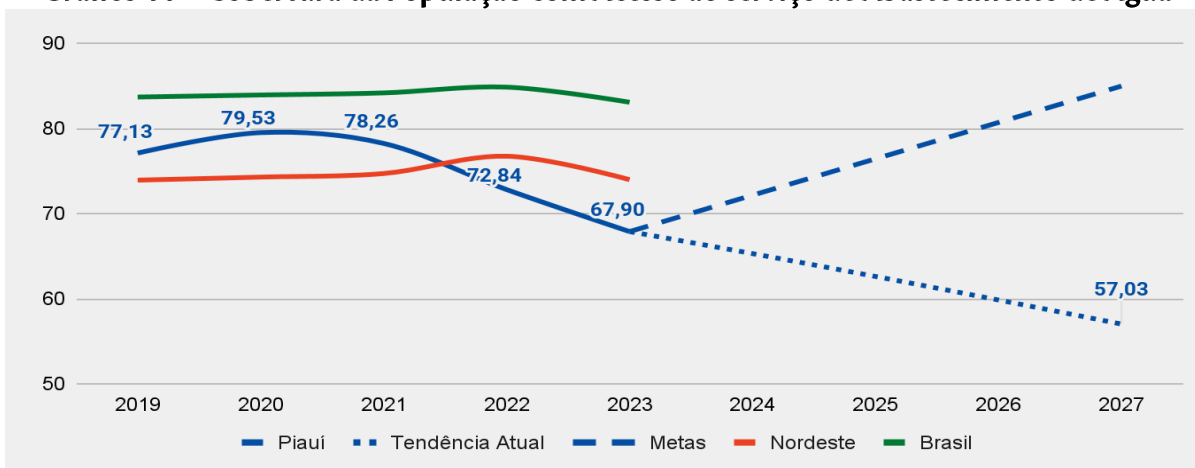
hídrica e a preservação dos ecossistemas. As ações desse eixo estão vinculadas ao programa Piauí Verde, responsável pela articulação das iniciativas voltadas à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais. No âmbito do monitoramento, o Quadro 14 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo à cobertura da população com acesso ao serviço de abastecimento de água, contemplando o desempenho atual e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 11.

Quadro 14 – Indicador de Impacto: Abastecimento de Água

Indicador de Impacto Prioritário	Cobertura da população com acesso ao serviço de abastecimento de água
Valor no Ano de Referência (2024)	67,9
Meta Projetada para 2027	85,00
Tendência Atual	Insuficiente

Fonte: SNISA (2019-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 11 – Cobertura da População com Acesso ao serviço de Abastecimento de Água



Fonte: SNISA (2019-2023). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: Em 2024, a cobertura foi de 67,9%, com meta de 85% para 2027. A tendência é que a cobertura chegue a 57,03% em 2027. Será necessário realinhar os esforços, pois a meta não será alcançada. É necessário investir massivamente em infraestrutura de saneamento básico e distribuição de água potável.

A análise dos indicadores do Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos foi realizada com base nos principais indicadores de resultado e indicadores associados/desagregados, apresentados no Quadro 15.

Quadro 15 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 7

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Porcentagem Acumulada de Área Desmatada	20	---
Porcentagem de municípios com selo ambiental decorrente do ICMS Ecológico, Classificação A	59,90	---
Focos de queimadas	9.000	---
Cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos	55,00	---
Porcentagem da população atendida com rede de esgoto	36,00	---
Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes	10,00	---

Fonte: INPE (2019-2023); SEMARH (2021-2024); SNISA (2018-2023); Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) (2019-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores ambientais no Piauí evidencia avanços pontuais, mas também desafios persistentes para a consolidação de uma gestão ambiental mais eficiente, integrada e orientada à sustentabilidade. Os resultados mais recentes apontam progressos em áreas estratégicas, como a adoção de instrumentos de certificação ambiental, a ampliação do acesso ao saneamento e o fortalecimento da capacidade de resposta das comunidades diante de desastres naturais. Entretanto, permanecem fragilidades em dimensões críticas da agenda ambiental, especialmente no controle do desmatamento, na redução das queimadas, na gestão adequada de resíduos sólidos e na prevenção de emergências climáticas. Esse cenário reforça a necessidade de intensificar ações de fiscalização, educação ambiental e planejamento territorial sustentável.

No âmbito do Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foram analisados 6 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Três indicadores apresentam tendência adequada, indicando que, mantidas as condições atuais de desempenho, as metas projetadas deverão ser alcançadas:

- Porcentagem de municípios com selo ambiental decorrente do ICMS Ecológico – Classificação A;
- Porcentagem da população atendida com rede de esgoto;

- Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas por desastres por 100 mil habitantes.

Dois indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa, porém ainda em ritmo inferior ao necessário para o cumprimento das metas pactuadas:

- Focos de queimadas;
- Cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos.

Por sua vez, um indicador apresenta tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento da meta estabelecida e indicando a necessidade de maior atenção das políticas ambientais:

- Porcentagem acumulada de área desmatada.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 8, que consolida a classificação dos indicadores conforme a tendência de desempenho observada.

Figura 8 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos



Fonte: INPE (2019-2023); SEMARH (2021-2024); SNISA (2018-2023); Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) (2019-2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 7 – Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Recursos Hídricos

O Eixo 7 evidencia que o Piauí enfrenta desafios ambientais e estruturais significativos, que afetam a qualidade de vida e ameaçam a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social. Limitações em saneamento, conservação ambiental e gestão de recursos naturais destacam a necessidade de um planejamento ambiental integrado, com políticas voltadas à mitigação das mudanças climáticas e ao uso sustentável do território.

O acesso a serviços de abastecimento de água deve alcançar apenas 57,03% da população em 2027, muito abaixo da meta de 85%, impactando sobretudo regiões rurais e comunidades vulneráveis. A universalização do acesso exige investimentos em captação, armazenamento e distribuição, aliados à integração entre políticas de saneamento, gestão hídrica e desenvolvimento territorial.

O desmatamento também representa um desafio crítico, com tendência de atingir 24,3% da área do Estado em 2027, acima da meta de 20%, refletindo a pressão de atividades agropecuárias e uso irregular do solo, especialmente no Cerrado e na Caatinga. É urgente fortalecer a fiscalização, combater práticas ilegais e implementar programas de reflorestamento, ordenamento territorial e incentivos à produção sustentável.

Os focos de queimadas apresentam tendência de 10.471 ocorrências em 2027, superando a meta de 9.000, o que evidencia fragilidades na prevenção e resposta rápida. Medidas como educação ambiental, monitoramento por satélite, brigadas de incêndio e sistemas de alerta precoce são essenciais para reduzir impactos sobre a biodiversidade e qualidade do ar.

Na gestão de resíduos sólidos, a coleta domiciliar de 79% em 2023 ainda está abaixo da meta de 82,4% para 2027, demandando investimentos em infraestrutura, reciclagem, logística reversa e fortalecimento de consórcios intermunicipais.

A drenagem urbana é outro ponto crítico: em 2027, 93,9% dos municípios ainda deverão estar sem sistema adequado, quando a meta é 55%. Essa deficiência aumenta riscos de alagamentos, danos à infraestrutura e problemas sanitários, exigindo investimentos emergenciais em soluções de drenagem sustentável e tecnologias verdes, fortalecendo a resiliência urbana frente às mudanças climáticas.

3.8 Eixo 8 – Gestão por Resultados

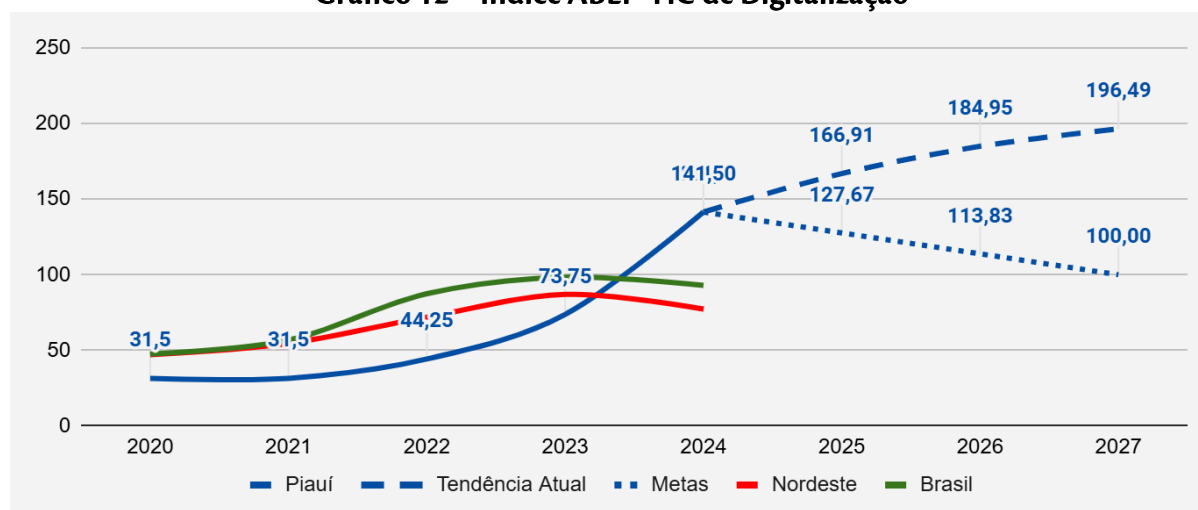
O Eixo 8 tem como objetivo estratégico modernizar a gestão pública com foco em resultados, na transformação digital, na transparência e na eficiência institucional. As ações desse eixo estão vinculadas aos programas Gestão, Inovação e Transformação Digital, Previdência Social do Servidor, Ministério Público por todo o Piauí, Gestão Eficiente para Hipossuficientes, Governança do Legislativo, Controle Externo e Justiça e Cidadania, que estruturam as iniciativas de aprimoramento da administração pública estadual. No âmbito do monitoramento, o Quadro 16 apresenta o indicador de impacto prioritário relativo a Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais contemplando o desempenho atual e a meta estabelecida para 2027. A evolução e a tendência desse indicador encontram-se demonstradas no Gráfico 12.

Quadro 16 – Indicador de Impacto: Oferta de Serviços Públicos Digitais

Indicador de Impacto Prioritário	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais
Valor no Ano de Referência (2024)	141,50
Meta Projetada para 2027	100,00 (Bom)
Tendência Atual	Adequado

Fonte: Índice ABEP-TIC – 2023. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Gráfico 12 – Índice ABEP-TIC de Digitalização



Fonte: Índice ABEP-TIC – 2023. Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Situação Diagnóstica: O avanço da digitalização no Piauí supera o do Nordeste e do Brasil. O índice atingiu 141,5 em 2024, valor superior à meta de 100 (Bom) estipulada para 2027. A tendência é bastante positiva, com expectativa de alcançar o índice máximo de 196,4.

A análise dos indicadores do Eixo 8 foi realizada com base nos principais indicadores de resultado e indicadores associados/desagregados apresentados no Quadro 17.

Quadro 17 – Indicadores de Resultado e Associados do Eixo 8

INDICADORES DE RESULTADO	META 2027	INDICADORES ASSOCIADOS / DESAGREGADOS
Nota da capacidade de pagamento do Estado	Nota A	---
Percentual de municípios com a nota de Capacidade de Pagamento "A"	12,0	---
Déficit Financeiro da previdência em relação à Receita Corrente Líquida - RCL (%)	2	---

Fonte: SEFAZ-PI (2024); Transparência Nacional (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

A análise dos principais indicadores de gestão por resultados no Piauí evidencia avanços importantes na transformação digital e na modernização dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que revela fragilidades persistentes na capacidade de gestão fiscal e no planejamento orçamentário dos municípios. Os resultados referentes a 2024 indicam que, enquanto o Estado avança na oferta de serviços digitais e na consolidação de mecanismos de planejamento, monitoramento e controle das políticas públicas, grande parte dos municípios ainda apresenta limitações significativas em termos de capacidade administrativa, arrecadação própria e disciplina fiscal. Esse cenário demonstra que o fortalecimento institucional das administrações municipais permanece como um desafio central para a sustentabilidade fiscal e administrativa do Estado.

No âmbito do Eixo 8 – Gestão por Resultados, foram analisados 3 indicadores de resultado, classificados conforme a tendência observada em relação às metas estabelecidas para o período até 2027.

Dois indicadores apresentam tendência insuficiente, evidenciando melhora relativa, porém ainda em patamar inferior ao necessário para o cumprimento das metas pactuadas:

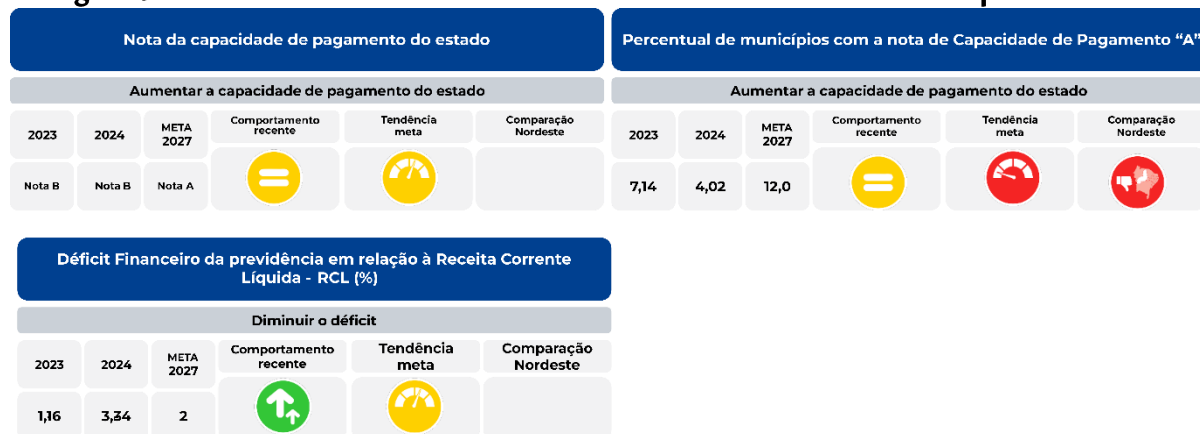
- Nota da Capacidade de Pagamento do Estado;
- Déficit financeiro da previdência em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) (%).

Por sua vez, um indicador apresenta tendência inadequada, sinalizando trajetória desfavorável ao cumprimento da meta estabelecida e indicando a necessidade de maior atenção às políticas de fortalecimento institucional e fiscal no âmbito municipal:

- Percentual de municípios com nota de Capacidade de Pagamento “A”.

A síntese dos resultados obtidos encontra-se apresentada na Figura 9, que consolida a classificação dos indicadores conforme a tendência de desempenho observada.

Figura 9 – Painel Sintético de Indicadores de Resultado: Eixo 8 – Gestão por Resultados



Fonte: SEFAZ-PI (2024); Transparência Nacional (2024). Elaboração: CIET/SEPLAN (2025).

Considerações sobre o Eixo 8 – Gestão por Resultados

O Eixo 8 evidencia a importância da gestão fiscal e administrativa para a sustentabilidade das finanças públicas e a eficiência governamental. No Piauí, os indicadores fiscais revelam fragilidades em muitos municípios, comprometendo o equilíbrio orçamentário e a capacidade de investimento, e destacando a necessidade de fortalecer a governança local e aprimorar a gestão por resultados.

A projeção de municípios com nota CAPAG “A” — que avalia capacidade de pagamento e saúde fiscal — é de 7,39% em 2027, abaixo da meta de 12%. Esse cenário aponta limitações no planejamento orçamentário, arrecadação própria e controle de gastos, evidenciando dependência de transferências e dificuldade em acessar financiamentos estratégicos.

Para superar essas restrições, é fundamental ampliar o apoio técnico e institucional aos municípios, com programas de capacitação de gestores, modernização administrativa e sistemas de monitoramento fiscal. A gestão por resultados deve ser orientada por evidências, promovendo melhor alocação de recursos, acompanhamento de metas e maior transparência.

Melhorar as notas CAPAG não é apenas um avanço técnico: fortalece a gestão pública, amplia o acesso a crédito e parcerias financeiras e viabiliza investimentos em infraestrutura,

inovação e políticas sociais, contribuindo para um desenvolvimento regional mais equilibrado e eficiente.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Análise Executiva de Resultados (AER) 2025 apresentou um balanço consolidado do desempenho de 87 indicadores prioritários, dos quais 9 correspondem a indicadores de impacto e 78 a indicadores de resultado, selecionados em todos os eixos estratégicos do Plano Plurianual (PPA). A avaliação evidencia a coexistência de avanços relevantes em determinadas áreas e de fragilidades estruturais e fiscais que podem comprometer a sustentabilidade dos resultados e o alcance das metas previstas para 2027.

Entre os progressos observados, destacam-se a ampliação dos serviços digitais disponibilizados à população, com o Índice ABEP-TIC superando a meta de 100 (classificação “Bom”), e a melhoria na qualidade das rodovias estaduais, cujos resultados ultrapassaram as metas estabelecidas para trechos classificados como “ótimos” e “bons”. Esses avanços sinalizam o fortalecimento da eficiência e do alcance das políticas públicas em setores estratégicos.

Persistem, contudo, desafios estruturais que atravessam diferentes eixos, como a baixa qualidade e padronização dos dados, o desalinhamento entre planejamento (PPA/LOA) e execução orçamentária, e a limitada integração intersetorial e territorial. Tais aspectos reforçam a importância da utilização da AER como instrumento de replanejamento estratégico e de alocação mais eficiente de recursos, contribuindo para uma gestão pública mais integrada e orientada por evidências.

A avaliação dos indicadores revela que várias metas de 2027 estão em risco, com tendências críticas que, se não revertidas, impedirão seu cumprimento. A seguir, destacam-se os principais indicadores preocupantes por eixo:

- **Eixo 1 – Saúde e Bem-Estar:** Mortalidade neonatal e infantil, taxa de óbitos por doenças transmissíveis, cura da hanseníase.
- **Eixo 2 – Educação Inclusiva e de Qualidade:** Taxa de analfabetismo, participação no ensino médio integrado.
- **Eixo 3 – Justiça e Segurança:** Taxa de homicídios, feminicídio, déficit carcerário.

- **Eixo 4 – Redução das Desigualdades:** Índice de Gini, extrema pobreza, morbidade por uso de álcool e outras substâncias.
- **Eixo 5 – Infraestrutura, Inclusão Produtiva e Transição Energética:** Déficit habitacional, drenagem urbana.
- **Eixo 6 – Desenvolvimento Socioeconômico:** Rendimento per capita, nível de ocupação, informalidade.
- **Eixo 7 – Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Ambiental:** Cobertura de abastecimento de água, área desmatada, focos de queimadas.
- **Eixo 8 – Gestão por Resultados:** Percentual de municípios com nota CAPAG “A”.

Em síntese, para cada área de sucesso identificada, há ao menos uma área com desempenho insuficiente ou inadequado. O diagnóstico reforça a urgência de fortalecer a capacidade institucional, aprimorar a governança e assegurar que o planejamento estratégico se traduza em execução mais eficaz e integrada, gerando resultados sociais efetivos e sustentáveis.

Para o ciclo de 2025, foram disponibilizados relatório sintético consolidado e apresentações detalhando trajetória, comportamento e tendência dos indicadores, incluindo comparações nacionais e regionais sempre que possível, bem como indicadores associados e desagregados.

Por fim, ressalta-se a importância de núcleos setoriais consolidados, que permitem à AER subsidiar reuniões setoriais, compreender problemas e inadequações e apoiar a tomada de decisões estratégicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília: MP, 2012.

PIAUÍ. Secretaria do Planejamento (SEPLAN). **Base estratégica de indicadores do PPA 2024-2027**. Teresina: SEPLAN, 2023.

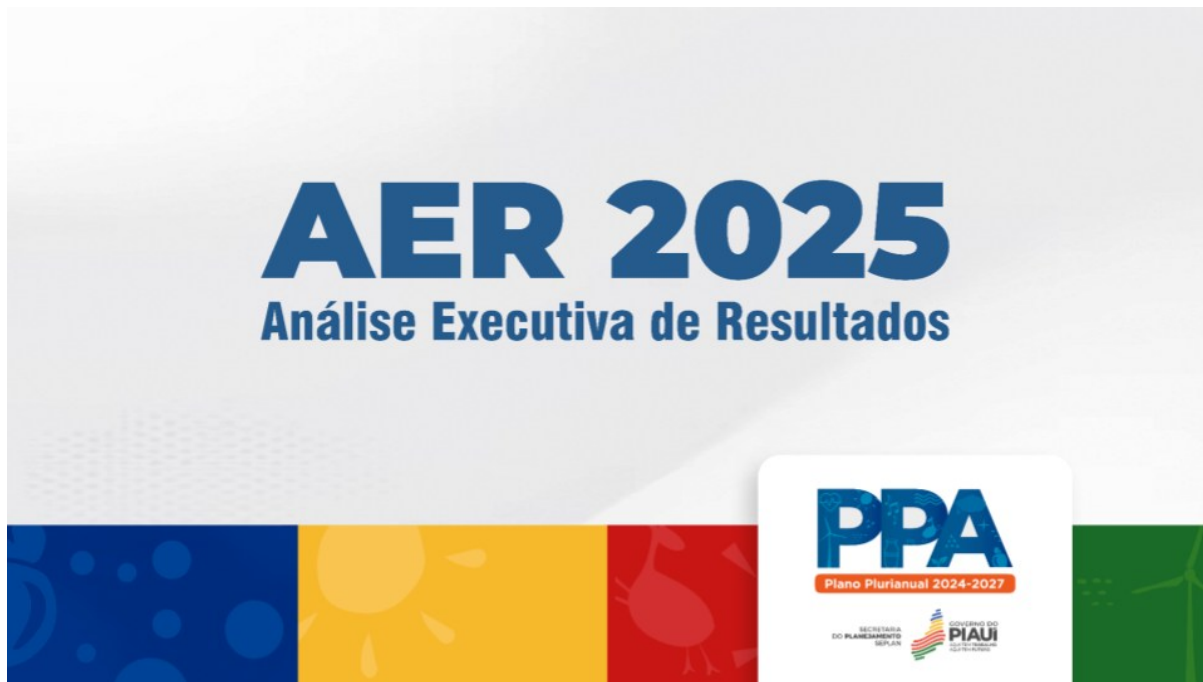
PIAUÍ. **Lei nº 8.253, de 20 de dezembro de 2023**. Teresina: ALEPI, 2023. Disponível em: <https://www.seplan.pi.gov.br/download/248/2024-a-2027/11984/lei-no-8-253-de-20-de-dezembro-de-2023.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PIAUÍ. **Secretaria do Planejamento (SEPLAN). Análise Executiva de Resultados (AER) 2025**. Teresina: SEPLAN, 2025. Apresentação de slides (versão online).



APÊNDICES

APÊNDICE A – Análise Executiva de Resultados (AER) 2025



Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1buCucoGw-NsB221l-23Eg6U_GUo9zTEj/edit?usp=sharing&ouid=113648867823955160703&rtpof=true&sd=true.

Acesso em: 19 mar. 2026.[ppl-ai-file-upload.s3.amazonaws]